

# SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NAS AÇÕES DE **Extensão Rural e Universitária**

Pedro Selvino Neumann  
Alisson Vicente Zarnott  
Vinicius Piccin Dalbianco  
Adilson Roberto Bellé  
Janaina Betto  
Juliana de Almeida Costa  
Organizadores



Editora UNIJUÍ



Pedro Selvino Neumann  
Alisson Vicente Zarnott  
Vinicius Piccin Dalbianco  
Adilson Roberto Bellé  
Janaina Betto  
Juliana de Almeida Costa  
Organizadores

SISTEMATIZAÇÃO DE  
EXPERIÊNCIAS NAS AÇÕES DE  
**Extensão Rural e  
Universitária**



Editora UNIJUÍ

Ijuí  
2024

---

©2024, Editora Unijuí

Editor

**Daniel Knebel Baggio**

Coordenadora Administrativa

**Márcia Regina Conceição de Almeida**

Capa

**Alexandre Sadi Dallepiane**

Imagens da capa:

**Quadro de DS Lima (@dslimaa13)**

Responsabilidade Editorial, Gráfica e Administrativa

**Editadora Unijuí da Universidade Regional  
do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
(Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)**

Conselho Editorial

- **Fabricia Carneiro Roos Frantz**
- **João Carlos Lisbôa**
- **Vânia Lisa Fischer Cossetin**



Rua do Comércio, 3000  
Bairro Universitário  
98700-000 – Ijuí – RS – Brasil



(55) 3332-0217



editora@unijui.edu.br



www.editoraunijui.com.br



fb.com/unijuieditora/

---

Catálogo na Publicação:

Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

S623

Sistematização de experiências nas ações de extensão rural e universitária [recurso impresso e eletrônico] / organizadores Pedro Silvino Neumann ...[et al.] – Ijuí : Ed. Unijuí, 2024. 212 p. -

Formato impresso e digital.

ISBN 978-85-419-0402-5 (impresso)

ISBN 978-85-419-0401-8 (digital)

1. Sistematização. 2. Metodologias. 3. Assentamentos rurais. 4. Agroindústria. I. Neumann, Pedro Silvino. II. Título.

CDU: 332.021.8

Bibliotecária Responsável

Cristina Libert Wiedtkenper

CRB 10/2651

Editora Unijuí afiliada:



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA: A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS COMO UMA FERRAMENTA PARA O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO .....</b>	<b>7</b>
Cordula Eckert	
Alvaro Delatorre	
Mario Francisco Gusson	
Nelson José de Araújo	
<b>APRESENTAÇÃO DA OBRA.....</b>	<b>13</b>
Os Organizadores	
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA ACERCA DE SISTEMATIZAÇÕES DE EXPERIÊNCIAS .....</b>	<b>19</b>
Janaina Betto	
Juliana de Almeida Costa	
<b>SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS COMO FERRAMENTA DE EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA DE ATES/RS .....</b>	<b>29</b>
Vinicius Piccin Dalbianco	
Alisson Vicente Zarnott	
Pedro Selvino Neumann	
<b>A EXPERIÊNCIA DO GRUPO FLOR DO CAMPO NA COMERCIALIZAÇÃO DIRETA NA FEIRA ECOLÓGICA DE SANANDUVA .....</b>	<b>45</b>
Cibele Bonez	
Edelaine Aparecida Brinker	
Ezequiel Cardoso Martins	
Mario Francisco Gusson	
<b>SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A IMPORTÂNCIA SOCIAL E PRODUTIVA DO GRUPO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO NOVA ALIANÇA .....</b>	<b>77</b>
Juliana de Almeida Costa	
Rodrigo Bertoni Cidade	

**A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS  
— DOAÇÃO SIMULTÂNEA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS — EM ELDORADO DO SUL:  
CONTRIBUINDO PARA ESTREITAR AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE ..... 113**

Antonio Carlos Silveira Pereira  
Artêmio Soares Marques  
Cleusa de Oliveira Reichembach  
Jeferson Orsolin  
Gabriel Cortes Machado da Silva  
Marta Elaine Bastos Oyarzabal  
Vinicius da Costa Lima

**AGROINDÚSTRIA CAMPONÊS:  
A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR NA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DE LÁCTEOS  
NO ASSENTAMENTO SIMON BOLÍVAR, MUNICÍPIO DE JÓIA (RS)..... 131**

Carolina Remus Oberto dos Reis  
Catieli Patricia Klein  
Renato de Carvalho Santos Silva  
Danísio Treméa

**PRODUÇÃO ORGÂNICA DE MORANGOS NO ASSENTAMENTO SÃO VIRGÍLIO, HERVAL — RS..... 151**

Ana Paula Jeske  
Rosemeri Burguenmaier Olanda

**SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
SISTEMATIZAÇÃO DA COPERFORTE ..... 171**

Adilson Roberto Bellé  
Alisson Vicente Zarnott  
Eduardo Jaehn  
Eduardo Miotto Flech  
Gabriela Rozek Weber  
Laila Garcia Marques  
Marcelo Artur Rauber  
Pedro Selvino Neumann  
Regis Trentin Piovesan  
Vinicius Piccin Dalbianco

**OS AUTORES..... 209**

# APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA: A Sistematização de Experiências como uma Ferramenta para o Processo de Organização e Planejamento

Cordula Eckert  
Alvaro Delatorre  
Mario Francisco Gusson  
Nelson José de Araújo

Como sujeitos do processo de sistematização de experiências desenvolvido no âmbito do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) para assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul (RS), rememorá-las foi um momento de imensa alegria. E é com a mesma alegria que apresentamos este livro que contribui com a reflexão sobre o papel e o potencial da sistematização de experiências como ferramenta de trabalho para ações de extensão rural e de extensão universitária, além de compartilhar cinco casos que em muito contribuem para a reforma agrária e para a construção de um novo mundo possível.

Resultado de muitas lutas dos trabalhadores rurais sem-terra no Estado do Rio Grande do Sul, a reforma agrária prevista na Constituição Federal de 1988 passou a ser executada com a criação de assentamentos agrários na década de 80 do século 20. Inicialmente os assentamentos ocorreram na região Norte do Rio Grande do Sul, em áreas já disponibilizadas para reforma agrária desde o governo Brizola, como as fazendas Macali e Brilhante, incluindo depois outras áreas de importância histórica para a luta dos sem-terra, como a Encruzilhada Natalino e a Fazenda Annoni.

Depois foram desapropriadas ou adquiridas por meio de compra, áreas nas regiões Noroeste, Missões e Centro do Estado e mais tarde foram disponibilizados imóveis próximos à Região Metropolitana de Porto Alegre e, posteriormente, nas regiões da Zona Sul e Campanha.

Esse espraiamento das áreas disponibilizadas para a reforma agrária implicou, na prática, um processo de migração interno do público organizado na luta pela terra, em geral oriundo das regiões mais ao Norte do Estado e que passaram a ser assentados em regiões com características distintas das suas origens, com outros agroecossistemas, solo, clima, sistemas de produção, hábitos culturais, organização da vida comunitária e proximidades de mercado e dos centros urbanos.

Essa situação exigiu dos assentados, de suas organizações (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) e da assistência técnica responsável pela prestação de serviços do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates), junto com o Incra, um processo de adaptação às características dessas novas áreas, verificando-se um longo processo de aprendizagem com muitos erros e acertos, inclusive em relação aos modelos tecnológicos adotados, de base ecológica *versus* a tecnologia tradicional baseada no uso de agroquímicos. Essa situação pode ter implicado a falta de recursos ou o seu uso inadequado, visto que nem sempre havia conexão entre a liberação do recurso financeiro previsto com a demanda efetiva dos assentados. Além disso, pelo fato de, muitas vezes, terem sido instalados em áreas de difícil acesso, com pouquíssima ou nenhuma infraestrutura (como estradas, energia elétrica, acesso à água e saneamento básico, escolas e serviços de saúde, etc.), esses assentamentos foram extremamente prejudicados na sua vida inicial, até que o próprio Incra foi obrigado a rever a sua política de disponibilização de recursos para a reforma agrária nessas regiões, incluindo a previsão dessa infraestrutura.

Cabe destacar que também na metade Norte do Estado houve dificuldades e frustrações no planejamento e na busca de uma diversificação das atividades produtivas nos assentamentos, haja vista a predominância do cultivo de grãos nessas regiões e, entre estes, especialmente a soja.

Esse reconhecimento das dificuldades vivenciadas pelos assentados pela reforma agrária estimulou o Incra e os técnicos vinculados à Ates a inserirem em 2013 a elaboração de sistematizações de experiências como meta contratual, observando-se que 20 experiências foram sistematizadas pelas equipes, seguidas por mais 14 em 2014 e outras 20 em 2015. O Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental (Ates) para os assentamentos de reforma agrária do RS foi um importante instrumento para a transformação e qualificação da intervenção

técnico-produtiva, social e ambiental dos técnicos com as famílias assentadas, para estabelecer diálogo, gerar conhecimento e promover o desenvolvimento com sustentabilidade dos assentamentos.

A sistematização de experiências como uma prática de educação popular iniciou em países da América Latina nas décadas de 70/80, quando profissionais começaram a sentir a necessidade de recuperar e comunicar experiências sobre as quais vinham trabalhando há alguns anos. Posteriormente, também passou a ser adotada no Brasil.

Como objetivo da sistematização de experiências destaca-se facilitar aos atores dos processos de desenvolvimento o envolvimento em processos de aprendizagem e de geração de novos conhecimentos a partir das experiências, dados e informações anteriormente dispersos, de modo a desenvolver sua capacidade para tomar melhores decisões, cada dia com crescente autonomia. Conforme apontado por Martinic (1984), sistematização de experiências é

um processo de reflexão que pretende ordenar e organizar o que tem sido a trajetória, os processos, os resultados de um projeto, buscando nessa dinâmica as dimensões que podem explicar o curso que assumiu o trabalho realizado (p. 2).

Para a elaboração dessas sistematizações foi incentivado o uso de ferramentas e técnicas participativas envolvendo os atores que viveram diretamente as experiências, valorizando os diferentes olhares, incluindo as mulheres, os homens, jovens e idosos. Essa exigência da participação de quem viveu diretamente a experiência diferencia, portanto, uma sistematização de um relato, que é uma recuperação de uma experiência a partir de quem escreve o relato.

Para recuperar os olhares dos diferentes atores que vivenciaram a experiência é fundamental o uso de técnicas que favoreçam e incentivem a reflexão crítica, a partir de um resgate histórico do que efetivamente aconteceu e por que aconteceu.

Alguns aspectos devem ser salientados. Em primeiro lugar, cabe ter clareza de que a aplicação de técnicas e ferramentas participativas não significa de que, necessariamente, estejam sendo utilizadas de forma dialógica, exigindo que a equipe responsável pela condução do processo de sistematização tenha cuidado para não fazer prevalecer o seu olhar sobre o dos protagonistas da experiência e que, pelo contrário, instigue o espírito crítico desses atores.

Nesse sentido, Paulo Freire e Antonio Faundez, no livro “Por uma pedagogia da pergunta”, citam que, por ocasião de uma reunião de moradores em uma visita a uma área periférica de Buenos Aires, foram perguntados sobre: “O que significa mesmo perguntar?” A esse questionamento, expõe Paulo Freire:

o centro da questão não está em fazer com a pergunta “o que é perguntar?” um jogo intelectual, mas viver a pergunta, viver a indagação, viver a curiosidade, testemunhá-la ao estudante. O problema que na verdade se coloca ao professor é o de, na prática, ir criando com os alunos o hábito, como virtude, de perguntar, de “espantar-se”.

Para um educador nesta posição não há perguntas bobas nem respostas definitivas. Um educador que não castra a curiosidade do educando, que se insere no movimento interno do ato de conhecer, jamais desprezita pergunta alguma. Porque, mesmo quando a pergunta, para ele, possa parecer ingênua, mal formulada, nem sempre o é para quem a fez. Em tal caso, o papel do educador, longe de ser o de ironizar o educando, é ajudá-lo a refazer a pergunta, com o que o educando aprende, fazendo, a melhor perguntar (Freire; Faundez, 1985, p. 25).

Se o objetivo com o processo de sistematização é tirar lições para melhorar nossa ação, mais importante do que apenas valorizar os resultados alcançados é perceber os fatores que influenciaram as tomadas de decisão de quem viveu a experiência e que essas percepções podem ser diferentes, considerando os diversos atores envolvidos, a começar pelos próprios técnicos responsáveis pelas ações de Ates, além de diferenças de gênero, de geração e de perspectivas de poder envolvendo o grupo.

Outra etapa fundamental do processo de sistematização é a divulgação das experiências sistematizadas junto a outros atores próximos dos grupos envolvidos e à sociedade em geral, sempre que possível, com a participação direta dos atores que participaram da sistematização construída. Esta fase permite a socialização do processo de reflexão vivida pelo grupo da sistematização, mediante a apresentação dos achados e das estratégias utilizadas.

A realização do trabalho de Ates por meio de equipes multi e interdisciplinares proporcionou um olhar diferenciado sobre as questões da assistência técnica, revelando-se muito importante para a observação de aspectos sociais, uma vez que aspectos técnicos, econômicos e ambientais já eram observados. Nesse sentido, a ferramenta de sistematização de experiências

contribuiu para refletir sobre a realidade e revelar aspectos diversos e complementares do conhecimento gerado pela relação de trabalho das equipes de Ates com as famílias assentadas e suas organizações.

É possível salientar que a produção orgânica aumentou nos assentamentos, bem como houve diversificação da produção e aumento da segurança alimentar das famílias. Também foi observado que o incentivo à organização possibilitou que o associativismo e o cooperativismo também apresentassem incrementos, bem como aumentasse o número de agroindústrias, de famílias fornecendo alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – (PNAE). Nesse sentido, a experiência de sistematização potencializa o conhecimento gerado nas ações e no trabalho das equipes técnicas e das famílias.

A proposta da política de Ates está relacionada a um modelo que se vincula com a reforma agrária popular, produção de alimentos de base agroecológica e sob distintos níveis de cooperação. Assim sendo, as sistematizações de experiências foram riquíssimas em termos de conteúdo e é preciso garantir sua ampla socialização para publicizar esse aprendizado de forma abrangente.

Nenhuma experiência de assistência técnica para assentamentos no país chega perto dos resultados dessa que foi realizada pelo Programa de Ates no Rio Grande do Sul, mesmo considerando as dificuldades enfrentadas nesse tempo. De todo modo, um novo Programa de Ates deve pensar em articular a assistência técnica ao controle social e processos organizativos que abarcam desde a produção ao consumo envolvendo os grupos de assentados organizados (cooperativas, mulheres, grupos informais, etc.), de modo a dialogar com as estratégias estabelecidas no âmbito dos Conselhos no Programa, o que é fundamental em um novo modelo na medida em que facilita o êxito de tais estratégias.

As informações e os achados construídos nas sistematizações elaboradas também podem ser utilizados para melhorar o processo de planejamento das atividades nos assentamentos e da própria Ates a ser proposta ao público da reforma agrária, mostrando-se importante agregar a reflexão crítica não apenas dos resultados alcançados, mas especialmente das estratégias utilizadas para contornar e superar as dificuldades e problemas que se apresentaram no processo e para a construção das ações executadas.

Tal qual na extensão rural, a sistematização de experiências tem um potencial gigantesco como instrumento de instituição das ações de extensão universitária, de uma extensão universitária que tire as universidades de seus muros; que promova essa aproximação com a sociedade, em especial com os setores subalternizados que são a maioria da sociedade, mas que em raríssimas situações adentram às universidades; que seja o ambiente para a formação crítica dos estudantes e que demande e oriente as ações de pesquisa e de extensão das Instituições de Ensino Superior (IESs).

Nesse sentido, a sistematização da experiência da Coperforte realizada como ação de extensão universitária pelos professores, estudantes e colaboradores da UFSM e da Unipampa retrata muito bem como esse processo pode ser riquíssimo para todos os envolvidos, em especial para a comunidade acadêmica que pode repensar suas prioridades e seu processo de formação.

A sistematização das experiências contribuiu para o aprendizado e geração de conhecimento pelos atores envolvidos no processo, sejam extensionistas, estudantes ou agricultores, e o faz na perspectiva da transformação da realidade, almejando avançar na direção de maior autonomia, resiliência e sustentabilidade.

Boa leitura.

## REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARTINIC, Sérgio. *Algunas categorías de análisis para la sistematización*. Santiago, Chile: Cide-Flasco, 1984.

## APRESENTAÇÃO DA OBRA

Neste material serão apresentados alguns exemplos e algumas reflexões sobre a sistematização de experiências como ferramenta de extensão rural e de extensão universitária. A obra tem como pano de fundo diferentes ações de extensão, nas quais há um conjunto de sujeitos envolvidos: discentes, docentes e colaboradores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), bem como extensionistas e famílias rurais.

O intuito é oportunizar aos públicos acadêmico e não acadêmico o contato com reflexões críticas que surgem a partir da e na prática de sistematizar experiências envoltas em distintos processos de extensão, de maneira a permitir que diferentes sujeitos possam vir a refletir sobre as experiências sistematizadas, acerca das ações de extensão rural e universitária, bem como da prática de sistematização de experiências como ferramenta pedagógica em ações de extensão.

No que se refere à experiência com extensão rural, neste material serão apresentadas cinco sistematizações construídas no âmbito do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) para assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul. A construção, ao longo de três anos (2013, 2014 e 2015), de 54 sistematizações de experiências pelas equipes do Programa de Ates do RS (assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária), pode ser considerado um feito bastante inovador nesta área, especialmente por ter surgido, segundo Miranda, Zarnott e Zanella (2018), como fruto de um encontro de extensionistas da área social do Programa de Ates, dentro de uma abordagem interdisciplinar, bem como por permitir a análise crítica de práticas realizadas nos assentamentos, desde o levantamento de problemas e potencialidades em cada experiência sistematizada.

As conexões entre os princípios da Política Nacional de Ater (Pnater) e o Programa de Ates do RS, especialmente no que se refere à centralidade da participação e da composição de equipes multidisciplinares parecem ter influenciado para a diversidade de experiências sistematizadas pelas equipes técnicas, que trouxeram luz a temas distintos e inovadores, ressaltando a

heterogeneidade, inventividade e complexidade da vida no campo e da atuação extensionista, proporcionando reflexões profundas para todo o conjunto de envolvidos no Programa de Ates (beneficiários, equipes técnicas, prestadoras, Inkra e UFSM), posto que além de sistematizar, a proposta de ação também previa a partilha dessas sistematizações em encontros anuais, cumprindo com o que orientam Holliday (2006) e Eckert (2007), que compreendem como última etapa o ato de divulgar o feito.

As sistematizações selecionadas para compor este material abordam diferentes interfaces da vida e do trabalho no mundo rural nos assentamentos e relacionam-se a cinco eixos temáticos: organização social de grupo de mulheres, organização produtiva em feira livre, produção agroecológica, comercialização em mercados institucionais e tecnologia social nos processos de agroindustrialização.

No eixo temático “organização produtiva em feira livre” foi selecionada uma sistematização de experiência do Cetap sobre o Grupo Flor do Campo, que comercializa sua produção de forma direta na Feira Ecológica de Sananduva/RS. Esta experiência evidencia questões sobre o protagonismo feminino, a organização de feiras, a comercialização de produtos agroecológicos e a segurança alimentar.

No eixo temático “organização social de grupo de mulheres” foi escolhida uma sistematização de experiência da Coptec sobre a importância social e produtiva do grupo de mulheres Frutos da Terra, do Assentamento Nova Aliança em Tupanciretã/RS. Esta experiência traz reflexões sobre as mulheres, a organização comunitária, feiras, a gestão da sede do assentamento, o papel e importância da horta de plantas medicinais, apontando reflexos destes temas na autoestima e na organização do grupo, como o reconhecimento do grupo pelo conjunto do assentamento.

No eixo temático “comercialização em mercados institucionais” foi selecionada a sistematização de experiência da Coptec sobre a prática com o PAA Doação Simultânea em Eldorado do Sul/RS. Esta experiência discute a relação entre as famílias que plantam os produtos agroecológicos no campo e as famílias que recebem as doações no meio urbano, demonstrando a importância do diálogo e aproximação entre elas, dado o caráter do PAA Doação Simultânea de ação de solidariedade mediada pelo Estado.

No eixo temático “tecnologia social nos processos de agroindustrialização” foi selecionada uma sistematização de experiência da Emater sobre a organização familiar na Agroindústria Camponês, que processa lácteos no assentamento Simón Bolívar, localizado em Jóia/RS. A sistematização discute o reconhecimento social e produtivo da agroindústria, a organização familiar para o trabalho e a relação estabelecida com as outras famílias do assentamento.

Por fim, no eixo temático “produção agroecológica” foi escolhida uma sistematização de experiência da Emater que versa sobre a produção orgânica de morangos no assentamento São Virgílio, localizado no município de Herval/RS. É tema central da sistematização o processo de experimentação prática e construção de conhecimento acerca do cultivo realizado conjuntamente entre equipe técnica e a agricultora.

No âmbito da extensão universitária, apresenta-se uma sistematização de experiência sobre a ação cooperativa na cadeia do leite realizada pela Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste – Coperforte. Esta ação de sistematização envolveu discentes, docentes e colaboradores das universidades citadas, extensionistas, a cooperativa e as famílias rurais.

Para a Universidade, o processo de sistematização da experiência da Coperforte foi uma ocasião ímpar de proporcionar ao seus discentes e docentes a oportunidade de conhecer e aprender sobre vários temas, entre os quais merecem destaque: o impacto da reforma agrária na vida das famílias e na sociedade; a trajetória de constituição e consolidação de um assentamento de reforma agrária; a territorialização e identidade dos assentamentos no pampa gaúcho; a trajetória de superação das famílias para permanecerem nos assentamentos e para se tornarem produtoras de leite; os desafios e a importância da organização cooperativa; a realidade socioeconômica e produtiva das famílias associadas à cooperativa, além de, evidentemente, a trajetória, desafios e expectativa de futuro da Coperforte.

Sandra de Deus (2020) considera essencial para a formação profissional o contato com a diversidade de realidades e de perspectivas, pois configura um aprendizado que se constrói a partir da imersão na realidade. Sendo assim, o protagonismo dos discentes durante o processo de sistematização foi entendido como um processo educacional associado à extensão.

Para a Coperforte a sistematização foi um momento de reflexão sobre a sua trajetória, que naquele momento completava 20 anos. A reconstituição dos primeiros passos, a identificação dos momentos que foram cruciais em sua caminhada, os momentos difíceis (e como eles foram superados), os momentos de inflexão de trajetória (e quais elementos foram definidores das escolhas e dos resultados produzidos), as parcerias construídas na caminhada, os desafios e dilemas atuais e as expectativas quanto ao futuro foram objeto de problematização e reflexão durante o processo de sistematização e estão sintetizados na presente obra.

Conforme apontado por Verger (2007), o processo é tão importante quanto o produto final, uma vez que o conhecimento produzido é necessariamente de caráter coletivo e processual. Assim, a experiência descrita proporcionou momentos de reflexões sobre erros e acertos que promoveram aprendizados para os cooperados, mas também para a universidade, na figura de profissionais e futuros profissionais que puderam aprender com o processo de sistematização e, conseqüentemente, refletir sobre a sua atuação e formação profissional. Verger (2007) menciona o conhecimento localizado e orientado à prática:

La validez del conocimiento producido desde la sistematización recae en su grado de acierto a la hora de orientar una nueva práctica y afrontar nuevas situaciones, y no únicamente en su consistencia interna o en su relación con una determinada teoría (p. 631).

Desse modo, a sistematização, mediada por agentes externos, construiu um ambiente com distintos atores, o que possibilitou a emergência de reflexões a partir de diferentes ângulos. Conjuntamente, foi realizada uma avaliação sobre as decisões e seus resultados em cada momento da história e conseqüentemente identificados os acertos e erros cometidos. Assim, esse processo foi registrado, ordenado e organizado para servir de referência para a cooperativa. Nesse sentido, está presente a concepção dialética da realidade, tal qual mencionada por Verger (2007):

La realidad se caracteriza, en primer lugar, por ser total, es decir, que la realidad es un todo integrado donde las partes no se pueden entender aisladamente, sino en relación al conjunto. Por otro lado, la realidad es un proceso histórico, es decir, producto de la construcción humana. Finalmente, la realidad es dinámica antes que estática, ya que

se encuentra en permanente movimiento. De esta concepción extraemos que la realidad es transformable, sobre todo como consecuencia de las tensiones y los conflictos que se producen entre grupos sociales (p. 633).

Logo, a experiência da sistematização no caso da Coperforte também revelou elementos apontados por Holliday (2006), que se referem a sua capacidade de ordenar fatos, reconstruir processos vividos e gerar aprendizados. Isso reitera, mais uma vez, que os processos de sistematização podem ser úteis para organizações associativas, cooperativas, entidades de extensão rural, Organizações Não Governamentais (ONGs) e demais empreendimentos que objetivam construir ações educativas de caráter emancipatório, mas também para as universidades, como potente ferramenta para construção e análise crítica da formação profissional.

De acordo com Paulo Freire (1983), o processo educativo constrói-se no meio onde se vive. Assim, os agricultores podem aprender e educar-se a partir da sua realidade, desde que haja ferramentas adequadas para o processo educativo ocorrer e, discentes e docentes, podem aprender para além dos muros da universidade. No caso da Coperforte, os agricultores são protagonistas de uma ação transformadora do seu meio, a partir da construção de um trabalho cooperativo imerso em aprendizados sobre a gestão de uma cooperativa e das suas experiências vividas.

Para encerrar esta sucinta apresentação, vale destacar novamente que o conhecimento construído nessas sistematizações não acrescentou apenas para as famílias assentadas ou para os extensionistas do Programa de Ates, mas sobremaneira acrescentou (e modificou) a universidade, a formação dos discentes e docentes envolvidos, como é esperado das ações de extensão universitária socialmente referenciadas.

Sistematizar experiências é um ato coletivo, quando se faz necessário conceber o conhecimento como fruto de trocas e das partilhas e, portanto, despir-se da concepção de que ele pertence somente a determinados grupos. Além disso, a compreensão de que o processo tem a mesma importância do produto final é fundamental, pois é justamente ao longo do processo que, não somente a experiência, mas os sujeitos, podem se transformar (Carnut *et al.*, 2020).

Com a organização desta obra espera-se que o rico processo vivido chegue a mais pessoas como conhecimento sistematizado, mas também como testemunho e inspiração de que é importante e necessária a reforma agrária e

de que é fundamental e possível a aproximação e o vínculo da universidade com a realidade dos povos do campo para que tenhamos uma formação crítica e transformadora.

Boa leitura.

*Os organizadores*

## REFERÊNCIAS

- CARNUT, Leonardo *et al.* Sistematização de experiências como método para elaborar crítica política. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 8, n. 16, 2020.
- DAL SOGLIO, Fábio Kessler. A sistematização de experiências e a aplicação em agroecologia. In: NETO, Alberto Bacagioli; DAL SOGLIO, Fábio Kessler (org.). *Metodologias participativas e sistematizações de experiências em agroecologia*. Porto Alegre: UFRGS; Sead, 2022.
- DEUS, S. de. *Extensão universitária: trajetórias e desafios*. Santa Maria, PRE-UFSM, 2020. 96 p. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/npedcln/wp-content/uploads/2021/06/EBOOK\\_-\\_Sandra\\_de\\_Deus\\_-\\_Extensao\\_Universitaria.pdf](https://www.ufrgs.br/npedcln/wp-content/uploads/2021/06/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf) Acesso em: 12 abr. 2023.
- ECKERT, C. *Orientação para elaboração de sistematização de experiências*. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2008. 46 p.
- FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. (2012). Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2023.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B17CBepMBxFWVXI1DY1RnSTdVbk0/edit>. Acesso em: 6 abr. 2023.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. *Para sistematizar experiências*. Tradução Maria Viviana V. Resende. 2. ed. rev. Brasília: MMA, 2006. 128 p.
- MIRANDA, Fernanda Q.; ZARNOTT, Alisson V.; ZANELLA, Francis C. O processo de sistematização de experiências agroecológicas como instrumento de extensão rural. In: DALBIANCO, V. P. *et al.* *Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 2018.
- VERGER, A. Sistematizando experiencias: análisis y recreación de la acción colectiva desde la educación popular. *Revista de Educación*, n. 343, p. 623-645, 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/28161286\\_Sistematizando\\_experiencias\\_analisis\\_y\\_recreacion\\_de\\_la\\_accion\\_colectiva\\_desde\\_la\\_educacion\\_popular](https://www.researchgate.net/publication/28161286_Sistematizando_experiencias_analisis_y_recreacion_de_la_accion_colectiva_desde_la_educacion_popular). Acesso em: 7 jun. 2023.

# CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA ACERCA DE SISTEMATIZAÇÕES DE EXPERIÊNCIAS

Janaina Betto  
Juliana de Almeida Costa

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo (Holliday, 2006, p. 24).

Segundo Miranda, Zarnott e Zanella (2018), a sistematização de experiências surge ainda na década de 50 do século 20 na América Latina, com forte vínculo com o campo de estudos e práticas do Serviço Social, chegando ao Brasil a partir da década de 80, dado o processo de redemocratização no país.

No início da década de 90, Diego Palma (1992) chamou a atenção para uma incipiente prática de sistematização de experiências em educação popular ao longo da história latino-americana, o que se contrapõe com a recente efervescência da adesão à prática de sistematização, cenário que levou a uma demanda por se refletir criticamente quanto à prática de sistematização, dada uma generalização que estava alocando uma diversidade de práticas sob o guarda-chuva dessa terminologia. Diante disso, o autor aponta para o reconhecimento da existência da prática de sistematizar e para a necessidade de nomeação dessa prática. Palma (1992) delinea então a sistematização como um exercício que se pretende uma atividade promocional e educativa, alicerçada na realidade prática de cada situação particular e, portanto, uma prática que vai contra a perpetuação de princípios básicos do positivismo<sup>1</sup> no campo da educação.

---

<sup>1</sup> Sobretudo no que se refere à prática positivista de se privilegiar o conhecimento científico e desvalorizar conhecimentos populares.

Ao apresentar a produção de Oscar Jara Holliday acerca do método de sistematização de experiências, Kiel e Ascher (2006, p. 7) nos convidam a olhar para o ato de sistematizar experiências como um “desafio político-pedagógico”, que se pauta na relação dialógica e é guiado pela busca por uma interpretação crítica dos processos vividos. Nesse sentido, é possível localizar previamente o leitor perante o método de sistematização de que se trata nessa publicação: um anseio por qualificar os trabalhos na extensão rural e na extensão universitária e, ao mesmo tempo, uma busca por proporcionar um amplo processo de interpretação crítica de experiências vividas, que contemple todos os sujeitos envolvidos (discentes, docentes, pesquisadores, extensionistas e famílias rurais). Desse modo, a escrita dos textos que compõem este material está intimamente relacionada com uma ação de organização e sistematização de processos vivenciados, com vistas à realização de análises críticas diversas, que permitam um amplo processo de compreensão de ações e práticas extensionistas e, conseqüentemente, profícuas oportunidades de aprendizagem e transformação social. Por isso, visualiza-se o método de sistematização de experiências como uma ferramenta educativa potente no que se refere às amplas possibilidades de aplicação dentro e por meio das universidades.

Holliday (2006) afirma que falar de sistematização é sempre falar de um exercício que se refere a experiências práticas concretas que, ao mesmo tempo que são particulares, também se inserem no âmbito mais geral da sociedade, portanto permitem extrair daquele particular os elementos que possibilitam algumas abstrações. Assim, retomando a citação do autor que abre esse tópico, é possível afirmar que a sistematização engloba um esforço por se compreender o sentido das experiências, com base no ordenamento e organização de seus diversos processos e influências e que, ao fim, irá nos proporcionar um conhecimento novo, que é mais do que a soma das informações anteriores à sistematização, pois potencialmente engloba o processo reflexivo dos diferentes sujeitos envolvidos quando postos a reexperienciar o vivido desde outra perspectiva, mais além da experiência prática em si.

A sistematização de experiências carrega a particularidade de se tratar então do estudo daquilo que foi vivido, a partir da organização de processos e informações antes dispersas e da reflexão e interpretação que os próprios sujeitos envolvidos constroem acerca de suas vivências. Como argumenta Holliday (2006), a sistematização fica entre a “descrição” e a “teoria”, ou seja, como um ponto de confluência.

Holliday (2006) também cita múltiplas possibilidades de trabalho a partir da sistematização de experiências, como (1) a compreensão mais profunda das experiências, de maneira a qualificar nossas práticas; (2) a chance de se compartilhar ensinamentos surgidos a partir da experiência e (3) o processo de teorização e generalizações, que permitem o surgimento de novos conhecimentos. Em se tratando do primeiro ponto, o autor refere-se ao fato de a sistematização permitir a compreensão da diferenciação entre elementos recorrentes e ocasionais que influenciam nos processos e que ajudam a entender como se chegou em determinado resultado e não em outro e, ao mesmo tempo, como se pode potencializar resultados.

Com relação à segunda afirmativa, o autor remete-se ao fato de que cada experiência é única, no entanto o aprendizado da interpretação feita pode servir como inspiração e impulsionar “intercâmbios de aprendizagens” (Holliday, 2006, p. 32), que são pautados na ideia de que aprender e compartilhar devem ser práticas centrais de uma sistematização e que o encontro entre diferentes práticas pode levar a novos patamares nas experiências, desde que se estabeleça uma linguagem comum.

Por fim, quanto ao terceiro ponto, diz respeito ao maior desafio posto à sistematização, diante do qual o autor propõe como saída uma “concepção metodológica dialética”, que concentra os esforços não apenas na criação de novos conhecimentos e sim nas explicações sobre as mudanças nos processos, pois seu objeto fundamental de conhecimento são os processos e a sua dinâmica.

Assim, Holliday (2006, p. 36) aponta para um potencial da sistematização em contribuir para a construção de teorias por incentivar “dialeticamente a relação entre o conhecimento teórico já existente, como expressão do saber acumulado, e novos conhecimentos que surgem de novas situações e processos”. É assim que a sistematização permite revisitar e revisar conhecimentos teóricos, tomando por base os novos conhecimentos que emergem dos processos reflexivos em torno das experiências práticas sistematizadas.

Nesse sentido, o método de sistematização guarda uma íntima relação com experiências práticas em educação popular, e na atualidade tem sido admitido para a construção de reflexões em diálogo com diferentes campos, como é o caso da sistematização de experiências agroecológicas (Chavez-Tafur, 2007; Miranda; Zarnott; 2015, Miranda *et al.*, 2016; Sanches; Abreu, 2017), sistematização de experiências no âmbito da formação de professores (Bremm;

Güllich, 2020), sistematização de experiências de coletivos políticos (Carnut *et al.*, 2020) e sistematização de experiências de ocupação na luta pela moradia (Moraes, 2018), para citar alguns.

Diferentes campos apostam na sistematização de experiências como caminho profícuo para a tessitura de reflexões críticas contínuas e ensinamentos em torno das ações, práticas e iniciativas que se dão em diferentes âmbitos da educação, portanto o que se pode tomar como pano de fundo em comum entre as diferentes experiências com o método é essa íntima relação com a educação popular e a concepção de que sistematizar é uma prática que está entre a simples descrição de experiência e a reflexão meramente teórica.

Para Holliday (2006), o que fundamenta e permite que o método de sistematização se localize nesse lugar “entre” é a sua base: a Concepção Metodológica Dialética:

A Concepção Metodológica Dialética entende a realidade histórico-social como uma totalidade: um todo integrado, em que as partes (o econômico, social, político, cultural; o individual, local, nacional, internacional; o objetivo, o subjetivo, etc.) não podem ser entendidos isoladamente, senão em sua relação com o conjunto (Holliday, 2006, p. 46).

Com uma Concepção Metodológica Dialética é absurdo tratar os fenômenos sociais como se fossem “coisas”, como se fossem fatos estáticos ou imutáveis que podemos estudar “de fora”. Para a corrente positivista das ciências sociais este seria o ideal do conhecimento científico da sociedade: estudá-la da mesma maneira que as ciências naturais estudam a natureza. Desta forma, segundo eles, ter-se-ia um conhecimento “objetivo”, no qual se descrevem e se catalogam os fenômenos, estuda-se seu funcionamento e suas regras, prevê-se seu comportamento e encontram-se fórmulas que os explicam (Holliday, 2006, p. 48).

É com base nessas premissas que o autor localiza o método da sistematização entre a teoria e a prática, um método que parte da compreensão dos fenômenos sociais desde uma aproximação com a realidade material em que estão inseridos, buscando ali os elementos que dão base para as reflexões críticas. Com isso, foca-se em descrever e refletir sobre os processos, suas

causas e suas relações e evita-se análises centradas em explicar ou descrever os fenômenos em si. Quanto à fundamentação do percurso metodológico em torno da Concepção Metodológica Dialética, o autor aponta

... a fundamentação do percurso metodológico particular que deveríamos seguir em qualquer exercício de sistematização, partir da prática social que exercemos: organizar um processo de interpretação crítica dela, que vê do descritivo ao reflexivo; que realize de forma rigorosa – ainda que seja simples – análises, sínteses, induções e deduções; que situe nosso fazer nas tensões e contradições de fundo; que obtenha conclusões teóricas e ensinamentos práticos. Quer dizer, um método e procedimentos concretos que tenham coerência com sua fundamentação filosófica e que permitam fazer da sistematização, efetivamente, uma interpretação crítica de nossas experiências e uma ferramenta transformadora e criadora (Holliday, 2006, p. 58).

Para que a aplicação do método de sistematização seja viável, no entanto, pressupõe-se que quem sistematiza também deve se implicar no processo como sujeito ativo, reconhecendo-se como parte da transformação que se almeja, portanto a Concepção Metodológica Dialética implica um situar-se ante as experiências, reconhecer-se como parte do processo em questão, como também sujeitos transformadores e criadores da história. Quem sistematiza se envolve no processo e assim faz com que se torne possível uma sistematização de experiências.

No entendimento de Carnut *et al.* (2020), o ato de sistematizar, como método, não somente gera aprendizados a partir da experiência por meio da reflexão crítica, mas essencialmente traz reflexões e transformações aos sujeitos a partir das interações que proporciona, visto que não é um processo neutro e busca transformar tanto os sujeitos quanto a realidade que lhes é comum. Para os autores, a compreensão do sujeito como produtor do conhecimento, construindo interlocução com a experiência, é central em um método no qual o processo e o produto possuem o mesmo valor.

Ainda segundo os autores, sistematizar uma experiência não se resume a avaliar os resultados ou os impactos de experiências coletivas, mas sim uma busca coletiva pela compreensão da experiência como um todo a partir dos seus sujeitos. Consiste no “experienciar”, que para os autores é concebido como algo essencialmente humano, que envolve todas as afetações próprias da construção dos sentimentos e emoções sobre o vivido:

Reafirmando o experienciar como algo essencialmente humano, carregado da complexidade de elementos possíveis de serem criados e recriados a partir de cada momento vivido, de apreender e aprender que tem em si uma mescla de processos e implicações para além do físico, é que se justifica o “experienciar” para além dos aspectos puramente biológicos (Carnut *et al.*, 2020, p. 4).

Berdegúe, Ocampo e Escobar (2002) destacam que a sistematização pode elegeer os seguintes tipos de experiências: a) uma experiência que teve êxito e interessa conhecer os motivos do resultado positivo. Em que aspecto teve êxito?; b) uma experiência fracassada e que interessa conhecer os motivos desse resultado. Em que aspecto fracassou?; c) uma experiência que está em curso, que não sabemos se terá êxito, mas tem elementos inovadores interessantes que queremos conhecer. Em que aspecto a experiência foi inovadora? Assim sendo, o processo de sistematização não objetiva unicamente refletir sobre experiências exitosas, mas também resgatar e acompanhar processos que não tenham alcançado os objetivos esperados, mas que podem contribuir para a geração de reflexões que orientem ações futuras a não repetir os mesmos erros.

O processo de sistematização propriamente dito tem início com a definição do eixo principal ou fio condutor “que atravessa a experiência e se refere aos aspectos centrais dessa(s) experiência(s) que interessa sistematizar” (Holliday, 2006, p. 82). Esta definição contribui para a focalização do trabalho de sistematização, pois uma realidade pode ser sistematizada por diferentes enfoques, o que pode dificultar o trabalho de sistematização das informações mais relevantes. Holliday (2006) defende que o processo de sistematização de experiências pode ser construído a partir de momentos específicos, que apoiaram o norte dos caminhos a serem percorridos, destacando-se cinco momentos orientativos: i. ponto de partida; ii. perguntas iniciais; iii. recuperação do processo vivido; iv. reflexão aprofundada sobre a experiência e, v. pontos de chegada.

Para o ponto de partida (momento i) deve-se reunir os atores envolvidos na experiência e ter os registros dela (dados, informações e relatórios já disponíveis). As perguntas iniciais (momento ii) versam sobre: a) para que queremos sistematizar? A resposta a essa pergunta define o objetivo da sistematização; b) Que experiência(s) queremos sistematizar? A resposta delimita o objeto a ser sistematizado; c) Que aspectos centrais dessa experiência interessa sistematizar? A resposta define o eixo da sistematização. A recuperação

do processo vivido (momento iii) possibilita reconstruir a história e ordenar e classificar as informações sobre a experiência. A reflexão aprofundada sobre a experiência (momento iv) contribui para analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo. O ponto de chegada (momento v) propõe-se a formular conclusões e comunicar a aprendizagem.

A divulgação e problematização dos resultados alcançados com o processo de sistematização (conhecimento gerado) é tão importante quanto o processo em si, tendo em vista ser um dos objetivos desta ferramenta. Concordando com Holliday e Eckert (2007, p. 2) destaca a importância e necessidade da “elaboração de um produto que possa ser divulgado, tanto para o próprio público envolvido como também ao público externo à experiência”.

Um dos pontos centrais para a conexão de sistematizar experiências com a educação popular encontra-se na dialogicidade que o método propõe. O ato de sistematizar uma experiência de acordo com a proposição metodológica apresentada tem sua centralidade na construção coletiva, na reflexão crítica conjunta e no ressignificado construído a partir destas interações reflexivas. Além disso, trazer à memória de cada indivíduo sua vivência e experiência e partilhar o rememorar tendem a mexer com outros sentimentos e outros sentidos, para além daqueles já vivenciados, potencializando a construção de aprendizados e novos conhecimentos. Segundo Holliday:

Una experiencia está marcada fundamentalmente por las características de sus protagonistas: los hombres o las mujeres que las viven. Así, las personas vivimos las experiencias con expectativas, sueños, temores, esperanzas, ilusiones, ideas e intuiciones. Las personas somos las que hacemos que ocurran esos procesos complejos y dinámicos, y esos procesos, a su vez, nos marcan, nos impactan, nos condicionan, nos exigen, nos hacen ser. Las experiencias son individuales y colectivas a la vez, las vivimos y nos hacen vivir; somos seres humanos en cuanto vivimos cotidiana y socialmente experiencias de las que somos sujetos y objetos al mismo tiempo. Así, toda experiencia inmediata y personal está vinculada a toda la experiencia humana, desde el momento histórico que se vive, aunque esta relación no aparezca de forma evidente ni inmediata. Por eso se requiere un proceso intencionado que nos permita descubrir esas determinaciones radicales que subyacen en el fondo de lo que se nos presenta a simple vista (Holliday, 2018, p. 54).

Dal Soglio (2022) recorda que para Guijt *et al.* (2007), descrever a experiência não é o suficiente, ela precisa ser analisada criticamente, deve-se buscar a conexão entre os conhecimentos da equipe com todo o aporte de saberes locais que se encontram envolvidos e imbricados na experiência. Todos estes saberes e vivências devem ser contextualizados no tempo e espaço que os circunda.

Além disso, para Dal Soglio (2022) a sistematização de experiências compreendida a partir do método participativo e de um enfoque sistêmico, necessita de uma construção que ultrapasse as barreiras disciplinares estáticas, mas sem abandonar os conhecimentos específicos, buscando construir interdisciplinaridade, o que pode ser alcançado a partir de equipes multidisciplinares de mediadores e mediadoras para o desenvolvimento dos processos.

Nesse sentido, entendendo-se que a sistematização de experiências transforma não só o objeto, mas os sujeitos envolvidos, a continuidade da equipe nos processos desenvolvidos tende a trazer benefícios, como a qualificação desta a partir do aporte cumulativo no ato de sistematizar experiências, a compreensão contextual da experiência por meio da vivência e a confiabilidade que se constitui entre mediadores/mediadoras e os demais sujeitos envolvidos, pois estas são construções coletivas que envolvem e afetam todas e todos que as vivenciam.

É possível visualizar que o ato de sistematizar experiências, ao longo dos mais de 50 anos desde o seu surgimento, tem sido utilizado para diferentes fins, sistematizando uma grande diversidade de experiências, em diferentes áreas do conhecimento e campos de atuação. É a partir dessas variadas experiências práticas concretas e particulares que a sistematização oferece valiosos elementos que auxiliam na transformação da realidade e na construção de novos conhecimentos. Esse potencial da sistematização deve-se, principalmente, ao processo reflexivo dos diferentes sujeitos que se envolvem durante o ato de sistematizar.

Assim, o que fica cada vez mais evidente é a necessidade, para este fim, de que todas as pessoas envolvidas sintam-se ao mesmo tempo sujeitos e protagonistas do processo e que mesmo havendo mais de uma visão sobre a experiência, quando colocadas em contato e encontrando uma linguagem comum, é possível construir novas concepções e novos sujeitos ao longo do processo.

Reitera-se, assim, que a dimensão processual da sistematização é tão fundamental quanto o produto sistematizado. Talvez por isso sistematizar experiências tende a ser, ao mesmo tempo, um instrumento interessante e desafiador para se incorporar nas ações de extensão rural e de extensão universitária, pois requer construir uma linguagem comum não só com a população em geral, mas também entre profissionais de diferentes áreas do conhecimento, que podem contribuir com a complexidade da vida comunitária, desde que assumam se envolver no ato de sistematizar, reconhecer a importância dos demais sujeitos envolvidos e buscar na dimensão processual da sistematização seus maiores ensinamentos.

## REFERÊNCIAS

- BERDEGUÉ, J. A.; OCAMPO, A.; ESCOBAR, G. *Sistematización de experiencias locales de desarrollo agrícola y rural: guía metodológica*. Santiago, Chile: Fidamerica: Prevel, 2002. Disponível em: <https://gestionparticipativa.pe.iica.int/getattachment/9f82203c-f932-40f1-b886-6378e6d633b8/Sistematizacion-de-experiencias-locales-de-desarro.aspx>. Acesso em: mar. 2023.
- BREMM, Daniele; GÜLLICH, Roque Ismael da Costa. Sistematização de experiências: conceito e referências para formação de professores de Ciências. *REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática*, v. 8, n. 3, 2020.
- CHAVEZ-TAFUR, Jorge. *Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências*. Brasil: AS-PTA, 2007.
- CARNUT, Leonardo *et al.* Sistematização de experiências como método para elaborar crítica política. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 8, n. 16, 2020.
- DAL SOGLIO, Fábio Kessler. A sistematização de experiências e a aplicação em agroecologia. In: NETO, Alberto Bacagioli; DAL SOGLIO, Fábio Kessler (org.). *Metodologias participativas e sistematizações de experiências em agroecologia*. Porto Alegre: UFRGS; Sead, 2022.
- GUIJT, I. *et al.* Institutionalizing learning in rural poverty alleviation initiatives. *Knowledge Management for Development Journal*, v. 3, n. 2, p. 5-20, 2007.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. *La sistematización de experiencias: práctica y teoría para otros mundos posibles*. Bogotá: Cinde, 2018.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. *Para sistematizar experiências*. Tradução Maria Viviana V. Resende, 2. ed. rev. Brasília: MMA, 2006. 128 p.
- KIEL, Ana Cristina Milanez de Oliveira; ASCHER, Petra. Apresentação. In: HOLLIDAY, Oscar Jara. *Para sistematizar experiências*. Brasília: MMA, 2006.

MIRANDA, Fernanda Q.; ZARNOTT, Alisson V. Capacitando equipes técnicas para sistematizar experiências agroecológicas em assentamentos da reforma agrária do RS. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, n. 3, 2015.

MIRANDA, Fernanda Q. *et al.* Sistematização de experiências agroecológicas como ferramenta de extensão rural no programa de ATEs/RS. SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 7., 2016. Araraquara: Universidade de Araraquara – Uniara, 2016.

MIRANDA, Fernanda Q.; ZARNOTT, Alisson V.; ZANELLA, Francis C. O processo de sistematização de experiências agroecológicas como instrumento de extensão rural. *In: DALBIANCO, V. P. et al. Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul.* Ijuí: Editora Unijuí, 2018.

MORAES, Máira Carvalho de. A sistematização de experiências na prática: a pesquisa sobre a história da ocupação do bairro Vila Operária III, em Guarulhos (SP). *Extraprensa*, São Paulo, v. 11, n. esp., 2018.

PALMA, Diego. Estado Actual de la Sistematización. Santiago de Chile: CEAAL, 1992.

SANCHES, C. A.; ABREU, L. S. *O método de sistematização de experiências sociais.* JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 2017. Campinas, SP: Unicamp, 2017.

# SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS COMO FERRAMENTA DE EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA DE ATES/RS

Vinicius Piccin Dalbianco  
Alisson Vicente Zarnott  
Pedro Selvino Neumann

Freire (1985), ao problematizar a ação de agrônomos no Chile e a terminologia “extensão rural”, chama a atenção justamente para a importância e necessidade de uma relação dialógica entre extensionistas e camponeses. O autor defende que na reflexão sobre determinado objeto o sujeito pensante necessita de outro sujeito pensante para a construção de uma reflexão crítica acerca do objeto:

O sujeito pensante não pode estar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o pensamos que estabelece o penso e não o contrário. Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. [...] O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação (Freire, 1985, p. 66).

Para Freire (1985), a compreensão acerca do que foi vivido se constitui no diálogo e durante o processo de seu desenvolvimento. Dessa forma, entende-se que o método de sistematização de experiência aproxima-se bastante da proposta freiriana e se constitui como um método participativo que deve ser desenvolvido a partir de ferramentas condizentes com ele (como mapas, cartografias e diagramas), buscando sensibilizar, envolver e construir processos de reflexão crítica acerca da realidade, que possam se transformar em ações coletivas para aprimorar as experiências existentes. Isso posto, visualiza-se a sistematização de experiências como um método que se conecta com a proposta freiriana acerca da construção de relações dialógicas entre extensionistas e camponeses.

De acordo com Eckert (2008, p. 18), a unidade entre o sujeito e o objeto do conhecimento “deve-se ao fato de ser o próprio ator envolvido no processo o autor da sistematização, refletindo, portanto, sobre a sua própria prática”..., podendo ocorrer “o envolvimento e o apoio de uma assessoria externa para ajudar na sistematização a ser realizada, junto com os atores diretamente envolvidos com a mesma”. Para a autora, no entanto, a tarefa da sistematização na extensão rural não pode ser atribuída unicamente a esse assessor externo, pois a sistematização pressupõe, justamente, a participação ativa e direta dos que vivenciaram a experiência neste processo. Nesse sentido, a participação de pessoas externas no processo de sistematização pode colaborar para a qualificação dos registros, da revisão de documentos, no processo de síntese, mas nunca com protagonismo perante os atores da realidade sistematizada.

Assim, entende-se que o objetivo de uma sistematização, de proporcionar processos de aprendizagem e geração de novos conhecimentos, traz resultados que contribuem para a ampliação da capacidade de se tomar decisões, pois revela situações antes desconhecidas ou dispersas. Por este motivo, a sistematização de experiências pode ser uma potente ferramenta para a extensão rural. Ao organizar/ordenar as informações relacionadas ao caso estudado, é possibilitado enxergar um novo caminho, viabilizar uma reflexão por meio da análise crítica de práticas realizadas na sociedade (realidades das populações) e identificar problemas e potencialidades das experiências.

Nesse sentido, uma vez que a extensão rural objetiva promover processos de desenvolvimento para a melhoria da vida das famílias de agricultores, o resultado da sistematização de experiências pode ser uma importante fonte de geração de conhecimentos para (re)orientar as práticas extensionistas. Além disso, ao (re)conhecer os processos de desenvolvimento com mais profundidade, a extensão rural pode colaborar com o desenvolvimento e proposição de soluções para os problemas identificados e, muitas vezes, antes não percebidos pelos extensionistas.

Metodologicamente, a ferramenta sistematização de experiências baseia-se na compreensão de que a ação prática das comunidades rurais pode gerar importantes aprendizados. Para que isso ocorra é necessário um processo de ordenamento, sistematização e reflexão sobre a realidade analisada. O resultado sugere a produção de conhecimentos que podem desencadear propostas e ações para promover a qualificação da realidade vivenciada. Nesse sentido, os passos a se seguir em um processo de sistematização devem levar em consideração

os conhecimentos acumulados e adquiridos, as características históricas, as percepções atuais e perspectivas futuras dos atores envolvidos (incluindo os próprios mediadores da sistematização). Ademais, como já foi destacado anteriormente, a ferramenta de sistematização como um instrumento de extensão rural também pode ser usada para acompanhar experiências que deram certo, avaliar ações que não atingiram seus objetivos e sistematizar informações de algo que está em curso.

A sistematização de experiências é uma ferramenta com trajetória no âmbito dos serviços de extensão rural e por essa razão cabe aqui a realização de um paralelo, a partir da experiência com o programa de Ates RS, visando a demonstrar seu potencial como ferramenta de trabalho com a sociedade. Como processo de educação não formal, é um dos objetivos da extensão rural a valorização da interação entre técnicos e agricultores, quando o extensionista assume um papel facilitador de processos de aprendizagem, respeitando a realidade e o conhecimento dos agricultores no cotidiano da construção dos processos de desenvolvimento. Diante disso, torna-se importante evidenciar a experiência com sistematizações de experiências no Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) para assentamentos do Rio Grande do Sul, nos quais foram desenvolvidas experiências envolvendo agricultores, assessores político-pedagógicos e técnicos extensionistas de diferentes prestadoras de serviços de extensão rural.

Além disso, como demonstrado por Miranda, Zarnott e Zanella (2018), foram constituídas como experiências “sistematizáveis” pelo Programa de Ates as estratégias postas em prática por famílias assentadas, desde suas interações com seus projetos de vida, com as pautas dos movimentos sociais, com as políticas públicas, com as organizações que atuam nos assentamentos e, sobretudo, com as ações de extensão rural. Nesse sentido, os autores evidenciam que as experiências sistematizadas pelo Programa de Ates foram aquelas que, em diferentes graus, se aproximavam de uma perspectiva agroecológica para o desenvolvimento sustentável como orienta a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A Pnater foi criada em 2004, após quase uma década de debates, com o intuito de reverter o quadro de abandono e impulsionar processos de desenvolvimento, tomando como pilares a transição agroecológica, a participação social e o uso de metodologias participativas (Miranda; Zarnott; Zanella, 2018).

A ferramenta sistematização de experiências foi utilizada no Programa de Ates RS entre os anos de 2013 e 2015. Cabe destacar que esse programa foi desenvolvido no RS entre o período de 2004 até 2017. Num primeiro momento (2004 e 2008) os serviços de Ates foram prestados para as famílias assentadas por meio de convênios entre o Incra e prestadoras (no caso a Coptec e Emater). Após inúmeras avaliações sobre a eficiência destes convênios e sugestões de ajustes propostas pelos órgãos de controle federal, o Incra decidiu mudar a forma de operacionalização da Ates, passando de convênios para contratos no ano de 2009 (mediante licitação pública). Além de uma série de normativas, os contratos organizavam os serviços de Ates por meio de metas. As metas para os dois primeiros anos de contrato (2009 e 2010) foram classificadas em visitas técnicas, reuniões, oficinas e dias de campo, e resultaram na contratação de 21 metas iguais para todos os assentamentos do RS (Dalbianco, 2018).

A heterogeneidade de situações dos assentamentos criou grandes dificuldades de viabilização de uma Ates eficaz por meio de metas rígidas e padronizadas, tornando necessária a adoção de uma nova dinâmica. A partir de 2011 a estrutura das metas passou por uma considerável modificação por meio da incorporação de metas regionais, propostas e definidas pelas equipes técnicas em conjunto com os assentamentos de cada Núcleo Operacional (NO)<sup>2</sup> e aprovadas pelos Conselhos Regionais. Outra inovação desse período foi o dimensionamento da capacidade de trabalho de cada equipe técnica e do tempo/esforço destinado para cada atividade. Foram incluídos no tempo total previsto para duração de cada atividade um tempo para planejamento e um para sistematização do trabalho realizado.

A alteração na elaboração e na estrutura contratual foi responsável por uma mudança significativa no Programa de Ates do RS, primeiramente por promover a participação e engajamento dos assentados e das equipes técnicas no processo de definição das metas, e, particularmente para as equipes, o sentimento de pertencimento promovido pela descentralização

---

<sup>2</sup> A formação dos NOs foi realizada pelo Incra RS considerando quatro fatores: a) a quantidade de famílias por município; b) a distância entre os municípios, não ultrapassando 200 km entre os assentamentos de cada NO; c) as especificidades de cada região, como as características de clima e relevo e d) o desenvolvimento das ações de crédito.

foi muito importante para diminuir a impressão inicial promovida pela modalidade de contrato, de que os técnicos eram considerados meros empregados do Incra, a prestadora uma simples terceirizada e os assentados apenas o público-alvo.

Este novo período trouxe muitas novidades para o Programa de Ates. Entre as principais pode-se destacar a ampliação do papel dos Conselhos Regionais e do Conselho Estadual na definição das metas contratuais, e a criação e o uso de ferramentas de trabalho, como a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (Ruop), o Sistema Integrado de Gestão Rural da Ates (Sigra) e a Sistematização de Experiências Agroecológicas. Com relação ao papel dos Conselhos Regionais, cabe destacar que eles foram compostos por representantes das famílias de cada assentamento que compunha o Núcleo, do Incra, Divisão de Desenvolvimento Agrário da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Governo do Estado (DDA/SDR), dos Assessores Técnico-Pedagógicos/ Universidade Federal de Santa Maria (ATPs/UFSM), prestadora e organizações e instituições convidadas.

Segundo Neumann, Dalbianco e Zarnott (2018), as reuniões dos Conselhos Regionais aconteciam duas vezes por ano. Para uma percepção da dimensão da participação nos Conselhos Regionais, na primeira rodada de reuniões do ano de 2014 foram mobilizados 743 conselheiros. A disposição dos conselheiros em discutir a constituição e orientação deste espaço de participação social mostra claramente tratar-se de um processo de empoderamento e de pertencimento ao Programa.

É importante destacar que a participação dos assentados nos Conselhos Regionais foi maximizada com mecanismos de suporte como o custeio da alimentação e do transporte e o ressarcimento financeiro do dia trabalhado de todos os representantes dos assentamentos.

O Conselho Estadual de Ates foi composto pelo Incra, DDA/SDR, UFSM, Embrapa, prestadoras (Coptec, Emater e Cetap) e pela Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (Coceargs) e se reunia mensalmente para definir as metas estaduais, as eventuais mudanças/adaptações nas metas contratadas, a relação e o papel que o Programa desempenhava na execução de políticas públicas, os temas necessários à formação dos técnicos, os instrumentos de gestão e planejamento, ou seja, é o espaço no qual era feita, efetivamente, a gestão social.

O desafio em relação às instâncias de gestão social foi torná-las cada vez mais ativas na definição dos rumos das ações de desenvolvimento dos assentamentos e no controle e gestão do Programa de Ates. Nesse sentido, o fato de o Incra, na condição de gestor e coordenador do Programa, reconhecer e valorizar as discussões realizadas nesses espaços, mostrou-se um elemento central para a funcionalidade do processo de participação social, possibilitando que, paulatinamente, os conselhos fossem reconhecidos como espaços de deliberação das ações de extensão rural.

Essa dinâmica de gestão e controle social mostrou-se como uma alternativa às medidas de controle burocráticas e como uma importante iniciativa de transformação de um pluralismo institucional desorganizado em um sistema pluralista descentralizado (Dalbianco, 2016).

Uma das características que torna o Programa de Ates/RS um sistema pluralista de extensão rural (e não um mero pluralismo de instituições) é a capacidade dos atores (instituições) elaborarem colaborativamente os principais instrumentos de trabalho e gestão do Programa. Nesse caminho cabe destacar, especialmente, a criação do Sigra, da Ruop e do uso da sistematização de experiências agroecológicas como ferramenta da Ates.

O Sigra foi criado com base na compreensão de que a Ates precisava, para o processo de planejamento, de um sistema de gerenciamento das informações, com capacidade de retratar de maneira precisa a dinâmica e a realidade das famílias assentadas e seus lotes. Alimentado anualmente com informações coletadas pelas equipes técnicas junto as famílias sobre os campos produtivo, social e ambiental, possibilitou a confecção de relatório/tabulações instantâneas sobre quem são (idade, sexo, escolaridade, doenças, etc.), como vivem (moradia, saneamento, etc.), como são os lotes (distância da sede do município, estrada de acesso, acesso à água, etc.), o que produzem (culturas, criações e processamento, produção para autoconsumo e comercialização) e como produzem (máquinas, instalações, manejos, etc.).

O Conselho Estadual também identificou como necessária a produção de referências econômicas e técnicas dos sistemas de produção desenvolvidos nos assentamentos e, nessa perspectiva, foi criada a Ruop, que chegou a ser composta por 109 unidades produtivas representativas dos principais sistemas de produção nos assentamentos.

A Sistematização de Experiências Agroecológicas também foi uma iniciativa criada colaborativamente pelo conjunto de instituições que integram o Programa de Ates, com o objetivo de promover espaços de aprendizagem, de troca de conhecimentos e de divulgação das experiências e ações do campo da agroecologia desenvolvidas nos assentamentos.

No ano de 2012 o Conselho Estadual da Ates decidiu então tornar a Sistematização de Experiências uma meta de Ates.

Esta decisão foi discutida no encontro estadual dos técnicos de Ates, realizado em novembro de 2012. Nesse encontro aconteceu um espaço de formação denominado “A Sistematização de Experiências como estratégia de reflexão e aprendizado para o Programa de Ates”, que teve como resultado a elaboração de um documento de orientação para a elaboração das 20 sistematizações durante o ano de 2013.

Como objetivo foi definido que a sistematização deveria construir um processo dialógico de aprendizado entre as famílias e técnicos, além de servir como meio de divulgação das experiências agroecológicas, suas práticas e métodos em andamento nos assentamentos. Partiu-se da compreensão de que o processo de sistematização é uma importante ferramenta de qualificação da extensão rural já que, em essência, tem como objetivo dialogar e aprender com uma experiência vivida (Miranda *et al.*, 2016, p. 7).

Devido à complexidade que é o processo de sistematização – e buscando qualificar a formação das equipes de Ates para o uso da ferramenta – foi realizada uma oficina durante o Encontro Estadual de Qualificação dos Técnicos de Ates, que ocorreu no mês de abril de 2013. Essa oficina teve duração de dois dias e foi ministrada por Córdula Eckert, na época Gerente de Planejamento da Emater/RS. Na oportunidade os técnicos de Ates puderam apresentar as experiências escolhidas para serem sistematizadas (Quadro 1) e discutiram conjuntamente as etapas dos processos de utilização da ferramenta.

Quadro I – Experiências agroecológicas sistematizadas pelo Programa de Ates em 2013

<b>Núcleo Operacional</b>	<b>Título da Experiência</b>
Julio de Castilhos	Estratégias de Ates em educação ambiental nos assentamentos do Salto do Jacuí-RS
Tupanciretã	Organização das famílias assentadas em Tupanciretã para efetivar a política pública do Pnae
Jóia	Capacitação em Gestão Rural – Jovens
Sarandi	Produção de leite à base de pastagem perene
Palmeira das Missões	A experiência da família Thomzack com a viticultura
Vacaria	A experiência do grupo Flor do Campo na comercialização direta na feira ecológica de Sananduva.
Eldorado do Sul	Famílias assentadas em Eldorado do Sul no Programa de Aquisição de Alimentos
Nova Santa Rita	Planejamento do sistema de produção agroecológica no lote da família Vodzik
Santana do Livramento	Estratégias de gestão coletiva da unidade de produção
Fronteira Oeste	Produção de morango de base ecológica no Assentamento Santa Maria do Ibicuí no município de Manoel Viana/RS.
Candiota	Moinho Colonial de Jaguarão
Hulha Negra	As políticas públicas de abastecimento alimentar – PAA E Pnae o caso da Coptil/Hulha Negra-RS
Canguçu	Produção de sementes agroecológicas
Pinheiro Machado	Experiência de transição agroecológica da produção para a feira da reforma agrária de Pedras Altas
Piratini	Integração de linhas de produção agroecológica e geração de renda em uma pequena propriedade rural
Herval	Produção agroecológica de morangos no assentamento São Virgílio, Herval – RS
São Luiz Gonzaga	Inclusão produtiva e social por meio da agroecologia
São Miguel das Missões	Descrição das dimensões produtivas, sociais e ambientais
São Gabriel	Produção de arroz orgânico do grupo resistência camponesa
Viamão	Viabilidade econômica do processo de produção de arroz orgânico

Fonte: Adaptado de Miranda; Zarnott; Zanella (2018).

A avaliação positiva do trabalho de sistematização demonstrada no encontro estadual do Programa de Ates realizado em novembro de 2013, possibilitou a definição da contratação de mais 20 sistematizações para o ano de 2014. Por dificuldades organizativas, de planejamento, principalmente causadas por reestruturação das equipes de Ates, contudo, apenas 14 sistematizações foram finalizadas, conforme pode ser observado no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Experiências agroecológicas sistematizadas pelo Programa de Ates em 2014

<b>Núcleo Operacional</b>	<b>Título da Experiência</b>
Tupanciretã	A importância social e produtiva do grupo de mulheres do assentamento Nova Aliança.
Jóia	Coletivo Mãe Terra: uma organização feminina para além do econômico.
Palmeira das Missões	O silo da Família Rosseto como alternativa de secagem e armazenagem de grãos na unidade familiar – Coronel Bicaco.
Vacaria	O processamento do pinhão como fonte de renda e geração de conhecimento no PE Nova Batalha, Vacaria/RS.
Nova Santa Rita	Introdução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no assentamento Santa Rita de Cássia II em Nova Santa Rita – RS.
Eldorado do Sul	A organização e gestão do grupo de famílias produtoras de sementes orgânicas de arroz em assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre.
Fronteira Oeste	A experiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Manoel Viana
Candiota	A organização de mulheres assentadas no município de Candiota em torno da Associação Mulheres Camponesas “Terra, Luta e Libertação”.
Hulha Negra	Bacia de evapotranspiração como alternativa para o tratamento de esgoto no meio rural.
Pinheiro Machado	A produção de sementes de hortaliças agroecológicas da Bionatur no PA Santa Inácia, município de Pinheiro Machado.
Herval	A força do trabalho e da organização das mulheres de dois assentamentos, PA Santana e PA Chasqueiro/Santa Rosa, ambos localizados no município de Arroio Grande/RS.

São Luiz Gonzaga	A importância da feira livre no incentivo ao processo de organização das famílias assentadas: a experiência do grupo de economia solidária Resistência Camponesa de São Borja/RS.
São Miguel das Missões	Processo de gestão na atividade leiteira: o caso da Família de Geovane Haubman Rodrigues, do Assentamento Conquista da Luta.
Viamão	Grupo Mulheres da Terra: o trabalho da mulher na gestão da unidade familiar, segurança alimentar e saúde a partir da agroecologia no PA Filhos de Sepé, Viamão/RS.

Fonte: Adaptado de Miranda; Zarnott; Zanella (2018).

Nos anos de 2013 e 2014 foi adotada uma prática das equipes de Ates apresentarem, no final do ano, num encontro estadual dos técnicos com o Conselho Estadual, todas as experiências sistematizadas, de modo a possibilitar a socialização dos resultados e a possibilidade de qualificação dos documentos escritos.

Novamente para o ano de 2015 foram contratadas 20 sistematizações (uma por NO), contudo foi modificada a forma de orientação para a construção do trabalho. A equipe dos Assessores Técnicos Pedagógicos da Ates (ATPs) vinculados à UFSM optou por intensificar regionalmente as oficinas de formação sobre o método da sistematização. Nessas oficinas junto aos NOs foram abordados os seguintes conteúdos: a) Fluxo do processo de sistematização do programa de Ates (via construção de uma linha do tempo); b) Nivelamento do conceito de sistematização (adotando os conceitos de Oscar Jara Holliday, Sergio Martinic e Jorge Chavez-Tafur) através de três perguntas orientadoras; c) Processo de construção da sistematização, ou como sistematizar (adotando como orientação os cinco passos de Oscar Jara Holliday); d) Exercício de ferramentas metodológicas para a construção do tema, eixo e objetivos da sistematização e e) Discussão das estratégias do NO para construção da sistematização (construção do roteiro de campo e do cronograma de trabalho).

Com esses temas e a partir da prática seguida de reflexão, buscou-se identificar quais as concepções de sistematização de experiências que os técnicos tinham e construir uma compreensão unitária, nivelar conceitos importantes para o processo de sistematização como o eixo, os objetivos, etc. e problematizar as ferramentas metodológicas que pudessem auxiliar no processo de construção da sistematização

junto à experiência (...). Avaliou-se que as equipes incorriam em relatos, e não sistematizações, por diversos motivos, entre os principais: por enxergarem a sistematização como meta de contrato e não uma ferramenta de trabalho da extensão rural; por entender conceitualmente a sistematização como um relato e não um processo de reflexão e aprendizado, e por existirem limitações para trabalhar com metodologias participativas (Miranda; Zarnott; Zanella, 2018, p. 173).

Esse processo de formação deu resultado. Todas as sistematizações contratadas no ano de 2015 foram realizadas (Quadro 3) e a avaliação do processo feita pelo Conselho Estadual da Ates deu conta de concluir que as equipes conseguiram internalizar a ferramenta como prática da Ates.

Quadro 3 – Experiências agroecológicas sistematizadas pelo Programa de Ates em 2015

<b>Núcleo Operacional</b>	<b>Título da Experiência</b>
Julio de Castilhos	Impacto das políticas públicas: o desenvolvimento social e econômico em uma família de agricultores assentados.
Tupanciretã	30 anos de história do Assentamento Nossa Senhora Aparecida II, Tupanciretã/RS.
Jóia	Agroindústria camponesa: a organização familiar na agroindustrialização de lácteos no Assentamento Simon Bolívar, município de Jóia (RS).
Sarandi	Tradição na produção de mel da família Drabach, PE 25 de Julho, Ernestina/RS.
Palmeira das Missões	Reconstrução histórica e dinâmica de organização comunitária do Reassentamento Novo Horizonte, Chiapetta/RS.
Vacaria	A organização comunitária das famílias assentadas no PA Seguidores de Natalino, Ibiaçá/RS.
Eldorado do Sul	Relação da Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária da Região de Porto Alegre – Cootap – com as entidades beneficiárias no PAA.
Nova Santa Rita	Aspectos socioorganizativos das famílias do Núcleo Operacional de Nova Santa Rita envolvidas com a produção de hortifrutigranjeiros para comercialização via Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.
Santana do Livramento	A evolução econômica e social da família Rohleder – Lopes através da produção de leite no PA Capivara.

Fronteira Oeste	O cooperativismo e o associativismo no Assentamento Santa Maria do Ibicuí: histórias de desafios e conquistas.
Candiota	Processo de certificação orgânica da produção de sementes de hortaliças da Bionatur, Candiota/RS.
Hulha Negra	Pnae: transição agroecológica e geração de renda na Reforma Agrária em Hulha Negra.
Canguçu	Diversificação produtiva como estratégia de viabilidade no lote e oportunidades de reconstrução ecológica da agricultura.
Pinheiro Machado	Pnae: transição agroecológica e geração de renda na reforma agrária em Hulha Negra.
Piratini	Comercialização Direta de Morango Orgânico no PA Construtores da Palma, Capão do Leão – RS.
Herval	Feira Municipal da Reforma Agrária de Herval: História e Perspectivas.
São Luiz Gonzaga	O trabalho da Ates/Coptec na motivação de práticas agroecológicas para qualificação de educandos(as): o caso da escola do campo em São Luiz Gonzaga/RS.
São Miguel das Missões	As práticas agroecológicas desenvolvidas na escola Chico Mendes e sua replicação nas famílias dos educandos.
São Gabriel	A experiência da família Locadio no processo diversificado da produção de alimentos – PA União Pela Terra.
Viamão	As influências do Programa Aquisição De Alimentos – PAA – na geração de renda e segurança alimentar e nutricional no Assentamento Filhos De Sepé, Viamão, RS

Fonte: Adaptado de Miranda; Zarnott; Zanella (2018).

O uso da ferramenta de Sistematização de Experiências Ates teve duração de 3 anos no Programa de Ates (2013 a 2015), resultando na sistematização de 54 experiências. Cabe destacar que o programa de Ates foi encerrado no ano de 2017 por conta de uma decisão do governo federal em retirar orçamento dos serviços públicos de ER. Caso o Programa de Ates tivesse continuado, a Sistematização de Experiências possivelmente continuaria sendo uma prática (e uma meta) dos NOs. A socialização das experiências entre as equipes possibilitou muitas iniciativas de trocas de conhecimentos, resultando inclusive em intercâmbios técnicos entre NOs, com a participação de técnicos e agricultores, ação essa que foi potencializada por uma meta específica, que previa tempo

de trabalho e orçamento para as equipes de Ates de um NO visitarem outros NOs, sempre com a participação de agricultores. Neste sentido, observa-se que os processos de sistematização contribuíram para a melhoria do diálogo e a interação entre os técnicos e as famílias.

Além disso, de acordo com Miranda, Zarnott e Zanella (2018, p. 177). destaca-se que “a ação das equipes em conjunto com as famílias mediada pelas metodologias participativas contribuíram para a qualificação técnica e metodológica das equipes técnicas e que os processos de sistematização têm melhorado o diálogo e a interação entre os técnicos e as famílias”. Os autores concluem que

a ação de organizar e redigir um processo vivido nas experiências tem facilitado a realização de uma análise crítica destas, e acaba por promover uma maior compreensão dos fatos vividos na realidade sistematizada. Isso tem resultado numa qualificação da prática de extensão rural e das próprias experiências, uma vez que a sistematização tem permitido identificar questões-chave e relações existentes.

O exercício de sistematização de experiências no programa de Ates permitiu enxergar um novo caminho para reflexão da ação extensionista através da análise crítica de práticas realizadas nos assentamentos. Foi possível identificar problemas e potencialidades existentes em todas as experiências. Avalia-se que as sistematizações evoluíram nos processos metodológicos, nos documentos apresentados e se fortalecem como uma importante ferramenta de extensão rural, permitindo um olhar analítico e crítico da realidade, facilitando diálogos e abrindo novos caminhos de aprendizado com a prática (p. 177).

O exercício de sistematização de experiências na extensão rural permitiu, portanto, a interpretação crítica de uma experiência de desenvolvimento rural, pois revelou os fatores que determinaram a forma e o conteúdo das experiências analisadas. Nesse sentido, a sistematização permitiu um olhar crítico e analítico sobre a realidade vivenciada, colaborando para a construção de conhecimento por meio da interseção entre o conhecimento técnico e a prática social dos agricultores.

A adaptação dos métodos conforme a realidade das equipes e das famílias assentadas possibilitou ao Programa de Ates construir uma dinâmica própria de como se fazer sistematização de experiências, demonstrando a internalização da ferramenta pelos técnicos. Sobre isso, Holliday (2006, p. 72) destaca que as orientações de como fazer sistematização de experiências não podem ser

como “um ‘receituário’, mas sim um instrumento utilizável, com algumas pautas indicativas. Se posto em prática, possibilitará, sem dúvida, seu questionamento, modificação, enriquecimento e adaptação às condições particulares de cada um”. O autor também destaca que as referências metodológicas sobre os processos de Sistematização de Experiências “não tem outra pretensão senão servir de exemplo, não para ser copiado, mas, sim, para servir de provocação para criarmos, cada um, nosso próprio processo de sistematização, adaptando-o a nossos recursos, possibilidades, tempo e intenções” (Holliday, 2006, p. 97).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Programa de Ates apropriou-se da sistematização de experiências e a incorporou no seu fazer extensionista.

## REFERÊNCIAS

BERDEGUÉ, J. A.; OCAMPO, A.; ESCOBAR, G. *Sistematización de experiencias locales de desarrollo agrícola y rural: guía metodológica*. Santiago, Chile: Fidamerica: Prevel, 2002. Disponível em: <https://gestionparticipativa.pe.iica.int/getattachment/9f82203c-f932-40f1-b886-6378e6d633b8/Sistematizacion-de-experiencias-locales-de-desarro.aspx>. Acesso em: mar. 2023.

DALBIANCO, V. P. *Racionalidade burocrática e políticas públicas: crítica ao sistema normativo da assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos da reforma agrária no RS*. 2016. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2016.

DALBIANCO, V. P. A institucionalidade do Programa de ATE/RS. In: DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P. S.; ZARNOTT, A. V.; FIALHO, M. A. V. *Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 2018. p. 275-297.

ECKERT, C. *Orientação para elaboração de sistematização de experiências*. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2008. 46 p.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLLIDAY, Oscar Jara. *Para sistematizar experiências*. Tradução Maria Viviana V. Resende. 2. ed. rev. Brasília: MMA, 2006. 128 p.

MIRANDA, Fernanda Q. *et al.* Sistematização de experiências agroecológicas como ferramenta de extensão rural no programa de ATE/RS. SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 7., 2016. Araraquara: Uniara, 2016.

MIRANDA, Fernanda Q.; ZARNOTT, Alisson V.; ZANELLA, Francis C. O Processo de sistematização de experiências agroecológicas como instrumento de extensão rural. *In: DALBIANCO, V. P. et al. Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Editora Unijuí, 2018. p. 163-178.*

NEUMANN, Pedro S.; DALBIANCO, Vinicius P.; ZARNOTT, Alisson V. A política pública de extensão rural em assentamentos da reforma agrária. *In: DALBIANCO, V. P. et al. Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Editora Unijuí, 2018. p. 17-50.*



# A EXPERIÊNCIA DO GRUPO FLOR DO CAMPO NA COMERCIALIZAÇÃO DIRETA NA FEIRA ECOLÓGICA DE SANANDUVA

Cibele Bonez  
Edelaine Aparecida Brinker  
Ezequiel Cardoso Martins  
Mario Francisco Gusson

## INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte do processo de qualificação do trabalho da Ates<sup>1</sup> realizado com o intuito de apresentar as experiências agroecológicas que estão sendo desenvolvidas no Núcleo Operacional Vacaria, visando a divulgar e qualificar o trabalho da Ates em processos de transição agroecológica.

O Núcleo Operacional Vacaria é composto por 11 assentamentos, dos quais 9 são estaduais e 2 federais, e destes 3 são reassentamentos de área indígena. Esse conjunto de assentamentos abrange 9 municípios: Sananduva, Ibiaçá, David Canabarro, Capão Bonito do Sul, Ibiraiaras, Guabiju, pertencentes à região Nordeste do RS, Pinhal da Serra, Vacaria pertencentes à região dos Campos de Cima da Serra e Caxias do Sul, que pertence à região da Serra Gaúcha, num total de 320 famílias, e com a Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) sendo prestada pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), o qual conta com uma equipe técnica multidisciplinar, composta por cinco profissionais para atender os beneficiários da reforma agrária que compõem este Núcleo Operacional (NO).

---

<sup>1</sup> Ates – Assessoria Técnica, Social e Ambiental, referente ao programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, destinada ao público beneficiário da reforma agrária, pelo Inera, tendo como entidade prestadora contratada para o Núcleo Vacaria o Cetap.

A equipe definiu por sistematizar a experiência realizada no Assentamento Três Pinheiros, no qual um grupo de famílias foi motivado a participar da Feira Ecológica de Sananduva, tendo em vista a importância desta experiência como alternativa para o fortalecimento das famílias assentadas, bem como pela visibilidade social da proposta e como oportunidade de aprendizado da equipe técnica.

A experiência envolve o público relacionado ao grupo de agricultores e agricultoras “Flor do Campo”, a equipe de Ates, os/as assessores/as pedagógicos/as, o Grupo Ecologista de Sananduva<sup>2</sup> e a Coopvida,<sup>3</sup> conforme poderá ser observado na sequência no Diagrama de Venn.

O trabalho foi organizado de forma que pudesse descrever sucintamente sobre o contexto do assentamento Três Pinheiros, no qual está localizado o grupo Flor do Campo, sobre a Feira Ecológica de Sananduva, e o público envolvido, pontuados a trajetória histórica sobre a discussão da agroecologia no assentamento e histórico do grupo. Posteriormente foram elencadas as principais mudanças, desafios e empoderamento das mulheres do grupo Flor do Campo, e a partir disso foram apontados os principais aprendizados com a sistematização, tanto para as famílias quanto para a equipe de Ates, trazendo elementos sobre o trabalho com o grupo e posteriormente feitas as considerações finais.

## JUSTIFICATIVAS

A Região Nordeste do Rio Grande do Sul é caracterizada pelo predomínio do cultivo da soja, com a atividade econômica da região baseando-se praticamente na produção agropecuária (produção de milho, soja, trigo e batata-inglesa, na criação de gado leiteiro e integração de suínos e aves), com a utilização de uma grande quantidade de insumos químicos e agrotóxicos nos cultivos, o que tem gerado sérios problemas de contaminação no solo, na água, na biodiversidade, bem como na saúde humana.

---

<sup>2</sup> Refere-se ao grupo de agricultores/as ecologistas de Sananduva, composto por 10 famílias, e que desde 1987 vêm desenvolvendo agricultura ecológica e realizando a comercialização direta na Feira Ecológica de Sananduva. O grupo possui uma dinâmica própria de se reunir uma vez por mês, e cada reunião acontece numa propriedade diferente das famílias integrantes do grupo, buscando no decorrer do ano passar em todas as propriedades, contribuindo uns com os outros com ideias e no planejamento das ações do grupo.

<sup>3</sup> Cooperativa de Produtores Orgânicos.

Este modelo de desenvolvimento presente nessa região que adota as tecnologias ditas “modernas” possui altos custos para aquisição de insumos químicos e tem dificultado para os agricultores manter a diversificação da produção nas propriedades. Além disso, tem elevado a concentração de renda em poucos produtores mais capitalizados e gerando outra parcela maior de agricultores descapitalizados, portanto, um modelo insustentável não só do ponto de vista ambiental, como já é bem conhecido, mas também do ponto de vista social e econômico.

Os assentamentos da região inserem-se nesse contexto e acabam replicando essa matriz produtiva, centrando-se na produção de grãos e sem maior preocupação com a produção diversificada, nem mesmo para o autoconsumo, uma vez que muitas famílias assentadas estão deixando de produzir seus próprios alimentos. De acordo com Bellé (2011),

A produção diversificada de alimentos, entendida pelos agricultores como “miudezas”, abrange várias culturas como mandioca, pipoca, batata-doce, pepino, melancia, melão, abóbora, amendoim, outras hortaliças, frutas, entre outros, as quais compõem a base alimentar das famílias. No entanto, atualmente, muitas famílias assentadas vivem em situação de insegurança alimentar, uma vez que não estão produzindo os alimentos básicos para a alimentação.

É diante deste contexto, em que prevalece basicamente a produção de grãos em grande escala, que está localizado o PA Três Pinheiros, com uma área produtiva praticamente toda mecanizável, apta para diversos tipos de cultivos e criações, o que na sua grande maioria não difere muito do que é a agricultura da região e do município de Sananduva. Isto, porém, tem preocupado a equipe técnica que tem buscado trabalhar alternativas de produção, que visem a uma maior autonomia e sustentabilidade das famílias, pois percebe-se uma certa “despreocupação” por parte das famílias, as quais estão focadas em produzir grãos para comercializar, sem se deter no cuidado com a sua segurança alimentar.

Faz-se necessário problematizar a realidade encontrada no Assentamento Três Pinheiros, tendo em vista que uma das justificativas de se fazer a reforma agrária é o aumento na produção de alimentos. Segundo Bellé (2011),

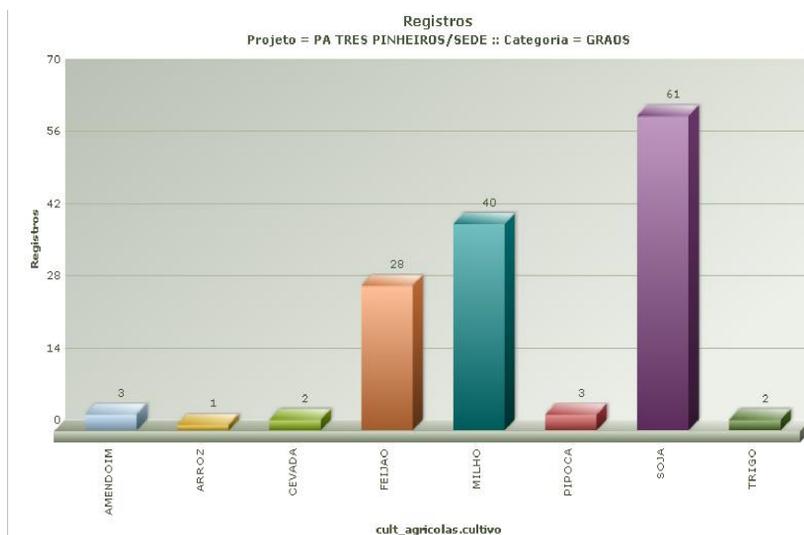
[...] é baixa a diversidade de alimentos produzidos no Assentamento Três Pinheiros e muitos alimentos são adquiridos de fora do lote, ou seja, supermercados e fruteiras, devido ao fato de que a maioria destas famílias

cultiva culturas anuais como soja, milho e feijão, ou efetua a criação de gado leiteiro na maior parte do lote. A pequena área de terra que cada família recebeu no momento em que foi assentada dificilmente se tornará viável se depender, exclusivamente, do cultivo de grãos ou da produção leiteira. Por isso o cultivo diversificado de alimentos pode representar uma estratégia importante para a permanência destes agricultores no campo.

Essa realidade fica explícita por intermédio dos dados coletados pela equipe de Ates para o Sigrá,<sup>4</sup> em que das 64 famílias assentadas do PA Três Pinheiros, 61 plantam soja, o que corresponde a uma área de 447,50 hectares; 41 famílias estão envolvidas com a produção leiteira, observando-se que a maioria das famílias que trabalham com a produção leiteira intercalam com a produção da soja, e no período que não tem soja nos lotes, está presente a pastagem para os animais. Das famílias que ainda cultivam alimentos para o autoconsumo, a quantidade cultivada é bem pequena, não sendo em quantidade suficiente para o ano.

Na figura com o gráfico a seguir podemos observar o número de famílias que cultivam determinadas culturas.

Figura 1 – Principais cultivos agrícolas realizados no Assentamento Três Pinheiros

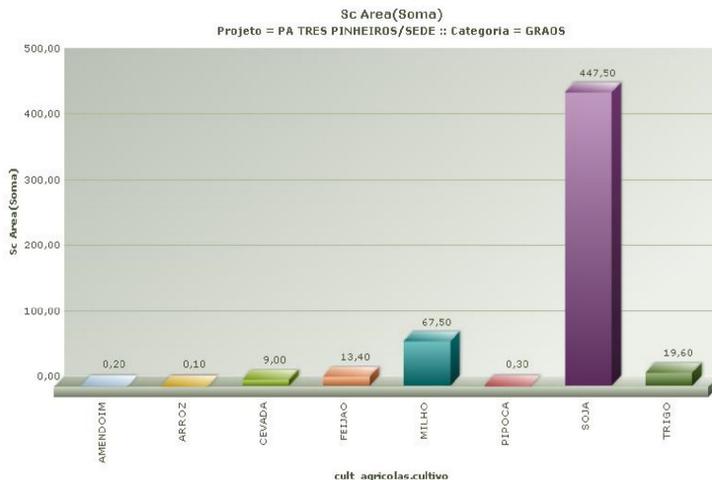


Fonte: Sigrá, 2013.

<sup>4</sup> Dados do Sigrá (2013).

Também podemos observar no Gráfico seguinte as proporções de áreas destinadas pra cada cultivo e perceber o que isso significa num contexto em que cada família possui uma área média de 10 hectares.

Figura 2 – Área cultivada no Assentamento Três Pinheiros



Fonte: Sagra, 2013.

É nítida a diferença entre o que se usa da área agricultável para a produção de alimentos e para o cultivo da soja. Podemos “compreender” um pouco das dificuldades de avançar não só na discussão, mas na produção ecológica de fato, pois praticamente a maioria das “políticas públicas” pensadas para a agricultura são voltadas para incentivar a produção de grãos, mais precisamente da soja. Nesse contexto, são poucas as iniciativas que potencializam a produção de alimentos e quando tem, a burocracia e os trâmites legais não contribuem para que as famílias tenham condições de acessar os mercados para a produção diversificada.

Em meio a tantas lacunas e diante de uma realidade que carece de maior atenção, principalmente do poder público, de ações que potencializem a produção ecológica, o processamento de alimentos e, que se pensem espaços de abastecimento local, a história mostra que existem experiências agroecológicas exitosas nesta região. Nesse sentido, destaca-se a importância de algumas organizações como Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais, Feira Ecológica de

Sananduva, Coopvida, Cetap, Cáritas Diocesana de Vacaria, entre outras, que contribuíram significativamente para o êxito de vários grupos agroecológicos que vêm se consolidando no processo de construção da agroecologia.

Entre estas organizações, cabe ressaltar que a Feira Ecológica de Sananduva destaca-se por articular os agricultores e agricultoras ecologistas de Sananduva, além de ser um espaço que proporciona contato direto entre agricultores e agricultoras com o público consumidor, contribuindo na construção de relações humanas, possibilitando o diálogo sobre diferentes dimensões importantes na construção da agroecologia, além de contribuir no processo de conscientização do público consumidor.

No município de Sananduva há um potencial a ser explorado, no que se refere à produção e comercialização de alimentos ecológicos, mas que depende de apoio e incentivo, pois, embora muitos agricultores e agricultoras tenham compreensão sobre a importância disso, faltam condições para, como afirma Bellé (2011):

Muitos dos agricultores assentados possuem certa compreensão sobre o processo de transição agroecológica, pois já haviam participado de espaços de formação sobre o assunto no momento em que foram acampados ou mesmo após o assentamento nos lotes. Porém, muitas vezes carecem de ferramentas ou apoio técnico para avançarem na prática com o processo de transição agroecológica.

O programa de Ates tem como diretriz de ação o trabalho orientado pelos princípios da agroecologia.<sup>5</sup> Desenvolver a agroecologia nesse contexto, entretanto, é difícil, pois demanda uma série de ações e condições, que os assentamentos por vezes não possuem, mas isso não significa que não é possível, apenas que tem resistência e que não tem sido nada fácil para a equipe de Ates realizar um trabalho mais consistente pelos entraves que vão se apresentando no decorrer das ações. A produção agroecológica também tem sido pauta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem dialogado sobre a demanda da produção de alimentos ecológicos, porém ainda encontra muitos limites para expandir essa proposta numa escala de maior amplitude.

---

<sup>5</sup> Conforme Ates (2008).

Além disso, o Cetap, que é a prestadora no programa de Ates (Assessoria Técnica, Social e Ambiental), no Núcleo Vacaria, orienta suas ações com base nos princípios da agroecologia. Assim, o Cetap tem buscado mediante o programa de Ates desenvolver junto os beneficiários/as da reforma agrária, iniciativas que buscam promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos, no intuito de “despertar” as famílias sobre a importância da produção ecológica, de dialogar a partir de uma visão sistêmica e holística do desenvolvimento, contemplando as diferentes dimensões, entre as quais a econômica, social, produtiva, ambiental, cultural.

Entre as diferentes iniciativas tomadas pela equipe de Ates junto com as famílias do PA Três Pinheiros dialoga-se sobre a construção de um grupo de mulheres, chamado de “Flor do Campo”, que se desafiaram a construir formas de produção alternativas ao modelo dominante na região. O grupo é composto por cinco famílias, embora sejam as mulheres que “puxam” e coordenam o grupo, as quais aceitaram o desafio para produzir alimentos, a realizar o processo de transição para sistemas de produção de base ecológica e a comercializar seus produtos na Feira Ecológica de Sananduva.

A sistematização dessa experiência permite alcançar um melhor entendimento sobre o Grupo “Flor do Campo” e podendo ser utilizado como referência para dialogar com as demais iniciativas que possam vir a se constituir no decorrer dos trabalhos, no intuito de apontar elementos que potencializem a proposta da agroecologia nos assentamentos da região.

## OBJETIVOS

### OBJETIVO GERAL

Possibilitar uma reflexão sobre a experiência de transição agroecológica do grupo Flor do Campo do Assentamento Três Pinheiros, Sananduva – RS, bem como divulgá-la.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender as motivações que levaram as famílias a constituir o Grupo Flor do Campo.
- Compreender as razões que levaram o Grupo Flor do Campo a participar da Feira Ecológica e quais suas expectativas para o futuro em relação a este espaço de comercialização.

- Pontuar e dialogar sobre as transformações que o processo de transição agroecológico tem proporcionado às famílias e na organização de seus lotes.
- Possibilitar a reflexão da equipe de Ates sobre a experiência vivenciada pelo Grupo Flor do Campo.

## METODOLOGIA

A sistematização foi realizada em cinco momentos. No primeiro momento ocorreu um diálogo com o grupo da experiência a ser sistematizada, quando foi apresentado e construído com o grupo o que se queria com a sistematização da experiência. Na reunião mensal do grupo foi apresentado o que estava sendo pensado e por que a equipe resolveu fazer a sistematização com aquele grupo, dialogou-se sobre os objetivos, do que se pretendia com a sistematização e se ouviu a opinião do grupo. Posteriormente, construiu-se com o grupo o porquê e como fazer, para que pudesse proporcionar aprendizados tanto para a equipe quanto para o grupo, pois essa era uma das intenções da realização do trabalho.

O grupo foi bem receptivo e achou interessante a realização da sistematização, pois iria permitir um olhar sobre a maneira com que estavam desenvolvendo suas ações, buscando compreender o processo histórico de como foi acontecendo a trajetória do grupo bem como refletir sobre as ações desenvolvidas. Para coleta de dados optou-se por realizar duas, uma em cada família e uma no grupo da feira, visando a perceber as opiniões individuais e coletivas do grupo sobre a experiência. Desta construção derivaram o segundo e o terceiro momentos.

No segundo momento foi realizada a coleta de dados individual com cada família integrante do grupo. Com apoio da ferramenta “Linha do tempo” as famílias apresentaram sua história de vida antes do assentamento até a constituição do grupo. Posteriormente, por meio de entrevistas semiestruturadas, as famílias foram questionadas sobre o histórico do grupo, o histórico da sua participação no grupo, as motivações que levaram a sua participação, como a participação no Grupo e na Feira influenciou a organização da família e do lote (produção, comercialização, relações sociais, etc.) e sobre as perspectivas futuras da família em relação ao Grupo e à Feira. As entrevistas foram realizadas com as mulheres, exceto em duas famílias, em que foi realizada com o casal, fato este

que será discutido à frente sobre o destaque da participação das mulheres e das dificuldades de envolver os homens nesse processo, o que isso influencia no desenvolvimento da participação no Grupo e na Feira.

Visando a avaliar o impacto da produção diversificada para a Feira no autoconsumo das famílias foi realizado um levantamento detalhado da produção para o autoconsumo de uma família. Também foi realizado registro fotográfico da unidade produtiva de cada família.

No terceiro momento foi reunido o Grupo e trabalhada a ferramenta “linha do tempo” para construção do histórico do Grupo, da sua participação na Feira, pontuados os principais limites que o Grupo vinha enfrentando e elencados os desafios e perspectivas de futuro.

Visando a identificar os atores/organizações com os quais o Grupo se relaciona foi trabalhada a ferramenta “Diagrama de Venn” (Figura 3). Também foi feito registro fotográfico da atividade com o grupo.

Figura 3 – Diagrama de Venn elaborado pelas integrantes do Grupo Flor do Campo



Fonte: Cetap.

O quarto momento foi a sistematização das informações coletadas individualmente e com o grupo e no quinto ocorreu a apresentação, discussão e validação da sistematização junto ao grupo. Para tanto realizou-se um encontro

de devolução da sistematização, quando dialogou-se com o Grupo sobre as informações apontadas e sobre a participação de uma das representantes do Grupo Flor do Campo no encontro dos técnicos/as para a apresentação da sistematização.

## CONTEXTO DO ASSENTAMENTO TRÊS PINHEIROS

O Assentamento Três Pinheiros está localizado no município de Sananduva, na Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, distante 367 km da capital, Porto Alegre, como pode ser observado no mapa a seguir.

Figura 4 – Localização de Sananduva no Mapa do Estado do RS



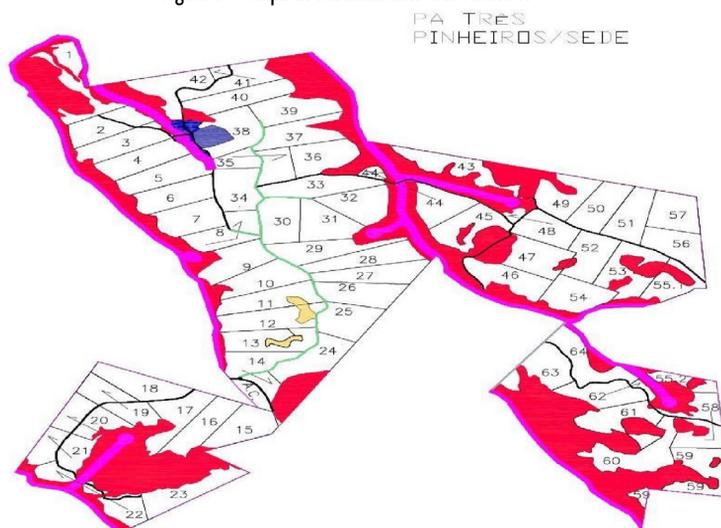
Fonte: PDA (2009).

O município de Sananduva é caracterizado por pequenas propriedades com relevos declivosos e algumas poucas grandes propriedades nas regiões mais planas. É nesta região de terras planas, uma realidade em que predomina a

produção de grãos, com a utilização de uma grande quantidade de insumos químicos e agrotóxicos nos cultivos, que tem gerado sérios problemas de contaminação do solo, da água, da biodiversidade, bem como à saúde humana, que está localizado o Assentamento Três Pinheiros.

Foi neste contexto que em 2008 foi instalado o Assentamento Três Pinheiros, fruto da luta pela terra, o qual é composto por 64 famílias, num total de 128 pessoas, entre os quais 76 homens e 52 mulheres, com uma área média de 10,36 hectares por unidade familiar, sendo praticamente todo o lote mecanizável, apto para diversos tipos de cultivos e criações.

Figura 5 – Mapa do Assentamento Três Pinheiros



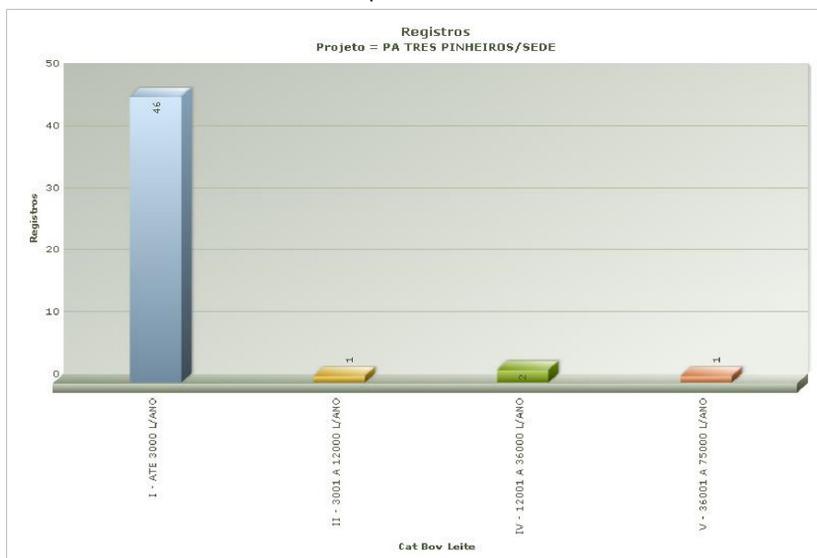
Fonte: PDA (2009).

Considerando que o assentamento está localizado numa área propícia para a mecanização, em que a grande maioria das famílias cultiva soja, por meio do Sigra podemos observar a quantidade de área cultivada e a produtividade, dados onde consta que em 2012 as famílias do Assentamento, que plantaram soja, obtiveram uma média de 30 sacos de soja por hectare, uma produtividade baixa pelo índice de investimento que as famílias fizeram, uma vez que o custo médio de produção foi em torno de R\$ 921,00/ha.

<sup>6</sup> Dados da Ruop da Agricultora A.

Outro fato que podemos destacar é referente à produção leiteira, atividade que as famílias alternam com o cultivo da soja. Podemos observar no Gráfico 1 o número de famílias com a produção leiteira e a média da produção por ano.

Gráfico 1 – Litros de leite ano produzidos no Assentamento Três Pinheiros



Fonte: Siga, 2013.

Como podemos observar a média da produção de leite é bastante baixa, posto que a maioria das famílias concentra a produção de leite em até 3.000 litros/ano. Isso acontece em boa medida porque no período do ano que se cultiva a soja a pastagem para os animais fica escassa, ocorrendo apenas para manter os animais. A Figura 6 ilustra um pouco da paisagem do Assentamento Três Pinheiros.

Figura 6 – Foto-paisagem cultivo da soja no Assentamento



Fonte: Arquivo Cetap.

De um modo geral, percebe-se no Assentamento certa desmotivação da maioria das famílias assentadas em desenvolver alternativas produtivas que gerem maior produção de alimentos saudáveis, especialmente com enfoque agroecológico, dado que nos últimos anos poucas famílias partiram para uma ação mais consistente de transição agroecológica e é nesta realidade que está situada a experiência sistematizada.

No ano de 2009 o Assentamento passou a contar com a assistência técnica, por intermédio do programa de Ates, quando o Cetap passou a prestar assessoria, ao passo que as ações foram sendo desenvolvidas pela equipe junto as famílias assentadas. Algumas delas, puxadas pelas mulheres, foram se desafiando a construir e organizar a produção de uma forma diferenciada, buscando construir um processo de transição. Como podemos observar na Figura 7, o grupo reunido com o Técnico de Ates dialogando sobre a organização da produção.

Figura 7 – Grupo Flor do Campo dialogando sobre organização e produção



Fonte: Arquivo Cetap.

Esse grupo denominou-se “Flor do Campo”, conforme reunião ocorrida no mês de agosto de 2013.

Figura 8 – Grupo Flor do Campo dialogando sobre a sistematização



Fonte: Arquivo Cetap.

No decorrer desses cinco anos de trabalho da Ates, muitas ações foram desenvolvidas, como reuniões, oficinas, encontros, intercâmbios, no intuito de contribuir no diálogo com o grupo e “despertar” para o desenvolvimento de um processo de transição ecológica, bem como a inserção do grupo na Feira Ecológica de Sananduva.

### A FEIRA ECOLÓGICA DE SANANDUVA: ASSENTADOS E AGRICULTORES FAMILIARES

A Feira Ecológica de Sananduva constituiu-se no ano de 1998, após diversos debates realizados pelos agricultores que haviam iniciado a produção ecológica de alimentos e buscavam espaços de comercialização para os seus produtos. Para tanto contaram com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a assessoria e acompanhamento do Cetap.

Na fase inicial a feira era realizada uma vez por semana. Atualmente é realizada duas vezes por semana: nos sábados pela manhã, no centro de Sananduva, ao lado do STR e no Bairro São Cristóvão, e nas quartas-feiras pela tarde no centro, ao lado do STR.

Figura 9 – Espaço da Feira Ecológica no centro de Sananduva, ao lado do STR



Fonte: Arquivo Cetap.

Em 2013 a Feira Ecológica contava com a participação de 10 famílias de agricultores familiares ecologistas que pertencem ao município de Sananduva, e 5 famílias de agricultoras do Assentamento Três Pinheiros.

Os principais alimentos oferecidos na feira são os “*in natura*” como: hortaliças, frutas, grãos, e processados como: queijos, sucos, panificados, doces, conservas, geleias, etc. Neste espaço são comercializados aproximadamente 60 itens de alimentos durante o ano, todos provenientes dos agricultores que fazem parte da Feira.

Durante esses anos as relações estabelecidas entre agricultores e “consumidores” foram consolidando a Feira como um espaço de abastecimento de alimentos ecológicos. Isso contribuiu para fortalecer a agroecologia na região e para motivar mais famílias que pretendam se inserir nesta proposta.

### TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA DISCUSSÃO SOBRE AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO TRÊS PINHEIROS

A trajetória histórica da discussão da agroecologia no Assentamento está diretamente relacionada à equipe de Ates, pois apesar de ser uma discussão que o movimento faz desde o acampamento, e algumas famílias terem presente a discussão sobre agroecologia, de afirmarem que entendem e compreendem a importância da agroecologia, observa-se uma certa distância entre o “discurso” e a “prática”, ou seja, o desenvolver de ações que fortaleçam as práticas agroecológicas, que não acontece na mesma intensidade do discurso. Segundo Bellé (2011):

Com os agricultores assentados em projetos de reforma agrária, o processo de construção de referenciais agroecológicos parece ser mais lento, pois as dificuldades iniciais para estruturação do lote, a lentidão na liberação dos primeiros créditos, a novidade que representa a “nova terra” por não se ter muito conhecimento sobre o clima, as épocas ideais para plantio. Bem como o longo tempo em que muitas famílias estavam longe da terra sem produzir, além da falta de confiança nos demais vizinhos assentados que por vezes têm se saturado durante o longo tempo de acampamento e espera pela terra, têm mostrado que na prática não é nada fácil construir a proposta da transição agroecológica.

Isso se reforça na fala de uma das agricultoras, que diz:

No acampamento a gente sempre participava de cursos que o movimento fazia, e discutia sobre agroecologia,... quando cheguei no Assentamento, após meu marido ter passado por uma intoxicação, decidi que iria produzir de forma ecológica, embora ainda plantamos soja de forma convencional, a perspectiva é de que daqui algum tempo a propriedade seja toda ecológica, porém isso não é uma tarefa fácil, pois demanda uma série de conhecimento e investimento que às vezes não temos. Sem contar que dá mais trabalho realizar o processo de transição, e necessita de muita força de vontade para fazer, pois é “trabalhoso”. O pessoal do Cetap tá sempre por aqui, com ideias pra produção ecológica, o problema é que nem sempre a gente tem as condições adequadas para poder implementar as ações... (Agricultora – A).<sup>7</sup>

O debate surge pela necessidade percebida pela equipe de pensar ações e estratégias que potencializassem a produção no Assentamento, em conjunto com as famílias, pensando numa forma de melhorar a qualidade de vida e construir alternativas mais sustentáveis.

Percebe-se na trajetória da discussão da agroecologia junto ao assentamento uma intenção muito forte por parte da equipe técnica, às vezes muito mais da equipe do que das próprias famílias, o que muitas vezes dificulta que as ações avancem, pois há um descompasso entre o que as famílias fazem e aquilo que elas teriam condições e poderiam fazer. É nesse contexto que após diversas ações propostas e construídas com as famílias, chega-se na constituição do Grupo Flor do Campo.

## O GRUPO FLOR DO CAMPO DO ASSENTAMENTO TRÊS PINHEIROS

O grupo “Flor do Campo” é composto por cinco famílias do Assentamento Três Pinheiros, que passaram por diferentes processos de luta pela terra, vêm de diversas regiões do Estado do RS e chegaram em diferentes momentos no Assentamento: duas famílias chegaram no início do Assentamento, em 2009, duas em 2010 e uma em 2011. Tendo em vista que muitos grupos de produção formam-se ainda quando as famílias se encontram acampadas e tem seguimento após serem assentadas, no caso do grupo Flor do Campo ocorre o

---

<sup>7</sup> Optou-se por usar código ao referir-se as agricultoras que participaram da sistematização, para não expor mulheres e deixá-las mais á vontade para falarem exatamente o que elas estavam pensando e como estavam vendo o grupo.

processo diferenciado, em que o grupo se forma a partir de um interesse comum entre as mulheres em ter uma fonte de renda própria, mas depois de já estarem no Assentamento.

Em relação às atividades desenvolvidas pelas famílias antes do Assentamento, apenas uma família do grupo atuava como agricultora familiar, as demais trabalhavam como empregados em fazendas, fábricas e como domésticas. Isso pode explicar a pouca iniciativa, por parte das famílias a pensar e buscar desenvolver ações e alternativas produtivas, talvez por falta de conhecimento ou por estarem acostumadas com uma dinâmica diferente, da qual elas não dependiam de pensar e construir algo novo, pois vinham de um processo “fechado”, definido por terceiros.

O processo de constituição do grupo deu-se por meio de atividades desenvolvidas pela Ates junto com agricultores e agricultoras familiares ecologistas da Feira de Sananduva, quando foi apresentada a possibilidade de os assentados organizarem um grupo para participar da Feira Ecológica, revelando-se este o pontapé inicial para que o referido grupo iniciasse sua participação na feira.

O grupo destaca que o envolvimento das famílias do PA Três Pinheiros junto ao grupo de agricultores da Feira Ecológica ocorreu pela relação próxima que o Cetap tem com os agricultores desde a criação da Feira Ecológica. Como afirma uma agricultora:

Foi através do diálogo, realizado pela equipe do Cetap com os agricultores da Feira, que nos foi falado do espaço para participar e realizar a comercialização dos produtos na Feira Ecológica. O Pita chegou numa reunião com o assentamento e disse: “os agricultores ecologistas de Sananduva, estão dispostos a abrir um espaço na feira, para que vocês possam comercializar a produção de alimentos, o que acham, topam o desafio de se organizar, fazer parte do grupo e iniciar um processo de transição ecológica da produção?” e nós aceitamos o desafio ... (Agricultora – B).

A primeira participação na Feira ocorreu em maio de 2012 com a comercialização direta de seus produtos na Feira Ecológica de Sananduva e desde então participaram desse processo comercializando naquele momento feijão, arroz, amendoim, pão, bolacha, massa, ovos, azedinha e couve, que eram os produtos que o grupo tinha no momento.

O grupo iniciou com dez famílias, porém pelas dificuldades e com limites de conhecimento, infraestrutura e produção algumas famílias desistiram e cinco toparam o desafio da constituição do grupo, da produção diversificada de alimentos e da participação na Feira, no intuito de melhorar as condições alimentares e de renda, contribuindo com o processo de valorização e reconhecimento social das suas capacidades e da agroecologia como uma opção de vida.

Segundo o Grupo “Flor do Campo”, participar da Feira Ecológica, a qual já tinha sua dinâmica de organização estabelecida e o fato de que não dependeria apenas dos produtos do grupo, foi fundamental para começarem a participar da Feira. O grupo optou por participar porque viu na Feira Ecológica de Sananduva uma forma de comercializar os produtos que tinham no momento Segundo revela uma das agricultoras entrevistadas sobre como aconteceu a tomada de decisão de estar participando da Feira:

Como tínhamos produtos, mas estes não eram o bastante para garantir o funcionamento de uma feira, se inserir na feira que já existia, e com a conversa feita pelos agricultores/as ecologistas, facilitou a nossa decisão de ir pra feira com o que tínhamos de produtos naquele momento. Foi uma forma de garantir um espaço pra comercializar nossos produtos (Agricultora – B).

Esta atitude permitiu aos agricultores beneficiários da reforma agrária iniciar a oferta dos produtos nas quantidades que tinham disponível, independentemente de um planejamento mais consistente, pois a Feira já possui sua dinâmica de produção e oferta com relativa estabilidade. Cabe destacar, porém, que foi de extrema importância esta oportunidade para o grupo Flor do Campo perceber o potencial de comercialização de alimentos e também como espaço de aprendizados pelas relações sociais estabelecidas, ou seja, esse contexto foi decisivo para o grupo.

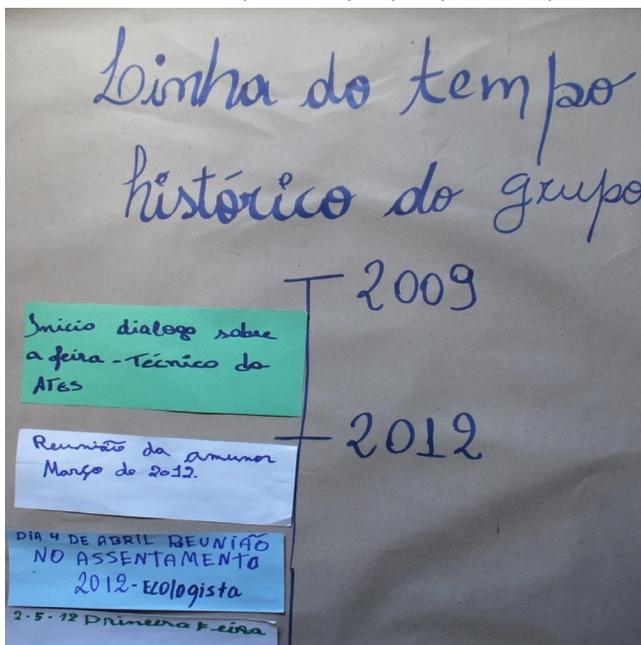
Destaca-se quatro momentos como mais relevantes na caminhada do grupo:

- a. Ida dos agricultores familiares ecologistas de Sananduva junto com a equipe Ates no Assentamento para incentivar as famílias a iniciar a participação na Feira Ecológica.

- b. Participação de famílias assentadas no Jantar Ecológico<sup>8</sup> promovido pelo grupo de agricultores familiares ecologistas de Sananduva.
- c. Participação na reunião mensal do grupo de agricultores familiares ecologistas.
- d. Receber os agricultores familiares ecologistas no Assentamento para a sua reunião de planejamento que ocorre mensalmente em forma de rodízio nas famílias participantes da Feira Ecológica.

Esta trajetória pode ser observada na linha do tempo construída pelo grupo “Flor do Campo” (Figuras 10, 11 e 12).

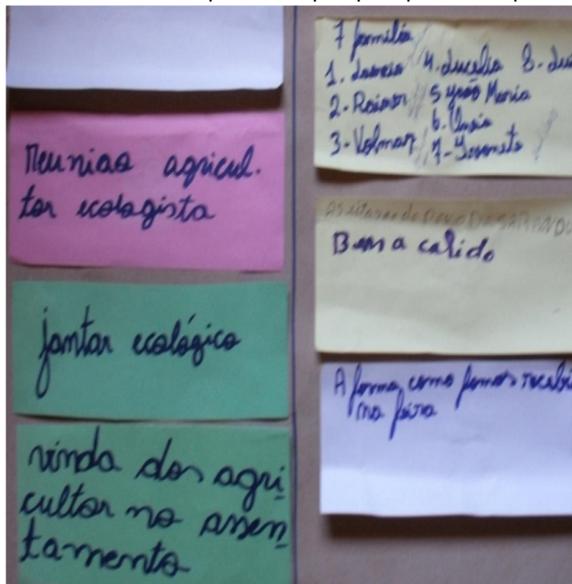
Figura 10 – Parte I da linha do tempo elaborada pelas participantes do Grupo Flor do Campo



Fonte: Arquivo Cetap.

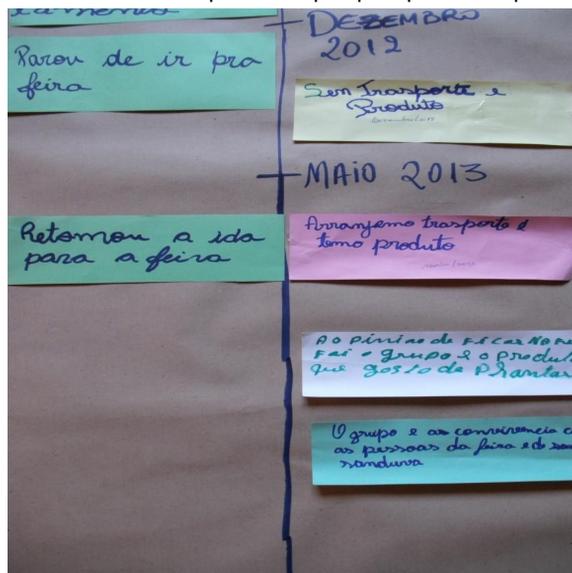
<sup>8</sup> O Jantar Ecológico é um evento organizado bienalmente pelos agricultores familiares ecologistas dos municípios de Sananduva e São João da Urtiga, e conta com apoio de diversas organizações com atuação local e regional, como o Cetap, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Caritas Diocesana de Vacaria, a Cooperativa de Produtores Orgânicos Coopvida, Igrejas, organizações de consumidores, entre outros, e tem como objetivo a confraternização oferecendo alimentos ecológicos e também divulgar as iniciativas de agroecologias existentes nesses dois municípios.

Figura 11 – Parte 2 da linha do tempo elaborada pelas participantes do Grupo Flor do Campo



Fonte: Arquivo Cetap.

Figura 12 – Parte 3 da linha do tempo elaborada pelas participantes do Grupo Flor do Campo



Fonte: Arquivo Cetap.

O grupo utilizou a linha do tempo para reconstruir o histórico e pontuar os momentos marcantes, que contribuíram no processo organizativo do grupo e influenciaram/motivaram tanto a constituição como grupo, bem como a participação no espaço da Feira Ecológica de Sananduva.

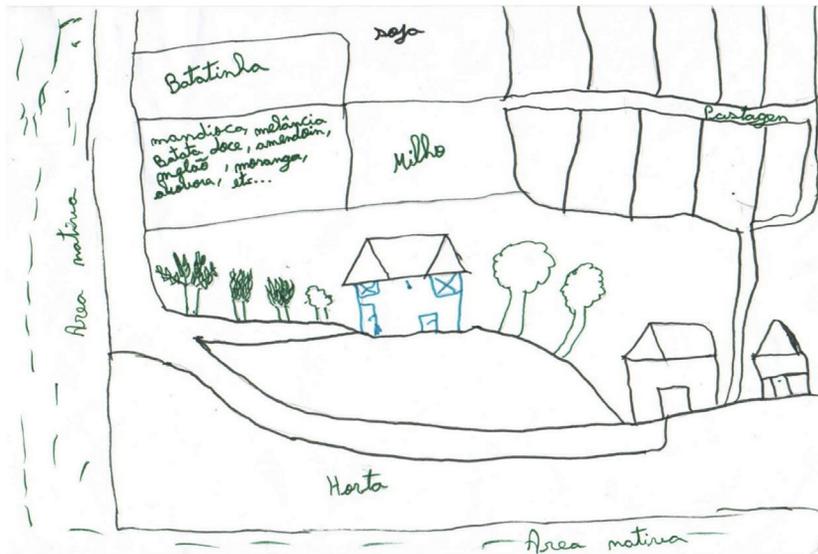
### PRINCIPAIS MUDANÇAS ELENCADAS PELO GRUPO

As mulheres pontuaram que uma das principais mudanças ocorrida nos lotes após a constituição do grupo e da participação na Feira Ecológica foi a diversificação da produção no lote, tendo em vista que com maior diversidade de alimentos produzidos para serem comercializados também se constata, como consequência positiva, a melhoria na alimentação da família.

Os produtos que o Grupo “Flor do Campo” tem ofertado, desde o ingresso na Feira são: feijão, batata-doce, mandioca, ovos, massas, pães, bolos, arroz, nozes, beterraba, cenoura, cebola, batata-inglesa, pinhão, amora preta, almeirão, bergamota, cebolinha verde, amendoim, galinha caipira, abóbora, milho verde, tortéi, capeleti, alho, repolho e couve. As famílias apontam como uma perspectiva ampliar esta diversidade e quantidade de alimentos.

A Figura 13 é um croqui do lote elaborado por uma família que participa do Grupo Flor do Campo e que apresenta um pouco da estratégia de diversificação do lote pela família. A figura tenta mostrar que mesmo mantendo uma área para o cultivo da soja percebe-se que a produção não está dependente desta cultura, tendo em vista que a família produz uma diversidade razoável de outros produtos, como a mandioca, melancia, batata-doce, melão, moranga, abóbora, amendoim, cebola, alho, cenoura, beterraba, pepino, brócolis, couve-flor, batata inglesa, milho e leite.

Figura 13 – Croqui da propriedade elaborado pela agricultora – A



Fonte: Arquivo Cetap.

Já a Figura 14 é um croqui de outra família do Grupo Flor do Campo que tenta ilustrar um lote que não cultiva soja, e que mesmo enfrentando dificuldades de acesso à água limitando a produção de hortaliças, por exemplo, mesmo assim a família cultiva espécies alimentares pouco comuns de serem encontradas nesta região, como o arroz de sequeiro e a amora preta. Além disso, cultivam feijão, mandioca, abóbora e produzem leite, ovos e frango caipira.

Figura 14 – Croqui da propriedade elaborado pela agricultora – B



Fonte: Arquivo Cetap.

As famílias que compõem o Grupo Flor do Campo estão construindo um processo de transição agroecológica dos seus lotes. Mesmo sendo uma mudança recente no seu sistema de produção e enfrentando dificuldades, já se observa um maior nível de diversificação da produção de alimentos se comparado aos demais assentados vizinhos, em que a estratégia produtiva ainda encontra-se focada no monocultivo de soja. Assim, um desafio para o Grupo Flor do Campo é o aumento da escala de produção, de modo que permita obter uma renda mais significativa e com isso eliminar a produção convencional no lote.

Nesse sentido, um aspecto a ser trabalhado com as famílias do grupo é sobre a ecologização do lote, ou seja, o avanço gradativo para que no decorrer do tempo toda a produção do lote seja feita de forma ecológica. Atualmente as famílias do grupo ainda estão com parte da produção ecológica, ou seja, as hortas, as frutas e a área de produção para as feiras. Este, porém, é um processo lento e que demanda também construir internamente na família um debate que perpassa da esfera produtiva e possa abranger as diferentes dimensões, que são fundamentais para construir a agroecologia. Dimensões estas relacionadas especialmente à questão de gênero, tendo em vista que a iniciativa de iniciar

a transição agroecológica foi das mulheres e que por mais que já exista uma compreensão por parte dos homens, ainda precisa avançar para que os estes participem mais ativamente desta estratégia de produção.

Também foram pontuados os resultados econômicos que a diversificação da produção e a participação na Feira têm proporcionado para o grupo, o qual foi outro elemento destacado pelas famílias, como mostra o depoimento da agricultora:

Depois que passei a participar das feiras, toda semana tenho meus trocados, que é pouco ainda, mas já me ajuda, e na feira a gente conversa com as pessoas, e elas me pedem como que prepara alguns alimentos, e a gente fica feliz, por ver que estão interessados em saber e ouvir sobre o jeito que a gente faz, em ver que tenho algo pra ensinar também (Agricultora – C).

Ainda referente aos resultados econômicos, as famílias também enfatizam a redução do custo de produção, pois praticamente o custo de produção dos produtos que vai para a feira, tem sido com a semente, como afirma a agricultora:

Tem uma diferença grande entre os custos de produção da soja, por exemplo, onde o custo por hectare pra produção da soja chega a 920 reais ou até mais, pois tem que comprar o “pacote”, sementes, adubos, venenos, depois tem que pagar pra plantar, tratar e colher, já no caso da produção de alimentos pra comercialização na feira, o custo basicamente tem sido com sementes e alguma coisa de adubação verde ou orgânica, o que tem significado um ganho maior, sem considerar nisso a qualidade do que estamos produzindo, tanto pra nós quanto pra quem vai consumir esses produtos (Agricultora – A).

Com a maior diversidade de produtos a equipe técnica tinha uma expectativa de que houvesse um incremento no autoconsumo destas famílias, ou seja, que houvesse uma melhoria na qualidade da alimentação. Foi identificado, no entanto, que o consumo da produção diversificada ainda é pequeno em algumas famílias que participam do grupo. Foi identificado que as famílias consomem uma quantidade restrita de espécies, menor do que a diversidade que cultivam para comercialização, ou seja, cultivam várias espécies de hortaliças para comercializar na feira, mas não consomem a maioria delas. Entende-se que existe a falta de hábito nas famílias em se alimentarem com hortaliças, por exemplo, mas que isso pode representar uma oportunidade para a atuação da equipe de

Ates no sentido de orientar para que haja uma alimentação mais saudável, tendo em vista que atualmente a dieta das famílias está bastante centrada na carne e nos cereais e pouco em frutas e hortaliças.

Por outro lado, se observado o aspecto econômico, a produção de autoconsumo de uma das famílias integrantes do Grupo Flor do Campo apontou o montante de aproximadamente R\$ 5 mil anuais em produção destinada ao autoconsumo familiar, demonstrando a importância dessa produção para a economia familiar, uma vez que a família deixa de gastar esse recurso para adquirir os alimentos de fora do lote. A partir da sistematização esse tema será problematizado com o grupo como um potencial a ser explorado futuramente, pois se percebe que as famílias poderiam ampliar principalmente a produção para o autoconsumo de forma significativa.

### EMPODERAMENTO FEMININO NO GRUPO FLOR DO CAMPO

No processo de organização do grupo as mulheres desempenham papel de destaque e realizam a produção diversificada e ecológica de alimentos no lote, inclusive encontrando certa resistência por parte dos homens.

Eu cuido da produção leiteira e da produção que vai pra feira. Quando fui pro acampamento, já tinha a ideia de trabalhar com a produção de alimentos, e quando tive a oportunidade de vir pra cá, quando vi o lote, e as condições dele, com muita água, deu bem certo com o que queria fazer, que é uma coisa que gosto de fazer e me identifico, já ele (o marido) cuida da produção da soja e trabalha pra fora, e me ajuda um pouco (Agricultora – A).

Percebe-se uma nítida divisão sexual do trabalho, em que as mulheres se organizam para a feira com os cuidados com a produção de amora e de leite, enquanto os homens prestam serviço e são responsáveis pela produção de grãos, neste caso a soja.

Um avanço significativo é o fato de que além da produção, as mulheres têm se desafiado também à comercialização dos produtos na feira, tendo em vista que historicamente as mulheres têm ficado à margem da função comercial nas propriedades rurais, atribuindo essa tarefa quase sempre aos homens. A produção diversificada e a feira oportunizam a conquista deste espaço pelas mulheres, tendo em vista que a relação mais próxima com os alimentos, como o cultivo, o processamento, o preparo, etc., sempre foi mais “atribuída” às

mulheres do que aos homens, mas que no momento da comercialização a responsabilidade quase sempre era dos homens. Neste sentido, a Feira Ecológica tem sido um diferencial também na relação comercial, pois oportuniza às mulheres comercializarem os alimentos que elas mesmas produzem.

O contato entre as mulheres agricultoras com os consumidores tem contribuído para a maior sociabilidade delas com outros públicos que não eram de seu costume, como afirma a agricultora:

O que me motiva a levar meus produtos pra feira, é que lá é um espaço em que conversamos com pessoas de todos os tipos, e sobre os diferentes assuntos, pra mim aquele espaço é como uma terapia, pois me possibilita diferentes aprendizados, e é bom conversar com as pessoas, isso ajuda a entender melhor nossa realidade [...] (Agricultora – B).

Essa sociabilidade que ocorre de forma indireta com os moradores da cidade acaba por divulgar por meio do Grupo Flor do Campo as ações que vêm sendo desenvolvidas nos assentamentos de reforma agrária. E por meio da relação direta com os consumidores e os demais agricultores familiares ecologistas do município, demonstra que os assentamentos de reforma agrária têm um potencial na produção ecológica de alimentos, e com isso vem diminuindo o estigma criado em relação à chegada destas famílias no município.

As pessoas chegam na feira e perguntam de onde a gente é, e quando falamos que somos do assentamento, eles dizem: mas como do assentamento, vocês plantam comida? E isso muda o jeito que a sociedade vê a gente que é assentado. Nós trabalhamos como qualquer outro agricultor familiar, temos nossos limites, mas também produzimos comida. E sabendo disso eles passam a nos olhar com “outros olhos” (Agricultora – C).

A confiança depositada pelos agricultores familiares ecologistas nas mulheres do Grupo Flor do Campo é um elemento altamente valorizado por elas e que aumentou significativamente a sua autoestima, como afirma a agricultora.

[...] os agricultores da feira são bem parceiros de quem quer fazer, de quem quer trabalhar, eles dão apoio e incentivam a gente a fazer, logo que começamos a ir pra feira, logo colocaram nós como responsável pelo caixa da feira, como cada dia é uma pessoa diferente do grupo, pois é feito o rodízio entre os integrantes do grupo, no começo ficamos com medo, pois estávamos recém chegando, mas isso serviu para se

sentirmos mais confiantes, pois mostrou que eles confiavam em nós, e isso contribuiu pra melhorar nossa própria autoestima, de percebermos que somos capazes [...] (Agricultora – B).

Na opinião da equipe técnica cabe ressaltar que apesar do protagonismo na produção e na comercialização que proporcionou que as mulheres extrapolassem a esfera “doméstica”, elas ainda não conquistaram maior poder de decisão no âmbito na gestão produtiva do lote, tendo em vista que os homens ainda administram a maior parte da produção e da renda obtida. Nesse contexto, um desafio a ser trabalhado a médio e longo prazos são as estratégias que permitam a maior participação da mulher na gestão do montante da produção existente no lote, além de demonstrar os atrativos da produção diversificada, para que passem também a se interessar mais e ajudar as mulheres na produção para a feira.

### APRENDIZADOS DAS FAMÍLIAS

A sistematização foi um momento de reflexão do grupo em conjunto com a equipe, e proporcionou uma série de aprendizados, como resalta uma das agricultoras: “Conversar é muito fácil, muitos falam mas não fazem, isso tem dificultado o permanecer na feira” (Agricultora – B).

Durante a construção da sistematização da experiência, o grupo pontuou os principais limites que tem enfrentado, como a pouca produção, a falta de transporte, escassez de mão de obra, dificuldade de organização. E nesse processo de refletir sobre as ações e buscar alternativas, o grupo debateu sobre o que e como poderia fazer para ir “superando”, ou amenizando os limites apontados.

Foi identificado que a organicidade do grupo precisa melhorar, a começar pela dinâmica de reuniões. Para isso as reuniões do grupo estão sendo planejadas de forma a proporcionar um rodízio, para que todas visitem todas, no intuito de que todas tenham a possibilidade de apresentar sua produção, o que está fazendo e quais suas dificuldades e a partir disso ir construindo juntos proposta que possam qualificar suas ações.

Observa-se também que no Assentamento Três Pinheiros existem alguns limites para apostar em estratégias de produção diversificada de alimentos que precisam ser superados para animar um maior número de agricultores a mudarem sua base produtiva. Como exemplo pode-se destacar a construção

de canais de comercialização mais seguros e que absorvam maior volume de produção, sendo indispensável avançar em estratégias de organização destes agricultores para que se possa iniciar as novas formas de produção.

A necessidade da qualificação do autoconsumo também foi um aprendizado. Compreendem que ao melhorar a diversidade de alimentos produzidos, estes devem ser incorporados na alimentação da própria família, buscando ter uma alimentação mais saudável.

Um desafio exposto pelo grupo é o de construir uma alternativa para o transporte de seus produtos para a feira, atualmente terceirizado, o que implica alto custo. Diante da demanda que há dos consumidores por produtos ecológicos foi aberta a possibilidade de abertura de novos pontos de feira no município, colocando como desafio para o grupo de famílias do assentamento organizarem-se para garantir o abastecimento de alimentos nesse novo ponto. No momento, porém, o grupo avalia que precisa ampliar a produção, bem como criar uma melhor organização e resolver o limite do transporte para poder encarar novos desafios.

### APRENDIZADOS PARA A ATEs

A tarefa de realizar a sistematização da experiência está propiciando diversas oportunidades que contribuem para qualificar os aprendizados das diferentes partes envolvidas – assentados, equipe de Ates e Assessores Pedagógicos.

Sistematizar foi um desafio e um aprendizado para a equipe e este processo de reflexão entre equipe de Ates e Assessores Técnico-Pedagógicos está contribuindo para ampliar os conhecimentos e aperfeiçoar os métodos de sistematização. Isto permite maior segurança especialmente sobre os aspectos do objeto foco de sistematização, resultados desejados e o método mais adequado a adotar.

Serviu também para perceber outras necessidades de orientação aos assentamentos, pois têm se apresentado algumas lacunas no desenvolvimento das ações junto as famílias, referentes a algumas dimensões do trabalho, como as relações humanas, até então trabalhadas de forma limitada na extensão rural.

A sistematização também apontou que o Grupo Flor do Campo ainda está muito frágil e precisa de um acompanhamento mais frequente com intervenções técnicas e organizativas por parte da equipe de Ates, constituindo este um dos apontamentos para constar no planejamento anual da equipe técnica.

A sistematização propiciou à equipe uma reflexão sobre as diferentes compreensões de grupo, ou seja, em alguns momentos até mesmo alguma compreensão equivocada. Por exemplo, a recuperação da história de vida das famílias revelou que a maioria delas não desenvolvia a agricultura como ocupação antes de serem assentadas, o que permite compreender a atual dinâmica organizativa de algumas famílias, que acabam por trabalhar fora do lote para a manutenção da família e não adotar estratégias de maior ocupação na própria terra. Por outro lado, a experiência explicitou o papel protagonista das mulheres no sentido da inovação nos lotes e criar mecanismos de maior envolvimento e ocupação da mão de obra no próprio lote.

A sistematização também tem sido uma ferramenta fundamental no processo de problematização da agroecologia em Assentamentos de reforma agrária e especialmente de como trabalhar processos de transição agroecológica com famílias assentadas em projetos de reforma agrária.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa é uma experiência que tem proporcionado para as famílias um novo aprendizado sobre as formas de fazer a agricultura, mostrando que existem possibilidades de organizar a produção sem ser na lógica das *commodities* e que tem famílias que estão dispostas a dialogar e promover essas iniciativas.

A sistematização proporcionou a realização de diálogos reflexivos sobre a trajetória das famílias, bem como seus desafios de permanecerem na terra. Com isso entende-se que a Ates tem um papel decisivo no repensar as formas de fazer agricultura nos assentamentos, especialmente criando, além de alternativas produtivas, mecanismos que permitam a comercialização de uma produção diversificada.

A metodologia utilizada na elaboração sistematização permitiu identificar as diferentes fases do trabalho, contribuindo para reflexão da equipe sobre o método adotado nos diferentes momentos, identificando os limites, equívocos, além dos acertos e potencialidades de replicação para outros casos semelhantes a serem estimulados, bem como para o repensar das ações futuras.

No diálogo com o grupo percebeu-se que para algumas famílias o papel da Feira na sua vida está relacionado com o estar num espaço em que se ultrapassa a vida cotidiana e toma uma amplitude que vai além da vida familiar, é o local onde se dialoga sobre tudo e acima disso é sentir-se bem por estar naquele espaço.

Um limite que ainda se faz presente no grupo e que não se supera somente no aspecto do estímulo à produção e à comercialização é a efetiva emancipação das mulheres, tendo em vista que o grupo não tem feito essa reflexão interna, revelando-se uma necessidade do grupo e uma oportunidade de a equipe técnica avançar nas discussões sobre gênero e geração.

Por fim, esperamos que a história e a trajetória do Grupo Flor do Campo contribua com outras experiências agroecológicas em curso ou que venham a surgir.

## REFERÊNCIAS

- ATES. Assessoria Técnica, Social e Ambiental. *Manual da ATES*. 2008. (mimeo).
- BELLÉ, Adilson Roberto. *Análise da transição agroecológica via métodos participativos: o caso de um grupo de famílias do assentamento Três Pinheiros Sede, Sananduva/RS*. 2011, 71 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, Santa Maria, 2011.
- PDA. Plano de Desenvolvimento do Assentamento. *Relatório dos PDA do PA Três Pinheiros*. Equipe de Ates. 2009. (mimeo).



# SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A IMPORTÂNCIA SOCIAL E PRODUTIVA DO GRUPO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO NOVA ALIANÇA

Juliana de Almeida Costa  
Rodrigo Bertoni Cidade

## INTRODUÇÃO

A presente sistematização pretende apresentar a experiência do Grupo de Mulheres do Assentamento Nova Aliança, de Tupanciretã. Este grupo chama-se Frutos da Terra e começou a se reunir ainda no início do Assentamento, no ano 2000, e foi crescendo e se fortalecendo ao longo dos anos. Com o auxílio da equipe de Ates, o grupo cresceu e se tornou um grande potencial organizativo do Assentamento, tendo presente o protagonismo feminino, a persistência e a alegria como suas principais características. Um dos grandes pilares da experiência é a centralidade em torno da casa na qual realizam as reuniões do grupo, localizada na sede da comunidade do Assentamento e onde a Escola Municipal de Ensino Fundamental funcionou até 2008, quando foi construída a Escola Leonel de Moura Brizola, no assentamento vizinho. Essa casa é um espaço de identidade e de organização das mulheres, lá elas são “donas”, como é citado pelas próprias integrantes do grupo, e nesse espaço sentem-se à vontade para realizar suas atividades de forma coletiva, dividindo as tarefas para manter a casa organizada e em funcionamento, apesar de toda a precariedade apresentada no prédio devido aos desgastes do tempo.

O grupo em si é um exemplo para os demais, pois possui uma dinâmica própria. Fazem um “caixinha” com pagamento de uma pequena mensalidade para manter alguns gastos coletivos, como custos de deslocamento de representantes para reuniões, gastos com materiais e utensílios de uso coletivo, além de outras demandas necessárias. Ele é representado por duas

coordenadoras, que são escolhidas ao final de cada ano, porém isso não gera disputas. Pode-se afirmar que no grupo existe um verdadeiro germen de cooperação no sentido mais profundo desta palavra.

Embora algumas das mulheres participantes do grupo fiquem “sozinhas” com seus filhos em algumas épocas do ano para realizar as atividades produtivas do lote, pelo fato de os seus companheiros se deslocarem para locais de oferta de trabalhos sazonais, o grupo não tem redução na participação. Mesmo sendo clara a importância da Ates para as ações do grupo, ele mantém uma organicidade muito grande que independe da equipe técnica e esta talvez seja uma das grandes diferenças deste grupo e também um dos principais motivos que levou à escolha por realizar a sistematização do grupo, além de todos os outros anteriormente apresentados.

Após uma reunião de trabalho de toda a equipe técnica com o Assessor Técnico Pedagógico (ATP) foi levantada a possibilidade de realizar a sistematização sobre a experiência do Grupo de Mulheres do Assentamento Nova Aliança, em seguida foi agendada uma primeira atividade para apresentação da proposta ao grupo e os possíveis caminhos a serem seguidos. Já para esta primeira reunião foi buscado suporte de experiências sistematizadas e surgiu a ideia de construção de desenhos sobre o grupo e o que ele significa para cada mulher, a fim de sensibilizá-las e criar as condições de iniciar o trabalho de resgate e reflexão com as integrantes. Foi então agendado um encontro para conversa com o grupo e em seguida realizadas quatro reuniões de trabalho para construção da sistematização.

Na primeira atividade foi aceita a proposta de sistematizarmos a experiência do grupo e desta forma foi distribuída uma folha em branco para que cada uma das mulheres desenhasse o que o grupo significava. Logo em seguida, com os desenhos prontos, foi pedido que sentassem em círculo e falassem sobre o seu desenho e seu significado. As pessoas presentes se emocionaram com tal ação, pois cada uma falou do quanto o grupo significa na sua vida e o quanto ele faz do Assentamento um espaço melhor para se viver. Encerrou-se esta atividade com uma dança circular. Ao final deste dia foi pedido que as mulheres levassem fotos de todas as épocas de suas vidas para a próxima atividade.

Figura 1 — Sensibilizar para sistematizar



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2014.

Na segunda atividade foi proposta a utilização dos desenhos feitos na reunião anterior para construção de uma colcha de retalhos, quando cada mulher construiria seu retalho a partir da técnica de “patchcolagem” (técnica esta que as mulheres já conheciam a partir de oficinas realizadas pela equipe técnica) baseada no seu desenho.

Figura 2 — Os significados do grupo pelas próprias mãos



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2014.

Para a terceira atividade voltada à sistematização junto ao grupo foi construída uma apresentação com as fotografias do assentamento trazidas pelas mulheres, que foram digitalizadas, somadas às que existiam no acervo da equipe técnica a fim de rememorar suas trajetórias para a construção do resgate do histórico do grupo e da experiência em si.

Figura 3 – Relembrar ajuda a sentir



Fonte: Acervo das famílias do Assentamento Nova Aliança.

Figura 4 – Linha do tempo



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2014.

Na quarta atividade o efeito da realização da apresentação das fotografias foi sentido, pois inúmeras novas fotos foram levadas para serem utilizadas em uma nova apresentação na própria sistematização. Durante esta atividade desenvolveu-se uma conversa com o grupo todo, de maneira informal, sobre os principais limites e as principais potencialidades do grupo visualizadas pelas integrantes e também se trabalhou com a ideia de futuro e do que se espera do grupo daqui para a frente. Paralelamente a isso continuou-se a construção da colcha de retalhos e

também foram realizadas entrevistas individuais com as integrantes mediante um questionário semiestruturado. Estas entrevistas, assim como as reuniões e as demais atividades, foram filmadas a fim de construir outro subproduto da sistematização, um pequeno vídeo sobre o grupo com o objetivo de divulgar o grupo em si e o potencial que as ações de Ates podem ter junto as famílias assentadas.

Algumas pessoas que foram destaques no acampamento e no início do assentamento também foram chamadas. Embora elas não fossem orgânicas do grupo, foram chamadas como uma forma de valorização por parte das integrantes, por compreendê-las como fundamentais na história de vida de cada uma.

Foi realizada uma quinta atividade para encerramento da sistematização e também discutidos os resultados obtidos e construída a colcha de retalhos, que foi outro subproduto desta sistematização. As mulheres do grupo, devido à incorporação da ideia da importância da sistematização, reuniram-se sem a presença da Ates por mais quatro tardes para terminar a colcha. A sistematização desta experiência mexeu bastante com a organização e com a capacidade de sonhar destas mulheres e isso desdobrou-se em diversas outras ações, para além das que já vinham sendo realizadas, necessitando um tempo maior de planejamento coletivo para o seu desenvolvimento.

Figura 5 — A colcha e o reconhecimento



Fonte: Acervo do Grupo de Mulheres Frutos da Terra, 2016.

## CONTEXTO

### AS MULHERES NO MUNDO RURAL E NA REFORMA AGRÁRIA

Desde o Brasil Colônia as bases produtivas e econômicas do país estão estruturadas no latifúndio, com a criação do regime das sesmarias, e na mão de obra escrava. Mesmo após a promulgação da Lei de Terras, em 1950, poucas são as alterações observadas, especialmente pelo fato de esta Lei prever como única forma de acesso à terra a compra, mantendo assim as grandes extensões de terras nas mãos dos senhores que detinham recursos financeiros para comprá-las, excluindo desta forma trabalhadores e antigos escravos do acesso à terra.

Segundo Butto e Hora (2008), se a legislação não contribuiu para amparar o campesinato brasileiro, a sociedade agrária formada a partir desta Lei ampliou as desigualdades de gênero existentes, consolidando a sociedade patriarcal, excluindo totalmente as mulheres do direito à terra, tornando-a um patrimônio e por direito, permitido apenas ao homem; à mulher coube o papel de dependente do pai ou do marido.

Embora o Estatuto da Terra de 1964 revogue a Lei de Terras e crie as condições legais para a democratização da terra e a realização da Reforma Agrária no Brasil, ele não previu ainda as mulheres como proprietárias e as manteve como dependentes dos pais ou maridos. É somente a partir da legislação de 1988 que as mulheres passam a ter o direito ao acesso à terra e às políticas públicas direcionadas a elas e ainda segundo Bruto e Hora (2008), esta foi uma conquista da organização das mulheres a partir dos movimentos do campo e da reivindicação dos seus direitos por meio da organização coletiva.

A luta dos movimentos feministas, nos anos 80, incluiu no artigo 189 da Constituição Federal o direito das mulheres rurais à terra, prevendo a titulação da terra em nome do homem e da mulher ou de ambos, independente do estado civil. No entanto restava a implementação efetiva deste direito (Butto; Hora, 2008, p. 28).

Essas autoras citam ainda a “revolução verde” como processo fundamental para ampliação da opressão sofrida pelas mulheres do campo, no sentido de que a introdução da maquinaria e insumos no campo não incluiu maquinário para facilitar o trabalho doméstico. Pode-se, no entanto, ir além nesta questão, a “revolução verde” substituiu a mão de obra pela maquinaria e

substitui a diversificação de culturas de autoconsumo, em que as mulheres têm papel importante ao lado dos homens, pela monocultura, contribuindo desta forma para a masculinização do campo brasileiro.

Segundo o Pnad/2006 as mulheres são 48% da população no meio rural, além disso, a migração feminina para a cidade é bem maior do que a masculina e muitos estudos mostram que isso se dá pelo fato de ter menor oportunidade de autonomia econômica para as mulheres no campo e que 64% das mulheres que não têm renda no Brasil encontram-se no meio rural.

Neste sentido, os movimentos camponeses, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em razão de sua abrangência nacional, contribui de forma significativa na construção de políticas públicas para as mulheres camponesas a fim de garantir esse direito. Em primeiro lugar pelo embate criado junto ao latifúndio e o que ele representa; em segundo, pelo fato de que as mulheres, ao longo dos 30 anos no MST, construíram uma trajetória de protagonismo e busca de emancipação diante das lutas contra o capital. Além disso, também internamente, as mulheres vêm pautando questões táticas a fim de garantir estrategicamente a sua atuação junto as instâncias deste movimento, sendo exemplos disso a criação da ciranda infantil, a instituição do setor de gênero do MST e a participação paritária entre homens e mulheres das instâncias do Movimento.

O processo de organização do setor de gênero do MST, assim como os debates de gênero desde os acampamentos, aparecem de forma bem ilustrativa na fala de uma das mulheres do Assentamento Aliança:

Desde que eu trabalhava no acampamento, eu sempre dizia também para a Nina, eu não acho certo trabalhar a questão de gênero só com as mulheres, porque ela chega em casa e vai dizer para o marido que ele pode lavar os pratos, isso vai gerar uma briga e todos devem ter esse resgate, porque o homem também é um ser oprimido, ele também traz do berço essa questão do machismo né (Giselda, Integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

As mulheres obtiveram duas grandes conquistas coletivas junto ao Incra nos últimos anos: uma delas é o Crédito Apoio Mulher (que prevê R\$ 3.000,00 por mulher para projetos de organização produtiva coletiva, com 3 anos de carência e 20 anos para pagar, com juro de 1% ao ano) e a outra é a Portaria Incra N 981, de 2 de outubro de 2003 – que estabeleceu a titulação conjunta obrigatória da terra nos assentamentos da reforma agrária.

## A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO E DA PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO

Os estudos de gênero no Brasil são realizados desde a década de 80, porém é a partir dos anos 90 que as abordagens científicas e acadêmicas na forma de pesquisas e escritas têm se consolidado para construir a história da opressão das mulheres (Di Sabatto; Melo, 2009).

Os trabalhos e pesquisas realizadas desde então mostram uma realidade bem marcante das mulheres rurais. Elas trabalham muito, cerca de 10 horas a mais que os homens, especialmente em razão do trabalho doméstico e do autoconsumo e seu trabalho não é remunerado, como citou o geógrafo George Martine em 1987, na apresentação de um estudo no seminário “Mulher Rural: Identidades na Pesquisa e na Luta Política”, que aconteceu no Rio de Janeiro: “A grande maioria das mulheres que trabalham no campo nada ganha.” O texto sobre gênero e trabalho rural no Brasil, entre 1993 e 2006, de Di Sabatto e Melo, cita a atualidade da fala anterior, que também pode ser contextualizada com a citação de Paulilo (2004, p. 29): “Nas estatísticas, com exceção do homem, considerado como responsável pela exploração, a esposa e os filhos aparecem como ‘membros não remunerados da família’, embora o pai também não seja remunerado”, demonstrando assim o quanto o trabalho realizado pelas mulheres e jovens é menos valorizado do que o executado por homens e adultos. Este certamente é um dos motivos pelos quais as mulheres são responsáveis pela produção de autoconsumo em um número bem maior do que os homens, segundo dados de uma pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, apresentados no Quadro 1, elaborado por Melo e Di Sabatto (2006), que reflete que na produção do autoconsumo o contingente de mulheres envolvidas é de 40,7 %, ao passo que os homens são de 8,9% (MDA, 2006).

Quadro 1 – Pessoal ocupado na agropecuária segundo critérios restrito e amplo

<b>Categoria de pessoal ocupado</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Remunerado total (A)	8.894.924	1.189.229
Não remunerado c/15 horas e mais (B)	1.840.539	1863.312
PO Agropecuária segundo critério restrito (C = A+B)	10.735.463	3.052.541
Não remunerado c/menos de 15 horas (D)	250.023	308.624
Autoconsumo total (E)	1.077.475	2.309.709

Total de excluídos pelo critério restrito (F=- D+E)	1.327.498	2.618.333
PO Agropecuária segundo critério amplo (G= C+F)	12.062.961	5.670.874
% de excluídos s/total da PO critério amplo	11,0	46,2
% autoconsumo s/total de excluídos	81,2	88,2
% autoconsumo s/total da PO critério amplo	8,9	40,7

Fonte: IBGE (2004 *apud* Melo; Di Sabato, 2006).

Este fato fica claro em alguns depoimentos das mulheres do grupo, quando são questionadas sobre qual a importância da mulher na produção de alimentos, como mostram as falas a seguir:

Eu acho que o papel mais importante da produção de alimentos é o papel da mulher, porque o homem pensa muitas vezes em plantar o soja, grandes produções, e não naquilo mesmo que é necessário. Porque quem lida na horta, quem planta mandioca, feijão, geralmente é a mulher (Giselda, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

...A mulher é o pulso firme, se não é a mulher muitas horas é tudo botado fora, sabe, se não é a mulher chamar, dizer vem cá esposo vamos ali oh, vamos capinar ali aquelas coisinhas, se não é ela né a gente não vai pra frente, e muitas coisas a gente depende deles também né, não é só a mulher, é um grupo familiar... (Júnia, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

Dali vamos tirar o alimento para dar aos nossos filhos e eles vão aprender da onde que a gente tira e não é só a gente comprar, tem que cultivar e dar os frutos para os filhos comer (Solange, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

A participação da mulher na execução do trabalho no campo, seja ele doméstico ou em atividades agropecuárias, tem uma invisibilidade muito grande. O trabalho doméstico ou reprodutivo, como também é chamado, no campo tem um duplo sentido, pois envolve além dos trabalhos de lavar, passar, cozinhar, também o trabalho de produzir os alimentos que serão consumidos pela família. Então podemos dizer que mulheres do campo têm “tripla jornada de trabalho”, pois executam o trabalho doméstico propriamente dito, produzem para o autoconsumo e ainda, geralmente, executam alguma tarefa dita “produtiva”, como, nesta região, a atividade leiteira, além de dar conta das crianças.

Estas duas primeiras “tarefas femininas” (o trabalho doméstico e a produção para o autoconsumo) geralmente só são “vistas” pela sociedade quando não são realizadas, pois são compreendidas como responsabilidade intransferível das mulheres dentro da divisão sexual do trabalho, assim como o cuidado com as crianças. Nesse sentido, a grande maioria das mulheres, para desenvolver outras atividades, como as do grupo, necessita garantir que “suas tarefas” sejam cumpridas, como citam algumas delas durante a entrevista.

A maioria das mulheres que vêm aqui elas deixam tudo meio organizado para quando o marido entrar já tá meio organizadinho, só terminam. Vir aqui é um desafio mas a gente enfrenta o desafio (Rosane, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

Eu falo por mim, se eu vou sair já deixo aquele almoço meio pronto, só não tem aquele companheirismo de tomar um chimarrão de meio-dia juntos e sentar para almoçar, nessa parte eu creio que ele deve achar falta, por que o almoço a gente já deixa pronto (Maria Helena, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

Segundo Di Sabatto e Melo (2009), dados mostram o encolhimento da ocupação agropecuária nos anos 90 devido a uma redução da mão de obra feminina no setor, embora tenha um pequeno crescimento da ocupação masculina e visualiza-se isso em razão da crescente modernização agropecuária para a exportação. Isso pode levar a uma reflexão profunda sobre as consequências do agronegócio para o aprofundamento do empobrecimento das mulheres rurais.

Mesmo com todo este cenário contrário à permanência das mulheres no campo, elas resistem e são cada vez mais protagonistas de sua história. Cada dia mais demonstram para a sociedade a importância da organização coletiva e se desafiam em criar as condições, seja por meio da organização produtiva para a comercialização em feiras e nos programas institucionais, seja integrando os grupos de mulheres para a construção do campo como um lugar melhor para se viver.

## A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DAS MULHERES

Ao mesmo tempo que as mulheres constroem suas vivências coletivas em grupos, elas vão se construindo na condição agentes de suas próprias histórias e transformando a realidade vivenciada por elas. São ações construídas de forma

simples e cotidiana que têm propiciado modificar de forma profunda o dia-a-dia dessas pessoas, lembrando que estas mudanças irão influenciar diretamente na formação de novas mulheres e novos homens, assim como das crianças, que estarão construindo a sociedade daqui a alguns anos e esta talvez seja uma das consequências mais importantes da organização coletiva das mulheres, embora isso muitas vezes possa ser imperceptível à própria Assistência Técnica local, pois as relações de “empoderamento” e de protagonismo dos indivíduos ou dos coletivos são fatores difíceis de ser mensurados ou percebidos sem que seja realizada uma análise que busque outros sentidos do contexto da qualidade de vida, que não só o econômico.

Ao compartilhar suas leituras de mundo as mulheres se identificam umas com as outras. Essa identificação possibilita que as mesmas se coloquem em movimento, tomando consciência de seu mundo e o transformando em busca de humanização. Estes movimentos, porém, ocorrem das mais diferentes maneiras e muitas vezes as conquistas dessas mulheres acontecem somente no ambiente cotidiano e são imperceptíveis aos/as educadores/as populares, que esperavam atitudes racionais, como por exemplo, todas gerando renda ou participando nas direções das cooperativas (Bernardi, 2011, p. 125).

Nesse sentido, compreendem-se determinadas colocações de algumas componentes do grupo que citam a importância do trabalho realizado pela Ates com os grupos de mulheres por compreendê-lo como um trabalho não voltado apenas para o viés econômico, mas compreendendo as outras dimensões da vida dos indivíduos dentro do Assentamento. Desta forma o Assentamento tem o sentido de um espaço de vivência das famílias e não apenas um local de produção.

Eu acho que o papel da mulher, o trabalho da mulher, não é uma questão de recurso, de ganho, de dinheiro... Quando a gente faz um trabalho com as mulheres, igual ao que vocês fazem aqui, o sentido maior disso, o sentido mais profundo, não é reverter em lucros ou ter um momento de lazer. A mulher que foi para o acampamento, que lutou, que foi para a mesa de negociação e tudo o mais, quando vem para o assentamento, ela volta a lidar com a panela, com a horta e pronto... E o trabalho faz esse resgate né, de que a luta não para, tem que continuar. Tomar consciência das coisas, de tudo, do mundo... (Giselda, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

Sobre os avanços sociais trazidos pela organização coletiva das mulheres, uma das integrantes do grupo quando questionada sobre as relações na família e a divisão das tarefas domésticas responde que no início levava as crianças para as atividades, porém hoje ela divide essa tarefa com seu marido.

Naquele tempo era assim para ele, ele podia sair e eu tinha que ficar em casa, agora não, nós dividimos as tarefas e dividimos as crianças, quando eu preciso e quando ele precisa também (Solange, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

Percebe-se neste contexto um bom exemplo da questão citada anteriormente, em que os avanços na vida das mulheres que participam nos grupos muitas vezes são imperceptíveis aos olhos de agentes externos, porém sentidos e vivenciados no cotidiano das mulheres.

Acredita-se que a vivência coletiva constrói a compreensão do bem comum junto as famílias e que as meninas e meninos que hoje participam de grupos coletivos ou que veem suas mães participando, têm uma noção prática em casa da importância da vivência comunitária e do espaço coletivo para esta vivência e por isso têm um cuidado com os espaços comunitários e coletivos. Isso também fica claro na fala de uma beneficiária, assentada no Assentamento Nova Aliança, em Tupanciretã, participante da sistematização da experiência em questão.

Eu acho muito importante as mulheres que participam no grupo das mulheres por que daí entrosa seus filhos, seu marido, sua família, e todo mundo respeita a comunidade, por que isso a gente faz um trabalho gratuito né, sem bens materiais em volta, por que isso as crianças aprendem a cuidar e respeitar sem ganhar nada em troca né, ser paga por isso (Stela Mari, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

Os grupos de mulheres, em virtude do prazer e do ambiente de aconchego, amizade e acolhimento que estes oferecem, mostram-se como um fator importante para a permanência das mulheres no campo, e nas conversas com as integrantes do grupo, seja nas entrevistas, seja nas conversas informais durante os encontros, isso fica sempre muito nítido. Além disso, as mulheres também reconhecem a importância das formações que são realizadas com a equipe de Ates no sentido de melhorar o convívio familiar, a qualidade de vida das mulheres e a convivência entre as famílias da comunidade.

Para mim o trabalho é muito importante, as palestras que fazem, como conviver com a família, essas coisas. Essa organização das mulheres ajuda muito nas conquistas, acreditamos que algumas coisas que vêm para nós é por causa do grupo e por que nós somos reconhecidas por uma boa participação. Eu participo por que eu gosto... não sei o que era de nós isolada naquele fundo se o grupo não existisse... Eu tava comentando esses dias, a maioria dos homens tem o que fazer né, acham uma coisa, acham outra, vão para as comunidades, jogam taco, fazem isso, fazem aquilo, jogam bola, e as mulheres não tinham nada para fazer, nós tava até comentando sobre isso aí, é muito bom, por que nós achamos um meio de nos reunir e de ter alguma coisa, por que nós não tinha o que fazer, chegava fim de semana nós era tudo morta por que nós não tinha o que fazer. Muitas palestras que dão são de gênero e a gente chega em casa e a gente vai colocando essas coisas também, acho que é uma boa vantagem... (Rosane, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

No momento que a gente aprende a conviver com outros aceitando as diferenças, a gente avança (Giselda, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

## O MUNICÍPIO, O NÚCLEO OPERACIONAL E A IMPORTÂNCIA DO GRUPO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO NOVA ALIANÇA

Tupanciretã é um município localizado na região central do RS, com cerca de 22.800 habitantes (IBGE, 2010). Tem uma grande extensão territorial, porém com baixa densidade demográfica no campo. A agricultura familiar no município é basicamente composta pelas famílias assentadas da reforma agrária, distribuídas em 17 assentamentos, somando 652 famílias, compostas por um total de 990 homens e 932 mulheres, segundo Sigra, banco de dados 2013. Embora estas famílias ocupem apenas 5% da área rural do município de Tupanciretã, elas representam 80% da população rural.

A economia do município é eminentemente advinda do comércio e da produção primária, centrada na produção de soja para exportação, o que influencia diretamente na matriz produtiva, inclusive das famílias assentadas. Embora um grande número de famílias se envolva também com a produção de leite e tenha ocorrido um expressivo desenvolvimento dessa atividade nos últimos 10 anos, o cultivo de soja segue sendo a principal matriz produtiva dentro e fora dos assentamentos, fazendo com que no ano de 2014 fosse considerado o maior produtor de soja do Estado.

Dos 17 assentamentos existentes na região, o primeiro deles foi o Assentamento Nossa Senhora Aparecida, 30 anos atrás e que tem famílias oriundas do acampamento de Herval Seco. A história deste assentamento é um marco na história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul, ainda no período da ditadura civil-militar no Brasil.

Após alguns anos, outros assentamentos foram instalados no município, como o Nova Tupã, em 1990, e a partir de então, no final da mesma década o Assentamento Nossa Senhora de Fátima, o assentamento Santa Rosa, com 129 famílias oriundas de diferentes municípios do Estado, o maior assentamento e um dos mais próximos da sede do município, e ainda Invernada das Vacas, Mãe de Deus, Nova América, São Francisco, São Domingos, estes últimos organizados pelo movimento dos “municipários”.<sup>1</sup>

A partir do ano de 2000, com a Frente Popular governando o Estado do Rio Grande do Sul, intensificou-se a luta pela terra. No município foram instalados os Assentamentos Nossa Senhora da Conceição, Nova Aliança, Conquista da Esperança, Banrisul II, Estrela que Brilha e Várzea, estes sob organização do MST; e os reassentamentos Pôr do Sol e Cachoeira (Tupã II), organizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O Assentamento Nova Aliança foi um destes, conquistado em um período de grande avanço da reforma agrária no Rio Grande do Sul, possuindo 70 famílias assentadas. Ele fica localizado a cerca de 35 Km da sede do município de Tupanciretã e tem sua economia voltada para a produção leiteira e de soja. Uma grande parte dos homens do Assentamento exerce trabalhos temporários em épocas de plantio e colheita de soja e também na colheita da uva e da maçã, como forma de complementar a renda das famílias. Neste contexto o protagonismo e o trabalho das mulheres são de fundamental importância para a manutenção da produção na propriedade. A produção de alimentos, com base no policultivo, neste Assentamento é realizada especialmente pelas mulheres, devido ao fato de estas se encontrarem “sozinhas” (sem seus companheiros) nos

---

<sup>1</sup> Movimento dos municipários é o nome atribuído a um movimento local, protagonizado por trabalhadores rurais assalariados, que quando vislumbraram a possibilidade de conquista de um lote de terra por meio da reforma agrária, se organizaram em torno do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupanciretã, ao final da década de 90 e conquistaram algumas áreas onde passaram a ser beneficiários de projetos de assentamentos da reforma agrária.

lotes no período de produção da maior parte destes produtos. Além disso o leite, como nos demais assentamentos, também se caracteriza como uma produção que tem principalmente a mão de obra feminina como base.

Neste Assentamento existe uma grande organização coletiva das mulheres, o grupo reúne-se regularmente ao menos uma vez por mês com a equipe de Ates, e encontra-se para comemorar o aniversário de cada uma das integrantes durante o ano todo. É um grupo muito organizado e dinâmico e pode-se dizer que ele dá vida ao assentamento.

No Núcleo Operacional de Tupanciretã, dentro dos 17 assentamentos, temos 9 grupos de mulheres organizados, alguns mais organizados e autônomos que se reúnem independentemente das ações de Ates e outros que ainda dependem das ações propostas pela equipe técnica para se reunir. A equipe de Ates deste núcleo é composta por 8 profissionais, dos quais 3 de nível superior e 5 de nível técnico, de diferentes áreas de conhecimento, além de 1 secretária. Este serviço é prestado pela Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos Ltda. (Coptec), e compreende estes grupos como estruturas fundamentais para o desenvolvimento dos assentamentos e como uma porta de entrada para o diálogo com as famílias, por isso existe um grande investimento de recursos humanos para as ações junto aos grupos neste núcleo.

O grupo de mulheres do Assentamento Nova Aliança demonstra o quanto este investimento é recompensado e gratificante, pois os estímulos propostos são respondidos positivamente e o grupo construiu ao longo do tempo sua autonomia com relação à equipe técnica, que tem sido uma mediadora e parceira das ações propostas pelo próprio grupo.

Neste sentido se definiu como eixo desta sistematização a importância social e produtiva do grupo de mulheres do Assentamento Aliança.

Desta forma, a sistematização tem por objetivo geral compreender como a organização coletiva das mulheres pode proporcionar uma melhoria na organização social e produtiva das famílias assentadas. Para responder esta questão, a presente sistematização definiu como objetivos específicos:

- a. Dar uma maior visibilidade à organização das mulheres deste Assentamento, como uma referência para os demais.
- b. Entender a influência do grupo na construção da autonomia das mulheres.

- c. Compreender como o grupo influencia na organização produtiva e o papel destas mulheres na soberania alimentar de suas famílias.
- d. Verificar a importância desse grupo na perspectiva do bem-estar social das mulheres.
- e. Entender os motivos que fazem o grupo permanecer reunindo e superando as dificuldades no decorrer do tempo.
- f. Compreender o papel da Coptec neste contexto.
- g. Compreender e aprimorar a perspectiva de trabalho social na Ates.

## DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

No ano 2000 as famílias encontravam-se ainda nos barracos, porém já eram realizadas atividades coletivas junto as mulheres. Os Freis Capuchinhos desenvolviam um trabalho na região com as famílias assentadas e faziam oficinas de remédios caseiros, sabão, orações, etc. Também existia uma forte organização em torno do MST e o preparo de mística e formações pela coordenação do Movimento era muito presente.

Nesse período funcionava na sede do Assentamento a escola, com turmas até a 4ª série, ali mesmo na sede da comunidade, na casa hoje utilizada pelo grupo de mulheres.

No verão de 2004/2005 a região de Tupanciretã foi atingida por uma grande seca, que trouxe grandes prejuízos para a agricultura na região, em especial aos assentamentos. No Assentamento Nova Aliança as famílias estavam iniciando um processo de estruturação depois de 4 anos, porém a estiagem atingiu fortemente o Assentamento e essa lembrança ficou marcada na vida das pessoas. Fica clara a gravidade deste fato na fala de dona Maria Elena, integrante do grupo:

Aqui a gente não tinha nada, a gente ganhou aquela ajuda da casa e colocou as economias ali para fazer uma casa maior, a gente comprou já um tratorzinho e os três filhos casaram no segundo ano, já ficou só eu e meu marido para tocar o serviço só nós dois e a gente tinha aquela ideia colocou tudo o que tinha ali para fazer uma morada e viver um pouco melhor. Em 2004, 2005 a gente pegou uma seca e perdeu tudo o que tinha, eu já tinha meu filho morando comigo e ele trabalhava fora, ele que escorou tudo, quase ninguém lidava com leite, não tinha renda nenhuma e também mesmo que tivesse, com aquela seca como ia ter leite se a vaca não tinha o que comer... eu tinha a nora que morava

comigo e a gente sempre se ajudava, a gente sempre foi muito apegado aos filhos, a gente sempre tentou ter alguma coisa de forma correta né, se comprou a gente tinha que pagar e naquele ano a gente não tinha como pagar as contas e acabou entregando o carro que tinha, o trator que tinha para poder ficar limpo no comércio né, não devendo nada né, a gente tinha gastado, tinha plantado e tinha que tirar de algum lugar para pagar. Teve vizinhos que tiveram que entregar a única vaca que tinha, a gente não entregou vaca por que tinha o trator e tinha o carro, o pouquinho que a gente colheu a gente entregou também tudo, eu já sou mais assim, chorona para contar uma história, mas sou mais forte, meu marido já não comia, não falava. A gente já tinha um netinho o Caíque e a única pessoa com quem meu marido conversava era com o neto, chegava pegava o nenê no colo e conversava com ele, começou a sofrer problemas de saúde e tudo, o organismo dele começou a sofrer com aquilo né, ficou com problema de vitiligo que tem até hoje, tentando encontrar uma solução para isso, diz o doutor que foi daquilo ali, daquela época pra cá né, tem as manchas pelas mãos, pelo corpo, pintado né, resultado dessa história, dessa seca né, que se preocupou bastante né, por que tinha que pagar né, tu comprou, ninguém mandou e tem que pagar, eu agradeço a Deus pela família que eu tenho, que a gente sempre teve muito carinho um com o outro e um carinho com os netos, isso ajudou a gente a superar, porque se fosse só eu e ele a gente tinha abandonado tudo e ido embora. Hoje a gente aprendeu bastante com os ‘atropelão’ da vida, a gente aprendeu bastante a viver né, sou sempre eu que fico aqui tocando o lote, lidando com vaca, cuidando a casa, o pátio e o que posso fazer e ele procura fora, aproveitando as oportunidades sempre os serviços que aparecem fora né, para a gente não tirar só daqui (Maria Elena, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

Este depoimento revela a força de vontade e a coragem das famílias assentadas, pois demonstra a capacidade de reconstruir a vida e de continuar lutando e construindo uma vida melhor apesar de toda a adversidade que as famílias assentadas têm. Como mostra essa fala, as famílias iniciaram uma vida no Assentamento sem nada ou com muito pouco, investindo o pouco que tinham ali, e depois de passar pelo sofrimento que é ficar acampado, ainda sofreram com uma seca que as fez perder muito do que haviam construído.

Desde o primeiro ano do Assentamento, em razão de uma promessa, é realizada a Festa das Crianças, no mês de outubro.

Figura 6 – Festa das crianças



Fonte: Acervo das famílias do Assentamento Nova Aliança.

As mulheres se mantiveram reunindo algumas vezes, em razão de festividades e da própria Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola, que foi construída em 2008 no Reassentamento Tupã II, localizado ao lado do Assentamento Nova Aliança.

Foi então, no ano de 2009 que o trabalho da Assistência Técnica se efetivou na região junto aos grupos de mulheres. Com o aumento de técnicos responsáveis pela área social, as reuniões com os grupos passaram a ter uma periodicidade e a qualidade das ações melhorou em virtude da possibilidade de planejamento. As mulheres lembram ainda da primeira atividade realizada nesse ano, que foi a confecção de sabão, e lembram da sequência de atividades realizadas a partir de então. Sabão, sabonetes, cremes, remédios e danças circulares foram realizados junto ao grupo.

Foi nesse período que as mulheres decidiram ocupar a casa onde existia a Escola para realizar suas atividades. Esta casa transformou-se em um dos pilares do grupo, posto que elas conseguem ter autonomia e manter sua organização.

O grupo foi evoluindo tanto no número de participantes quanto na organicidade. As reuniões mensais, realizadas pela Coptec, trouxeram alguns elementos que motivaram as mulheres a permanecer se reunindo e ampliando seus encontros para além dos dias em que a equipe de Ates se fazia presente. Um dos pontos citados como fundamentais para desencadear este processo foi o fato de aprender coisas novas a cada encontro.

As crianças, filhos e filhas das mulheres, foram sendo presenças marcantes e compreendidas pela equipe técnica como muito importantes, participando junto com as mães e aprendendo a importância do grupo. Um dos frutos colhidos da participação dos filhos e filhas é hoje os netos e netas serem presenças constantes também no grupo, junto com suas mães.

Figura 7 – Onde tem mulheres, tem crianças



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2012.

Figura 8 – Onde tem mulheres, tem crianças



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2012/2013.

Figura 9 — O grupo Frutos da Terra



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2011.

No ano de 2009 o grupo começou a comemorar os aniversários das mulheres, cada uma delas fazia uma festinha em sua casa para comemorar o aniversário com as demais companheiras e isso se fortaleceu e se tornou cultura dentro do Assentamento, permanecendo até hoje. Ainda no inverno de 2009 o excesso de chuvas acabou terminando com uma das poucas opções de lazer da comunidade: a pequena barragem que formava uma piscina para que a comunidade usufruísse do rio nos dias de calor acabou sendo derrubada pela força da água em razão do excesso de chuvas daquele inverno.

Durante o ano de 2010, porém, as mulheres arrumaram outra forma de lazer: jogar futebol... Formaram um time feminino que treinou e foi organizado para disputar as Olimpíadas Rurais de 2010. Com toda a organização da comunidade e forte participação de homens, mulheres e crianças, o Assentamento Nova Aliança ganhou as Olimpíadas e levou a realização da Olimpíada Rural de 2011 para o seu Assentamento.

Com a euforia de sediar a próxima Olimpíada o grupo demonstrou interesse em retomar a antiga horta de plantas medicinais existente na sede da comunidade no início do Assentamento. Vindo ao encontro deste desejo, a Coptec propôs a realização de um Curso de Homeopatia para o grupo de mulheres do Assentamento, ministrado pela Irmã Idalina (enfermeira, especialista em homeopatia) e o curso foi realizado, durante cinco dias, e foi de grande proveito. A horta foi então reestruturada por meio de um duro trabalho coletivo das mulheres e homens do Assentamento, pois os companheiros foram parceiros fundamentais para a reestruturação daquele espaço.

Figura 10 — Formação em homeopatia popular



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2010.

Figura 11 — Horta coletiva de plantas medicinais e alimentos saudáveis



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2011.

Aquele ano, porém, foi um ano duro, inclusive para a comunidade do Assentamento, pois a tarefa de ser anfitriã das Olimpíadas Rurais não foi simples, o que deveria unir a comunidade acabou por dividir e criar discórdias, especialmente entre os homens, por diversos motivos, porém a Olimpíada aconteceu de forma satisfatória.

Figura 12 – Olimpíadas rurais



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2011.

O grupo de mulheres se manteve unido e continuavam se reunindo e realizando as atividades coletivas.

Foi ainda naquele ano que se criou o “Caixinha das Mulheres”. Este “caixinha” é a organização de uma pequena mensalidade na forma de contribuição que cada uma das mulheres repassa, todos os meses, para a “tesoureira” do grupo. Este recurso serve para comprar produtos e equipamentos para “a casa” quando tem necessidade e para pagar as passagens das mulheres representantes do grupo quando estas necessitam ir para a cidade em reuniões e atividades que representem o grupo. A contribuição para o “caixinha” seja, talvez, a forma de manter o grupo com suas participantes orgânicas e representa a relação de comprometimento firmado entre as mulheres. A escolha da tesoureira se dá todo o final de ano, assim como a prestação de contas do recurso arrecadado e gasto do “caixinha” ao longo do ano, assim como a escolha das duas coordenadoras, que representam o grupo em outros espaços, como na direção regional do MST, no Conselho de Ates e na coordenação regional dos grupos de mulheres. A escolha da tesoureira e da coordenação não traz disputas internas, pelo contrário, auxilia na autonomia das mulheres e na sua união, pois as escolhas se dão conforme a disponibilidade das integrantes, trazendo, nesse sentido, elementos muito fortes de cooperação e solidariedade. Existe também um caderninho que é utilizado de certa forma como um “livro-caixa” e também como um “livro-ata”, pois além de ser anotada a contribuição de cada uma, é assinado ao lado da contribuição e é relatado o que foi discutido e o que foi feito em cada uma das reuniões. Este livro fica sob posse da “tesoureira”.

O ano de 2011, pós-Olimpíadas, também foi um ano que se iniciou de maneira difícil, o grupo teve uma certa dificuldade, “A Casa” apresentava-se, como ainda se apresenta, em uma situação difícil, sem água encanada, sem luz... Enfim, com pouca condição de uso, foi feita uma proposta então de utilizar o salão comunitário, que tinha passado por reformas para as Olimpíadas, para a realização das atividades das mulheres. Durante os anos de 2011 e 2012 as atividades foram realizadas no salão da comunidade.

Figura 13 – A casa do grupo



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2014.

Durante o ano de 2012 foi realizado um curso pelo Cras volante, que era ofertado pela Secretaria de Assistência Social do Município em parceria com o governo federal, prevendo a realização de cursos de artesanato e culinária em comunidades do interior, incluindo o público da reforma agrária. Em parceria com a Coptec a Secretaria organizou um cronograma de execução destes cursos para os Assentamentos e o Nova Aliança foi sede de um dos cursos realizados. Nessa ocasião, as mulheres chegaram a reunir-se em um número de 50, 60 mulheres, observando-se que apenas 5 ou 6 eram dos assentamentos vizinhos. O curso durou um mês, duas vezes por semana e foi muito bom na avaliação das mulheres, talvez ele tenha servido para reforçar uma unidade que havia ficado um pouco perdida desde os problemas enfrentados pela própria comunidade. Durante a realização do curso foi levado um fogão industrial para possibilitar a execução das aulas de culinária, pois a comunidade não dispunha de um artefato desses. A Secretaria Municipal de Assistência Social prometeu que este fogão seria doado ao grupo de mulheres assim que a atividade findasse, porém estávamos em meio a um processo eleitoral e a doação teria de ser formalizada após as eleições. Assim que findou o período eleitoral, a Secretaria pediu que o fogão fosse recolhido. As mulheres em processo de resistência, no entanto, responderam que o fogão seria entregue somente perante a presença do

responsável pela Secretaria, caso contrário, não sairia da sede do assentamento. Com a condição colocada, o fogão acabou não sendo retirado da sede e o termo de doação foi feito.

Figura 14 – O curso de culinária e conquista de um fogão



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2012.

A participação destas mulheres nos processos de luta e de organização dentro do MST cresce à medida que elas se organizam e se conscientizam sobre seus direitos; no início do grupo as participações eram bastante tímidas, porém nos últimos anos ela tem sido bastante significativa.

No ano de 2012 foi realizado o Primeiro Encontro Regional das Mulheres Camponesas Assentadas de Tupanciretã. O grupo teve o maior número de participantes e ganhou a premiação de maior participação, um kit chimarrão. Em 2013 se repetiu e novamente foi o grupo com maior participação e ganhou o prêmio, uma panela de alumínio.

Figura 15 – 1º Encontro de mulheres assentadas de Tupanciretã



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2012/2013.

Outro fator importante que auxiliou na união do Assentamento e especialmente do grupo foi o fato de o fazendeiro, arrendatário da fazenda que fica no caminho de acesso ao Assentamento, trancar a estrada e ameaçar as famílias que passavam pelo local, proibindo a passagem, ameaçando com armas de fogo e destruindo e trancando parte da estrada, provocando uma forte reação das famílias, a partir de uma mobilização local pelo direito de ir e vir, o que parece ter reaquecido o sentimento de coletividade das famílias assentadas.

Foram dias tensos na metade do ano de 2013, porém que mexeram com a organização do Assentamento e com a unidade das famílias, o que resultou em uma grande conquista coletiva para as famílias assentadas e para o MST, pois o prefeito viu-se obrigado a negociar a área para a estrada e o fazendeiro a recuar em suas ameaças e se retirar do local. Quando a estrada foi conquistada foi um dia de mobilização e de festa com muitas bandeiras vermelhas em marcha pela estrada para demonstrar que as armas não calam o povo quando ele está unido.

Figura 16 – A luta pelo direito de ir e v



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2013.

Foi ainda no ano de 2013 que a Coptec buscou uma parceria com a Pastoral da Saúde e retomou a realização de atividades de formação em saúde comunitária no Assentamento.

Figura 17 — Parceria com a Pastoral da Saúde



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos, 2013.

No início desse ano as mulheres decidiram por retomar “A casa” e criar nela um espaço de referência das mulheres e da independência. Foram atrás de acessar água e usaram uma grande extensão para acessar a luz, e mesmo com toda a precariedade que a estrutura apresenta, o grupo busca construir ali um espaço de autonomia e superação, organização e resistência.

Este Assentamento destaca-se por ter uma grande produção de alimentos diversos, um excedente na produção de produtos para autoconsumo embora não exista ainda viabilidade de logística para a comercialização destes produtos. Algo que chama muito a atenção neste sentido é o fato já citado de os homens deste Assentamento saírem para trabalhar fora em algumas épocas do ano a fim de complementar a renda familiar, logo as mulheres ficam “sozinhas” (sem seus companheiros) com seus filhos e tocam todas as atividades do lote.

Nesse sentido deve-se levar em consideração algumas questões: uma delas é o fato citado pelas mulheres de que os seus companheiros e maridos preparam a terra e quem planta e organiza a produção das “miudezas” (forma como são chamados os produtos para o autoconsumo) são elas e os filhos (quando estes não saem para trabalhar fora também) e talvez isso justifique uma produção maior de produtos para o autoconsumo em razão de uma

preocupação grande com o sustento nutricional e alimentar da prole. Outra questão importantíssima é a participação no grupo, que mesmo nos períodos em que as mulheres se encontram sozinhas para todas as atividades, a participação não diminui, elas se mantêm presentes e participativas e, além disso, as atividades são sempre animadas e dinâmicas e recheadas de boas conversas e boa comida. Isso leva a crer que neste Assentamento a qualidade de vida é alta apesar de haver financeira, existe qualidade de vida. As mesas fartas e coloridas, diversas e saborosas são uma característica das reuniões do grupo.

Figura 18 – Mesas fartas, saúde e afeto



Fonte: Acervo da Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Técnicos (Coptec), 2014.

Sobre a questão da boa qualidade de vida no Assentamento, isso, para as mulheres integrantes do grupo, foi citado nas suas falas durante entrevistas e nas próprias reuniões, que o grupo faz com que a vida delas seja mais feliz, que esperam ansiosas os dias dos encontros e algumas chegaram a citar que o que as mantém no Assentamento é justamente a união do grupo e as atividades em torno dele.

Ao longo dos anos o grupo vem se destacando, porém a cada ano ele tem evoluído ainda mais, assim como a organicidade em torno dele e a participação de suas integrantes, logo, quando foi proposto ao grupo que a Sistematização

de Experiência fosse realizada com o grupo a resposta imediata foi sim, além de as mulheres terem se proposto a construir a história do grupo e refletir criticamente sobre ele. O fato de sistematizar essa experiência mexeu muito com esse coletivo, no sentido positivo, e estimulou muito a participação de suas integrantes nos espaços de tomadas de decisão e de atuação junto as outras mulheres e à sociedade em geral, como foi o caso da participação no Feirão Internacional do Cooperativismo, ocorrido de 17 a 20 de julho em Santa Maria, que teve a participação de quatro integrantes do grupo que foram encaminhadas para representar todas na feira, levando produtos de todas as famílias do Assentamento para a comercialização.

O fato de terem assumido para si, em conjunto com a equipe técnica, a sistematização da sua experiência e terem aumentado efetivamente as ações neste período junto ao grupo, para este fim trouxeram um leque de temas e problemáticas levantados que irão nortear as ações e as atividades do grupo para um próximo período, trazendo a necessidade de realização de um planejamento mais elaborado.

Muitos questionamentos já foram feitos sobre o que o grupo tem de diferente dos demais e a resposta está na vontade de participar, na alegria de viver, na forma de compreender o Assentamento e as relações familiares de cada uma das suas integrantes. Costuma-se dizer que o grupo tem mística, e que as místicas vivas dele são cada uma destas mulheres que sai de casa para a sede apenas por compreender que nos encontros que são realizados o retorno para elas é principalmente viver melhor consigo e com a comunidade.

## RESULTADOS OBTIDOS

### ORGANIZAÇÃO DO GRUPO EM PROL DA QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS COMUNITÁRIOS DO ASSENTAMENTO

O grupo Frutos da Terra já tem se constituído como uma grande referência para os demais grupos, especialmente pela participação em grande número nos dois Encontros Regionais das Mulheres Assentadas de Tupanciretã. O grupo sempre é citado nas atividades realizadas pela Ates em outros grupos como um bom exemplo. Além disso, nesse último período, o aumento do número de atividades desenvolvidas pelo grupo ocasionou um anseio por melhoria organizativa entre as componentes para que as expectativas coletivas, como a de reformar a casa, sejam supridas. Assim sendo, o grupo compreende

que deve partir do trabalho comunitário e da autogestão para transformar o ambiente coletivo de identidade do grupo, “a casa”, em um espaço mais apropriado para realização das ações que ocorrem lá, assim como para melhorar a qualidade dessas ações. Para tanto foi realizado junto a Ates um planejamento e uma divisão de tarefas para levantamento de recursos para reforma da casa. Os objetivos com a reforma são:

- Ampliar a cozinha da casa para que possam ser realizadas também oficinas naquele espaço, por meio da troca de experiências entre as mulheres e da assessoria da Ates.
- Reformar dois quartos existentes na casa a fim de transformá-los em espaços de ciranda infantil, destinando um quarto para brincadeiras e leitura e outro para descanso, a fim de melhorar a capacidade de participação das mulheres que têm filhos pequenos, além de construir uma identidade maior das crianças com o espaço comunitário.
- Retomar o ponto de fornecimento de energia elétrica para a casa.

Uma primeira atividade de arrecadação de recursos foi realizada, a venda de cartões para um almoço feito pelas próprias mulheres. A atividade ocorreu e obteve lucros, que deve servir para dar início às obras para melhoria do espaço físico da casa. Além disso, o processo resgatou algumas mulheres que estavam afastadas do grupo e também foi proposta a organização de um almoço comunitário para confraternização entre as famílias e apresentar a elas os resultados da sistematização.

## INFLUÊNCIA DO GRUPO NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES

O processo de construção da autonomia das mulheres não se dá em dias ou em meses e nem em processos isolados dentro da sociedade patriarcal constituída há séculos, porém consegue-se visualizar pequenos avanços para essa autonomia quando elas citam que mesmo com algumas pessoas criticando-as por se reunirem e às vezes enfrentando objeções dos companheiros, elas saem de casa para as reuniões e buscam novas práticas e aprendizados, além de se divertirem. Compreende-se as ações do grupo como um processo cíclico que se inicia com o planejamento, realiza-se as ações planejadas, reflete-se em cima das ações e festeja-se os avanços obtidos antes de retomar o planejamento para reiniciar o processo. Como demonstram algumas entrevistas, como a fala a

seguir, de uma integrante do grupo, que cita sua força de vontade para participar do grupo no início e em seguida ela ressalva em uma fala citada anteriormente que agora eles dividem as tarefas, especialmente quando um dos dois necessita sair:

... Eu trazia as crianças, eram pequeninhas, eu vinha a pé caminhava 3 Km e às vezes era um sol, um calor e aquela força que eu tinha eu não desistia, e tô vindo até agora... (Solange, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

Nos dias em que saem para a reunião do grupo, deixam o vácuo da presença feminina em casa e creem que essa é uma forma também de valorizar seu papel na família. O grupo também é citado como uma estrutura de fortalecimento das mulheres, pois quando uma delas tem problemas, todas as demais apoiam e se solidarizam umas com as outras. É citada, em muitas falas, durante as entrevistas individuais, a amizade como uma grande fortaleza entre as mulheres do grupo.

Eu adoro morar aqui, eu não iria embora daqui (Solange, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

Pra mim é muito importante porque é a hora que a gente se reúne com as mulheres, que a gente tem aquela amizade, cultiva uma amizade, que a gente faz uns trabalhos, pode sair do meio familiar e progredir com o grupo né, com o assentamento né e tudo, para mim é isso, é maravilhoso na realidade, não tem nem explicação... Eu gosto de tudo, das mulheres, de vocês tudo, da convivência nossa, é um carinho, um afeto que a gente tem com a comunidade, é uma amizade que a gente cultiva, dos cursos, tudo a gente gosta (Júnia, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

Eu gosto é de ver as mulheres todas chegando lá, e quando vai uma mulher nova eu me sinto bem, eu gosto, e quando a gente tá todo mundo lá reunido, é a bagunça do grupo, uma fala uma coisa a outra fala outra, é isso, é tá reunida, é tá junto mesmo (Ana, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

## O PAPEL DO GRUPO E DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR

A prática de cozinhar coletivamente a cada encontro das mulheres pode muitas vezes parecer apenas uma forma de qualificar as oficinas e atividades por meio da ampliação do tempo da atividade, porém esta forma

de agir tem compartilhado conhecimentos sobre o preparo dos alimentos e sobre os benefícios deles, além de trazer presente trocas de sementes e mudas das variedades consumidas nos almoços durante os encontros. A variedade está sempre presente, como já citado, e as mesas fartas são características do grupo. Foi a partir da reflexão sobre esta prática da “comunhão” no momento da refeição que surgem sugestões para a Ates de trabalhar com este elemento demonstrativo para ampliar as trocas de saberes e sabores comunitários, incentivar a produção para o autoconsumo e a diversificação da produção.

Importante por que a gente se reúne, a gente não vai estar cada dia saindo numa casa, e assim a gente se reúne todo mundo junto, conversa todo mundo junto, participa junto e o importante mais é a união né, é a gente tá junto né, é compartilhar o que a gente sabe fazer de comida, artesanato, coisas que a gente não faria se fosse na casa uma da outra né (Ana, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

## IMPORTÂNCIA DO GRUPO NA PERSPECTIVA DO BEM-ESTAR SOCIAL DAS MULHERES

As falas de cada uma das mulheres entrevistadas mostram a importância do grupo nas suas vidas e estas falas citam muitos elementos motivadores à participação delas no grupo, porém em todas as falas fica muito claro que as atividades junto ao grupo são recheadas de prazer e alegria. Mesmo nas atividades propostas pela equipe de Ates, quando são propostos temas para debates e reflexões junto ao grupo, as atividades acontecem em um ambiente de descontração. As mulheres do grupo têm uma relação de cumplicidade muito grande entre si e um acordo silencioso, sem estar descrito em um regimento ou em uma ata, de que os problemas de relacionamentos ou de outros fins pessoais, externos ao grupo, não são levados para dentro desse espaço e isso muitas vezes é o que o mantém forte.

## A IMPORTÂNCIA DA ATEs PARA O GRUPO

Em todas as entrevistas, quando questionadas sobre a importância da Coptec para o grupo, fica claro que as mulheres têm a noção de que a Assistência Técnica é um direito das famílias assentadas e que se não fosse a Coptec a prestar essa assistência, outra empresa ou cooperativa a faria, porém um elemento citado pelas mulheres é a identificação que os técnicos e técnicas da Coptec têm com as famílias assentadas. Compreendendo esta identidade como um fator de fortalecimento existe um entendimento de que um dos papéis principais da

Ates é o de facilitadora dos processos que são desencadeados pela necessidade e organização das famílias em torno das diferentes áreas e dimensões do cotidiano da vida nos assentamentos. Além disso, a importância de a equipe ser propositiva e mediar os diálogos entre as famílias também aparece como elemento central das ações quando são citadas as propostas em torno do grupo de mulheres, seja para produção nos lotes a fim de acessar os mercados institucionais ou a produção leiteira, seja quando são propostas palestras e oficinas em torno de temas relacionados ao convívio social das famílias. Algumas falas mostram essa compreensão por parte das mulheres integrantes do grupo:

Com vocês a gente tem uma força que a gente sabe que tem que ter e muita confiança... Muito obrigada por vocês existirem também (Solange, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

As mulheres do grupo ressaltam a necessidade e a importância da equipe de Ates e das ações propostas por ela para a formação do grupo e a necessidade da continuidade deste acompanhamento para que ele se mantenha coeso e organizado.

A Coptec é tudo, faz parte do dia a dia nosso né, da família já, se não fossem vocês talvez viriam outras, mas vocês têm um jeitinho de chegar então daí é muito bom, espero que vcs continuem e que estejam sempre aqui com nós (Ana, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

A Ates também tem o papel de ponderar algumas eventuais divergências que surgem ao longo do caminho, como cita a fala de Stela Mari:

Eu acho essencial, santo de casa não faz milagre, no grupo de mulheres é a mesma coisa, mesmo que a gente ajude vocês a fazer a ideia, daí elas aceitam as daqui, muitas mulheres já bateram naquelas que tentaram fazer diferente, mas vocês chegam com a ideia e todo mundo aceita, já percebeu? (Stela Mari, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

## A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO NO PROTAGONISMO DO GRUPO

Ao final do processo de sistematização da experiência tivemos, além do documento escrito como produto deste processo, uma colcha de retalhos e pequenos vídeos que deverão servir para que a própria comunidade do Assentamento Nova Aliança visualize o processo que se deu ali. A colcha de

retalhos foi construída pelas mãos de cada uma das integrantes e serve como um símbolo da união do grupo. Durante o Encontro Regional dos Técnicos de Ates, na UFSM, em setembro de 2014, representantes do grupo de mulheres foram apresentar a sistematização da experiência junto com a equipe técnica da Coptec. Nesse dia apresentaram a colcha e contaram um pouco do processo desenvolvido no Assentamento e no grupo. Este processo trouxe ao grupo uma sensação de etapa vencida e elas, especialmente as mulheres que participaram do encontro, sentiram-se importantes e tiveram seu trabalho reconhecido. Saíram do Assentamento e foram “mostrar” o grupo para “a Universidade”, isso trouxe um estímulo muito grande ao grupo. Elas receberam muitos elogios e a fala de uma delas define muito do que sentiram por estar lá:

Nossa, nós somos um sucesso, vamos comemorar... (Stela Mari, integrante do grupo de mulheres “Frutos da Terra”).

## LIMITES E POTENCIALIDADES

### LIMITES

- Não são todas as mulheres que participam do grupo.
- Recebem muitas críticas, especialmente de quem não participa.
- Existem problemas estruturais na casa, o que limita as possibilidades de desenvolvimento de algumas propostas como a de geração de renda no espaço da casa.
- O Assentamento se divide, tem algumas pessoas que apoiam o grupo de mulheres e outras que são contra.

### POTENCIALIDADES

- As mulheres que participam são muito unidas.
- É um grupo muito alegre.
- É uma organização orgânica.
- Existe sempre uma divisão de tarefas no grupo (fazer a comida, lavar a louça, limpar a casa).
- É uma forma de reduzir o estresse, são atividades gostosas e descontraídas.
- Alguns maridos apoiam.

- O aprendizado (pintura, artesanato, remédios, produtos de limpeza e higiene).
- Provoca mudanças em casa, nas relações familiares.
- O grupo conquistou um espaço próprio (a casa), o que proporciona autonomia e ao mesmo tempo uma identidade muito grande.
- As filhas das primeiras participantes cresceram participando e hoje participam e trazem os netos e netas.
- Conseguiram conquistar o acesso à água na casa.

### LIÇÕES APRENDIDAS

- Durante a construção da sistematização desta experiência algumas lições foram aprendidas, uma delas foi de que se estimuladas e valorizadas as pessoas se identificam, se empolgam e alcançam juntas ótimos resultados. A valorização de todas as pessoas envolvidas com o grupo, desde o início do assentamento, sempre foi muito importante e trouxe o retorno de mulheres que eram atuantes no início do Assentamento para o grupo por meio do convite pelo coletivo para que ajudassem a resgatar seu histórico.
- Quando trabalhado com um grupo que possui identidade de grupo tende a ter um êxito maior nos objetivos, pois agindo como coletivo o grupo responde de forma mais positiva e auxilia na construção da sistematização, como foi o caso do grupo Frutos das Terra e que o grupo tem um território seu, que deve ser mantido e que é a grande referência para o coletivo, “a casa” onde as mulheres se reúnem gera essa identidade e traz uma marca do grupo e isso as incentiva a seguir se reunindo e lutando para o grupo se fortalecer cada vez mais.
- A metodologia de resgatar fotografias antigas das famílias e trazer para o coletivo, ter a possibilidade de olhar, visualizar e depois realizar uma apresentação com elas a fim de que todas as famílias que contribuíram com o processo se sentissem valorizadas foi uma forma interessante de resgatar o espírito comunitário e a relação entre todas as famílias protagonistas daquele processo, independentemente do tempo de vivência do Assentamento.

- A confecção da colcha de retalhos como uma simbologia do grupo e um subproduto da sistematização teve um papel bem importante em pelo menos dois aspectos: o primeiro de valorização do grupo em si, pois quando apresentada a colcha, ela encanta as pessoas, valoriza o grupo, simboliza a unidade entre elas e mexe com a subjetividade de cada um e cada uma, pois quando tratamos de pessoas, especialmente de mulheres, a subjetividade e os sentimentos precisam estar colocados, e a colcha traz consigo a dor, a alegria, a subjetividade das vidas de cada uma delas no Assentamento retratadas pelos retalhos, chamam a atenção as flores, a casa e as mulheres na grande maioria dos retalhos, mas também aparecem amarras e correntes sendo rompidas; o segundo é a importância de cada retalho da colcha ter sido realizado por intermédio de um desenho, pois cada um deles trouxe ao coletivo o sonho de construir a colcha de retalhos e cada um foi construído pelas próprias mãos de cada uma das integrantes do grupo e no final, o resultado foi a colcha... Isso demonstra que os objetivos que são traçados coletivamente tendem a ser cumpridos, pois não foi fácil terminar a colcha, mas o grupo todo se empenhou e conseguiram fazer e ficou lindíssima.
- Acredita-se que a valorização das integrantes do grupo e dos seus saberes trouxe uma lição importantíssima para suas integrantes sobre o domínio dos saberes, a ideia de realizar a venda de cartões de almoços para arrecadar fundos para melhoria do espaço físico do grupo, que é “a casa”, não chega a ser uma novidade para a organização dos coletivos, mas o cardápio ser escolhido entre um dos que são sempre saboreados e elogiados nas reuniões do grupo foi um grande diferencial, pois neste sentido acredita-se ter ocorrido uma compreensão da importância e da valorização do saber empírico, dos saberes do grupo e dos sabores que o grupo tem e pode trazer para o conhecimento de outras pessoas. Isto mostra a valorização da autoestima por propor um cardápio elogiado dentro do grupo, maturidade por estar construindo uma identidade própria na criação de um público consumidor e audácia por inovar trazendo um cardápio que nenhum outro coletivo tivesse realizado. Acredita-se que o somatório dessas características dentro do grupo, somadas a outras já citadas e a união, amizade e alegria de suas integrantes possibilitaram a conquista de cada um dos objetivos traçados coletivamente.

## REFERÊNCIAS

- BERNARDI, C. M. *Agricultura familiar e organizações cooperativas: a luta social das agricultoras familiares camponesas*. 2011. 174 p. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.
- BUTTO, A.; HORA, K. E. R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (org.). *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.
- DI SABATTO, A.; MELO, H. P.de. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, A. (org.). *Estatísticas rurais e a economia familiar: um olhar sobre trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: [www.nead.org.br](http://www.nead.org.br). Acesso em: set. 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, Rio de Janeiro, v. 27, p.1-125, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, p.1-215, 2010.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA, 2006. Disponível em: [http://portal.mda.gov.br/portal/dpnr/arquivos/view/livro\\_genero\\_agricultura\\_familiar\\_e\\_RA\\_no\\_mercosul.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/dpnr/arquivos/view/livro_genero_agricultura_familiar_e_RA_no_mercosul.pdf). Acesso em: 23 jun. 2014.
- MELO, H. P. de; DI SABATI. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: MDA. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-debate-1/9-genero-agricultura-familiar-e-reforma-agraria-no-mercosul.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2014
- PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fngwsjnkZHvKMD7Ly3T6gks/abstract/?lang=pt> Acesso em: 23 jun. 2014.

# A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS — DOAÇÃO SIMULTÂNEA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS — EM ELDORADO DO SUL: Contribuindo para Estreitar as Relações Campo-Cidade

Antonio Carlos Silveira Pereira  
Artêmio Soares Marques  
Cleusa de Oliveira Reichembach  
Jeferson Orsolin  
Gabriel Cortes Machado da Silva  
Marta Elaine Bastos Oyarzabal  
Vinicius da Costa Lima

## INTRODUÇÃO

As ações de Ater do Núcleo Operacional (NO) de Eldorado do Sul têm como objetivo atender às demandas de Assistência Técnica, Social e Ambiental com enfoque na Extensão Rural – Ater/Ates, estando esta em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pronater.

A atuação nos assentamentos busca subsidiar o desenvolvimento produtivo, social e econômico dos agricultores da reforma agrária que trabalham de forma individual e/ou coletiva, alicerçados nos princípios da agroecologia, tendo como norte assegurar a soberania alimentar mediante um processo de exploração dos recursos naturais de forma sustentável, associando esses às linhas de produção já consolidadas na região metropolitana de Porto Alegre a partir dos grupos gestores (arroz orgânico, leite, horta e piscicultura) em que a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda. (Cootap), assistência técnica (Coptec) e agricultores dinamizaram a intervenção e abordagem socioprodutiva junto as famílias assentadas.

A área de abrangência da assistência técnica do núcleo operacional de Eldorado do Sul é composta por 9 municípios e 16 assentamentos totalizando 598 famílias, de acordo com o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Área de abrangência da assistência técnica do NO de Eldorado do Sul

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	Nº DE FAMÍLIAS
Eldorado do Sul	PE Integração Gaúcha	69
Eldorado do Sul	PE Padre Josimo	25
Eldorado do Sul	PE Colônia Nonoaiense	13
Eldorado do Sul	PE Belo Monte	38
Eldorado do Sul	P.E Lanceiros Negros	7
Eldorado do Sul	PA Fazenda São Pedro	103
Eldorado do Sul	PA Apolônio de Carvalho	73
Guaíba	PE Dezenove de Setembro	36
Charqueadas	PE Trinta de Maio	46
Charqueadas	PE Nova Esperança	14
São Jerônimo	PE Jânio Guedes da Silveira	59
Butiá	PE Santa Tereza	8
Camaquã	PA Boa Vista	33
Arambaré	PA Caturrita	25
Arambaré	PA Fazenda Santa Marta	16
Arambaré	PA Capão do Leão	15
Tapes	PA Lagoa do Junco	30
Sentinela do Sul	PA Recanto da Natureza	9
<b>TOTAL</b>		<b>599</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os assentamentos de reforma agrária da região metropolitana de Porto Alegre, no que respeita ao acesso aos mercados institucionais, políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos – Doação Simultânea (PAA-DS)

e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae),<sup>1</sup> têm se destacado nos cenários nacional, estadual e local, devido a sua importância na garantia da melhoria da alimentação saudável de inúmeras famílias carentes das periferias das grandes e médias cidades no entorno de Porto Alegre-RS. Diante desta realidade incontestável de um programa operacionalizado em âmbito nacional desde o ano de 2003, o PAA-DS contribuiu minimizando o problema da fome em inúmeros Estados da União, e também transformou a realidade gerando renda para inúmeros agricultores assentados no Estado do Rio Grande do Sul, maximizando o potencial produtivo nos assentamentos e colaborando, na outra ponta, para a permanência no campo dos agricultores assentados.

Por inúmeros anos conviveu-se com a falta de oportunidades relacionadas à venda do excedente produtivo das famílias assentadas, quando parte do que era produzido era perdido pela falta de condição material de escoamento e logística. Nesse sentido, a experiência com o PAA-DS na região metropolitana começou a ser desenvolvida em 2010, no Assentamento Apolônio de Carvalho, com um pouco mais de 20 agricultores. Nesse ano a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre – RS (Cootap) ainda não tinha condições materiais para a efetivação do projeto, mas resolve buscar o espaço institucional e apoio para operar com o Programa.

Nos anos seguintes iniciou-se a procura para criar as condições materiais e de logística para operacionalização do PAA-DS, e com os resultados positivos desta política pública conseguiu-se expandir para novos municípios do Estado. A Cootap tem área de abrangência nos assentamentos de reforma agrária do Estado do Rio Grande do Sul-RS e é uma cooperativa composta por representantes dos assentamentos também com representação dos grupos gestores de produção

---

<sup>1</sup> O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que adquire alimentos para a merenda, é o maior comprador do produto arroz orgânico. Outra particularidade é que praticamente a totalidade da produção de arroz orgânico sai de assentamentos da reforma agrária do Rio Grande do Sul. Foi num deles, no município de Eldorado do Sul, a 15 km de Porto Alegre, que a presidente Dilma Rousseff inaugurou a abertura da safra em 2014. As compras institucionais representam mais de 50% das vendas dos agricultores, organizados em cooperativas. A safra aberta pela presidente Dilma tinha previsão de render 2 milhões de quilos, produzidos por mais de 500 famílias de assentados na região metropolitana de Porto Alegre à época em que esta sistematização foi elaborada. A área plantada com arroz orgânico certificado é de 4.500 hectares. A produtividade das lavouras, segundo o coordenador da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (Cootap), Emerson Giacomeli, chega a 5 mil quilos por hectare. *In: Correio Braziliense*, Artigo Arroz Orgânico nas escolas públicas, escrito por Warner Bento Filho [2015?].

(arroz, hortaliças e frutíferas, leite e peixe). Entre as principais funções da Cootap estão: a) organizadora dos processos produtivos, por meio dos “Grupos Gestores”; b) ser a estrutura jurídica na busca de infraestrutura de produção e processamento da produção agropecuária e sua comercialização; c) ser a articuladora, captadora e gestora de recursos institucionais para comercialização da produção.

Em relação ao pagamento dos agricultores que participam do programa, era realizado com recurso federal, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) fazia o pagamento à Cootap, que por sua vez pagava os agricultores. O valor era pago pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que identificava o agricultor como pertencente à categoria Agricultura Familiar e permitia acesso a um valor anual de R\$ 5mil por beneficiário por programa no ano de 2014.

No município de Eldorado do Sul-RS existiu uma proposta em execução cadastrada na Conab como PAA-DS Orgânico, da qual participam 36 agricultores certificados via Organismo de Controle Social (OCS) da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul.<sup>2</sup> No projeto em questão participaram cinco assentamentos do Núcleo Operacional, sendo esses: P. A. Apolônio de Carvalho (Eldorado do Sul), P. E. Integração Gaúcha (Eldorado do Sul), P. E. Belo Monte (Eldorado do Sul), P. A. Fazenda São Pedro (Eldorado do Sul) e P. E. Jânio Guedes da Silveira (São Jerônimo). O processo de certificação da produção dos agricultores participantes do PAA-DS ocorre por meio do Organismo de Controle Social, via Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (OCS-Coceargs), e é fruto do trabalho coletivo e participativo do setor de certificação da Cootap, que contava com o acompanhamento aos grupos de produção pelos técnicos da Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos (Copect).

Em relação às entidades receptoras dos alimentos, existem duas que participavam do Projeto PAA Orgânico no município de Eldorado do Sul, são elas: Associação dos Moradores da Picada, com 420 famílias cadastradas e a Associação Comunitária do Centro Novo, com 358 famílias.

Sobre os produtos que chegam até as famílias receptoras, no projeto orgânico estão inscritos 20 variedades de alimentos diferentes (Quadros 2 e 3), entre arroz, folhosas, raízes, legumes e frutas. O Projeto está cadastrado como

---

<sup>2</sup> Organismo de Controle Social (OCS): É um mecanismo de certificação, organizado por um grupo de pessoas que trabalham com comprometimento e seriedade, para gerar credibilidade necessária para ser reconhecido pela sociedade. Existe participação e envolvimento direto dos membros do grupo para avaliar e acompanhar a produção e conformidade orgânica (Brasil, 2008).

PAA-DS Orgânico e, sendo assim, os agricultores recebem o acréscimo de 30% do valor no produto certificado entregue para o PAA-DS. O valor total do projeto (CPR: RS/2014/02/0150) é de R\$ 220.442,00. Também existe a preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente, a saúde dos agricultores e dos consumidores finais, que recebem esses alimentos saudáveis, sem a utilização de insumos químicos e agrotóxicos.

Dada a dimensão deste programa do PAA-DS operacionalizado em Eldorado do Sul, foi diagnosticada uma deficiência no fluxo de informações entre a Cootap, que opera o projeto, e as entidades beneficentes que recebem os alimentos, assim como entre os agricultores produtores e as famílias que recebem. Nesse sentido, este trabalho de sistematização de experiência agroecológica tem como objetivo avaliar se o PAA-DS de Eldorado do Sul contribuiu ou não com o estreitamento da relação entre as famílias produtoras e as famílias receptoras dos produtos, na tentativa de descortinar a ideia que se tem de que o PAA-DS nada mais é do que uma ação de repasse de alimentos a famílias em vulnerabilidade social. Espera-se que essa sistematização possa provocar a aproximação entre as partes envolvidas no programa, além de contribuir pontualmente com momentos de trocas de informações e experiências entre as partes.

Quadro 2 – Produtos e quantidades cadastrados para serem entregues à Associação dos Moradores do Acesso à Picada, na proposta PAA-DS (CPR: RS/2014/02/0150)

PRODUTO ORGÂNICO	QUANTIDADE em Kg
Raiz de mandioca com casca	4.320
Arroz	7.176
Batata-doce	1.800
Tangerina	1.440
Radiche	2.160
Espinafre	1.440
Beringela	900
Laranja	1.440
Melancia	4.860
Milho verde	2.160
Rabanete	1.440

A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – DOAÇÃO SIMULTÂNEA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS – EM EL DORADO DO SUL: CONTRIBUINDO PARA ESTREITAR AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE  
 Antonio Carlos Silveira Pereira – Artêmio Soares Marques – Cleusa de Oliveira Reichembach – Jeferson Orsolin  
 Gabriel Cortes Machado da Silva – Marta Elaine Bastos Oyarzabal – Vinicius da Costa Lima

Rúcula	3.588
Chuchu	720
Pimentão	1.260
Abóbora	1.800
Tempero verde	714
Moranga	1.666
Beterraba	3.289
Alface	3.588
Couve-folha	3.222
<b>TOTAL</b>	<b>48.983</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 3 – Produtos e quantidades cadastrados para serem entregues ao Centro Comunitário dos Moradores do Bairro Centro Novo, na proposta PAA-DS (CPR: RS/2014/02/0150)

<b>PRODUTO ORGÂNICO</b>	<b>QUANTIDADE em Kg</b>
Raiz de mandioca com casca	4.440
Arroz	8.064
Batata-doce	1.850
Tangerina	1.480
Radiche	2.220
Espinafre	1.480
Beringela	925
Laranja	1.480
Melancia	4.995
Milho verde	2.220
Rúcula	4.032
Chuchu	740
Pimentão	1.295
Abóbora	1.850
Rabanete	1.480

Alface	4.032
Couve-folha	3.828
Moranga	2.114
Beterraba	3.696
Tempero verde	906
<b>TOTAL</b>	<b>53.127</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

## OBJETIVOS

### OBJETIVO GERAL

Identificar as formas como o PAA-DS pode contribuir para o estreitamento da relação entre as famílias produtoras e as famílias receptoras dos alimentos e criar estratégias para que isso ocorra utilizando ferramentas participativas.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar duas reuniões com cada entidade beneficente e duas com o Grupo Gestor das Hortas.
- Participar de duas “Rotas do PAA”, desde a coleta até a doação de alimentos nas entidades.
- Estreitar relações com as entidades beneficentes.

### METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho foram estudadas e adaptadas algumas ferramentas participativas para serem utilizadas em momentos de reuniões tanto com a Cootap quanto com as entidades beneficentes. De acordo com Geilfuls (1997), as ferramentas ou técnicas participativas estão fundamentadas no diálogo entre os membros do grupo e devem respeitar um princípio fundamental: todos os participantes devem ser considerados como sujeitos ativos na construção do conhecimento a partir das informações que trazem, bem como sujeitos na análise de seus problemas, na decisão das soluções e na livre expressão de suas opiniões.

Os tipos de ferramentas participativas escolhidas e sugeridas para o desenvolvimento deste trabalho são baseados em dinâmica de grupo e visualização, pois ambas são fundamentais para trabalhar com pessoas com diferentes graus e tipos de educação. As ferramentas utilizadas nos encontros com as entidades foram:

- a. **Árvore dos problemas:** com objetivo de diferenciar e discutir as “causas” e “efeitos” a partir de um problema estabelecido que é a “falta de comunicação entre a entidade proponente e a entidade recebedora”.
- b. **Chuva de ideias:** com objetivo de obter informações ou ideias rápidas para resolver algumas “causas” e não “efeitos”, discutidos na “árvore de problema”.
- c. **Avaliação participativa:** com objetivo de avaliar se o tema da atividade é adequado à metodologia utilizada no dia e a participação dos envolvidos.
- d. Já com a Cootap, as ferramentas participativas escolhidas foram:
- e. **Linha do tempo:** com objetivo de resgatar os marcos históricos dos projetos de PAA em que a cooperativa foi entidade proponente dando enfoque ao Projeto PAA-DS Orgânico de Eldorado do Sul.

O resultado esperado com a utilização de ferramentas participativas não depende somente da escolha certa das ferramentas que serão utilizadas no processo e sim do objetivo, a situação, os participantes e da habilidade de se usar de forma apropriada as ferramentas.

## DESCRIÇÃO PARCIAL DA EXPERIÊNCIA

### ASSESSORIA PARA DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO

A demanda de sistematizar tal experiência surgiu em reunião do Grupo Gestor das Hortas<sup>3</sup> no início de 2015, quando foi proposto que os três Núcleos Operacionais do Programa de Ates da região metropolitana abordassem o tema do PAA na região, porém com enfoques diferentes, que são: organização socioprodutiva das famílias (núcleo de Nova Santa Rita), geração de renda e segurança alimentar (núcleo de Viamão) e a relação entre a instituição proponente e as entidades recebedoras (Núcleo de Eldorado do Sul).

---

<sup>3</sup> Grupo Gestor das Hortas: é uma estrutura organizativa criada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que tem como ponta de lança a organização social, e produtiva das famílias assentadas envolvidas nos espaços de discussão e comercialização da produção.

**A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – DOAÇÃO SIMULTÂNEA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS – EM ELDORADO DO SUL: CONTRIBUINDO PARA ESTREITAR AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE**

Antonio Carlos Silveira Pereira – Artêmio Soares Marques – Cleusa de Oliveira Reichembach – Jeferson Orsolin  
Gabriel Cortes Machado da Silva – Marta Elaine Bastos Oyarzabal – Vinicius da Costa Lima

**Figura 1 – Reunião do Grupo Gestor das Hortas da região metropolitana com a presença dos três núcleos operacionais de Ates**



Fonte: Equipe Coptec do NO Eldorado do Sul.

**Figura 2 – Reunião reduzida: Grupo Gestor das Hortas com representantes de agricultores de Eldorado do Sul inscritos no PAA, para discussão sobre certificação orgânica, produção para entrega no PAA e relato sobre o objetivo da sistematização agroecológica do Núcleo Operacional**



Fonte: Equipe Coptec do NO Eldorado do Sul.

Consolidada a proposta de sistematização, a equipe técnica reuniu-se com o Assessor Técnico Pedagógico (ATP) para construir o roteiro de atividades e ações que envolvem o processo de sistematização. Para a elaboração deste roteiro foram revisadas com a equipe técnica quais as motivações da equipe em desenvolver esse trabalho e quais os seus objetivos. O produto desta reunião foi um roteiro básico para execução do processo de sistematização e elaboração do documento parcial.

Como a sistematização de experiência agroecológica deve ser fruto do trabalho coletivo da equipe técnica faz-se necessário que todos os integrantes da equipe estejam nivelados quanto ao entendimento de o que é a sistematização. Nesse sentido, o ATP facilitou uma atividade com todos os membros da equipe técnica com o objetivo de clarear para todos os membros alguns pontos sobre a sistematização, tais como: O que é? Para que serve? Quem faz? Para essa atividade, o ATP distribuiu aos técnicos três tarjetas de mesma cor e propôs que escrevessem em cada tarjeta as respostas para cada uma dessas três perguntas. Após o tempo acordado para isso, as tarjetas foram recolhidas e coladas em quadro branco. Feito isso, foi possível que todos os participantes da atividade visualizassem os diversos entendimentos sobre o tema e a partir dessas diferentes opiniões o ATP pôde construir um conceito comum para cada pergunta orientadora.

## REUNIÃO COM AS ENTIDADES BENEFICENTES PARA USO DE FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS

Para sistematização dessa experiência foram feitas reuniões com as duas entidades envolvidas no projeto. Foram realizadas duas reuniões apenas com oito membros da Associação Comunitária do Centro Novo, em que a primeira reunião teve por objetivo apresentação da proposta de sistematização e levantar ideias para o trabalho, a segunda o uso das ferramentas participativas.

Antes da construção da “Árvore de Problemas” foi importante resgatar a proposta de trabalho de sistematizar a experiência do PAA Orgânico com foco na relação entre as entidades envolvidas. A partir disso destacou-se o problema em questão (tronco da árvore), “falta de comunicação entre as partes”, e então se investigou quais as causas (raízes da árvore) e efeitos (copa da árvore) desse problema. Conforme os elementos apareciam o facilitador sistematizava os principais pontos levantados pelos participantes.

Depois de diferenciadas as causas dos efeitos, passou-se para a segunda parte da atividade, que foi entender e propor, na forma de “Chuva de Ideias”, sugestões para eliminar as causas do problema e não os efeitos. Para cada causa pode existir uma ou mais sugestão. Com as ideias levantadas, passou-se a priorizá-las em ordem de curto, médio e longo prazos de execução, dando prioridade para as atividades de curto prazo.

Figura 3 – Reunião na Associação Comunitária Centro Novo para socialização do objetivo da sistematização e acordar a participação da entidade no processo de construção do trabalho



Fonte: Equipe Coptec do NO Eldorado do Sul.

## REUNIÃO COM A COOTAP PARA USO DE FERRAMENTA PARTICIPATIVA

Como a Cooperativa opera Projetos do PAA desde 2010, optou-se por fazer uso da ferramenta “Linha do Tempo” como proposta de resgatar o histórico dos primeiros projetos gestados pela Cooperativa e como ocorreu sua inserção na política pública, por meio do PAA-DS. Para isso reuniram-se dois técnicos da Coptec, o ATP, um representante do Grupo Gestor das Hortas da Cootap, o responsável pela coleta e entrega dos alimentos do PAA e um dirigente regional.

Figura 4 – Oficina de capacitação sobre sistematização de experiência agroecológica com Núcleos Operacionais de Eldorado do Sul e Nova Santa Rita



Fonte: Equipe Coptec do NO Eldorado do Sul.

## ACOMPANHAMENTO DA COLETA E ENTREGA (ROTA PAA)

A Cooperativa de Trabalho e Serviços Técnicos (Coptec), quando da construção do planejamento regional, propôs ações de acompanhamento da rota do PAA tendo como objetivo identificar problemas-chave e elaborar um itinerário técnico junto aos agricultores que entregam sua produção para o Programa. Essa é uma demanda antiga, uma vez que em projetos anteriores já haviam sido identificados inúmeros problemas referentes à qualidade dos produtos, na higienização e nos processos pós-colheita. Logo, ações nesse sentido foram contempladas no planejamento da equipe técnica com os grupos de agricultores nos assentamentos. Entre essas atividades, alguns acompanhamentos da rota de coleta e entrega dos alimentos durante o ano estão previstos como meta para a equipe técnica.

Figura 5 – Entrega de alimentos na Associação Centro Novo para os participantes do PAA-DS Orgânico



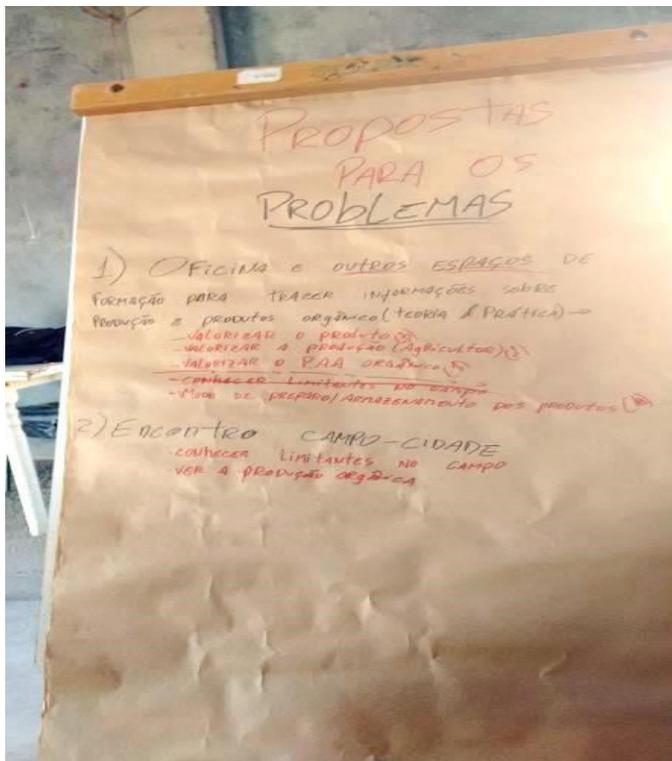
Fonte: Equipe Coptec do NO Eldorado do Sul.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Desde que começou a ser operado o Projeto PAA-Orgânico de 2015 foi observado que durante as coletas e entregas não havia algumas vezes entendimento da família que recebe o alimento sobre os entraves que ocorrem no campo, assim como não havia entendimento do agricultor sobre a situação de pobreza da família na periferia. Foi a partir desse diagnóstico que foi proposta a sistematização da experiência com foco na relação entre as principais entidades envolvidas. Nesse sentido, a proposta da sistematização vem no sentido de proporcionar momentos para troca de informações entre as partes e esclarecimentos de algumas dúvidas naturais do processo.

Nas atividades feitas com as entidades beneficentes, optou-se pelo trabalho com grupos focais, ou seja, grupo de pessoas que já possuem uma identidade, no caso, de trabalho coletivo em prol das associações.

Figura 6 – Propostas de ação levantadas e sistematizadas com auxílio da ferramenta “Chuva de Ideias”



Fonte: Equipe Coptec do NO Eldorado do Sul.

Além dos produtos das atividades nas quais foram utilizadas as ferramentas participativas, houve encaminhamentos de propostas para início do trabalho de conscientização das famílias que recebem os alimentos e também por parte das famílias que os produzem.

Na “árvore dos problemas” a partir do problema em questão “falta de informações entre a entidade proponente e a entidade beneficente”, foram levantadas as causas: não conhecimento das diferentes realidades, baixa diversidade de alimentos e famílias receptoras não conhecem produção orgânica. Já os efeitos apresentados foram: perda de produtos entregues em excesso, desconhecimento das famílias de como preparar alguns alimentos, produto orgânico não é devidamente valorizado, não entendimento do Projeto de PAA-DS.

Com o fim da atividade foi possível seguir para um segundo momento de sugerir propostas e estratégias para possíveis soluções para as causas do problema em questão. Após a “Chuva de Ideias” os participantes observaram que as propostas apresentadas foram no sentido de valorização do alimento orgânico, da produção orgânica e do projeto de PAA-Orgânico.

As sugestões apresentadas para combater as causas foram sistematizadas em curto, médio e longo prazos. As ações de curto prazo foram visualizadas como possíveis de serem realizadas ainda durante o processo de sistematização. A partir daí, em coletivo, foi decidido que tais ações deveriam ter como foco proporcionar outros espaços de formação sobre produção e produtos orgânicos. Nesse sentido, uma proposta concreta foi a de elaborar e divulgar na rádio FM 87.9 um material didático sobre benefícios da produção orgânica, impactos ambientais decorrentes do uso de venenos, funcionalidade dos alimentos naturais, produção ecológica de alimentos em assentamentos rurais, entre outros. Esse mesmo material também poderá ser entregue às famílias nos momentos de entrega dos alimentos e em outras festividades das Associações.

Durante o uso da ferramenta a comunidade relatou que muitas famílias beneficiadas perdem os alimentos entregues, como beringela, radiche e espinafre, por conta de não saberem como prepará-los e consumi-los. Nesse sentido, surgiu a proposta de realizar uma oficina sobre as qualidades nutricionais dos alimentos orgânicos e formas de prepará-los. Outra ideia, já de médio prazo, é a organização de um Encontro Campo-Cidade, quando poderiam ser trocadas informações e conhecimentos sobre as diferentes realidades das pessoas envolvidas em um Programa como este. Nesses encontros, as famílias receptoras poderiam entender com maior clareza alguns limitantes da produção de alimentos orgânicos.

O processo de construção da Linha do Tempo sobre os Projetos de PAA gestados pela Cootap desde 2010 evidenciou alguns pontos importantes que se relacionam com o tema desta sistematização. Durante a execução desta ferramenta foi possível ter uma leitura sobre a evolução desta política pública nos assentamentos da região metropolitana nos últimos cinco anos. Nesse sentido, buscou-se identificar quais foram os gargalos/limites tanto por parte da cooperativa (dificuldade de prestação de contas, falta de recursos humanos, falta de infraestrutura, incapacidade de operacionalizar muitos projetos) quanto por parte dos agricultores (dificuldade em manter a produção, falta de recursos

financeiros para aquisição de insumos, preferência por outros mercados, baixo preço pago pela Conab), que foram superados nos projetos que já foram operados pela Cootap.

Figura 7 – Aplicação de metodologia participativa com a Cootap, Linha do Tempo. Teve o intuito de resgatar o histórico da Cooperativa em operacionalização com o Programa de Aquisição de Alimentos – Doação Simultânea na região metropolitana



Fonte: Equipe Coptec do NO Eldorado do Sul.

No que diz respeito ao acompanhamento da Rota do PAA, a equipe técnica julga ser uma das ferramentas que mais proporciona a observação participante do técnico. A partir do momento que se acompanha todas as etapas do processo, ou seja, do plantio até a doação do alimento, torna-se possível a percepção de outros gargalos e limites que não são expostos em outros momentos. Além disso, durante as Rotas cabe ao técnico fazer, de forma participativa, considerações e orientações a respeito das boas práticas de plantio, manejo e pós-colheita de produtos orgânicos.

## LIMITES

Devido à dificuldade de diálogos entre as entidades participantes do Programa (entidade proponente e entidades beneficiárias), identificamos que a relação entre ambas estava fragilizada. Nesse sentido, se favorecia a ocorrência de distorções sobre os objetivos dessa política pública pelas duas partes como:

o não entendimento das dificuldades encontradas no campo para a produção de alimentos pelas famílias receptoras, e na outra ponta, pelo viés dos agricultores; a situação de vulnerabilidade social em que se encontra o público-alvo que conta com esses alimentos pelo PAA-DS. Também foram identificados alguns limites para realização das atividades, como: dificuldade de agendar reunião com a entidade beneficiária Associação dos Moradores da Picada e baixa participação das famílias nos encontros da Associação Comunitária dos Moradores do Centro Novo.

## POTENCIALIDADES

O trabalho da sistematização, mesmo que superficial, ajudou a provocar momentos de aproximação entre o meio urbano e rural,

Também promoveu inserção das entidades urbanas que recebem os alimentos nas reivindicações dos agricultores, corporificada na Cootap, para melhoramento dos preços pagos aos agricultores e aumento do teto para comercialização no PAA,

Outra potencialidade esteve na divulgação de informações na Rádio 87.9 sobre o PAA-DS e sua importância para a segurança alimentar de famílias em vulnerabilidade social, pois na rádio existe um membro da Associação que apresenta programa semanal e disponibiliza espaço para convites, informações sobre o PAA, produção orgânica, etc.

Além disso, esse trabalho proporcionou a possibilidade de realização de outras ações junto a comunidade, como: auxílio para construção de uma horta coletiva no espaço da entidade e ajuda na elaboração de um projeto para ser encaminhado à Secretaria do Meio Ambiente e prefeitura do município para cercar a área da Associação para o plantio de mudas frutíferas e nativas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília: Mapa, 2008.  
GEIFULS, F. *80 herramientas para el desarrollo participativo*: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San Salvador, El Salvador: IICA-GTZ, 1997.



# AGROINDÚSTRIA CAMPONÊS: A Organização Familiar na Agroindustrialização de Lácteos no Assentamento Simon Bolívar, Município de Jóia (RS)

Carolina Remus Oberto dos Reis  
Catieli Patricia Klein  
Renato de Carvalho Santos Silva  
Danísio Treméa

## INTRODUÇÃO

A sistematização de experiências é um processo de reflexão que pretende ordenar e organizar o que tem sido a trajetória, os processos e resultados de um projeto, para refletir sobre o que foi realizado, quais as metodologias utilizadas, avaliando a prática da experiência com potencial de replicabilidade ou, até mesmo, que são esquecidos pelos insucessos gerados, contribuindo para a construção de estratégias de desenvolvimento, incluindo o rural (Eckert, 2009).

A experiência sistematizada sob o título “Agroindústria Camponês: a organização familiar na agroindustrialização de laticínios” retrata a trajetória de organização familiar para superar os desafios da agroindustrialização do leite produzido no lote e de produtores vizinhos em assentamentos de reforma agrária.

Esta sistematização de experiência tem como eixo o processo de organização familiar para a produção e agroindustrialização de derivados lácteos.

O objetivo geral desta sistematização é compreender o processo organizativo para a produção, agroindustrialização e comercialização dos derivados lácteos da Agroindústria Camponês do município de Jóia (RS).

Como objetivos específicos pretende-se:

- a. Resgatar o histórico da Família Valsoler para a iniciativa de agroindustrialização de produtos lácteos.

- b. Descrever o processo organizativo da família para a produção, agroindustrialização e comercialização dos produtos lácteos.
- c. Analisar os aspectos limitantes e potencialidades referentes ao processo organizativo familiar no contexto da agroindustrialização.

Para este estudo busca-se resgatar a história da Família Valsoler, descrever o processo organizativo da família na produção, agroindustrialização e comercialização dos produtos lácteos e analisar os aspectos limitantes e potencialidades referentes ao processo organizativo familiar no contexto da agroindustrialização. Assim, compreende-se que esta experiência é uma iniciativa para a reflexão das conquistas e desafios vivenciados pela família

Valsoler e seus parceiros, desde o acampamento até o momento atual, quando encontra-se em fase de construção a nova estrutura da agroindústria, representando um passo importante e ao mesmo tempo desafiador para a família.

Como metodologia para o processo de sistematização foram utilizadas ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), mediante entrevistas semiestruturadas, filmagens (resgate do histórico da família e da Agroindústria Camponês) Fofa (identificar as fortalezas e oportunidades/debilidades, fraquezas e ameaças presentes no processo), rotina diária da família (conhecer a maneira como todos se organizam para cumprir todas as tarefas), visitas e reuniões (para conversar com a família e parceiros a fim de estabelecer as diretrizes de como será desenvolvido o processo de sistematização). Também foram realizadas pesquisas em textos e documentos sobre o histórico do Assentamento Simon Bolívar.

As entrevistas desempenham um papel muito importante, pois permitem criar um ambiente aberto de diálogo e facilitam à pessoa entrevistada expressar-se livremente sem as limitações criadas por um questionário. Trata-se de uma entrevista guiada por perguntas-chave predeterminadas.

A Agroindústria Camponês chega aos dias de hoje como uma das alternativas para a agricultura familiar, concretizando um sonho que vem desde as raízes de organização camponesa nos acampamentos de luta pela terra e ideais do MST, e que, com persistência e trabalho, consegue-se chegar aos dias atuais com resultados positivos.

## CONTEXTO

O município de Jóia está localizado no Corede Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul e se insere na Associação dos Municípios do Planalto Médio (Amuplam). Localiza-se a 450 km da capital, Porto Alegre, e a 40 km da cidade de Ijuí. Possui área de 1.235,9km<sup>2</sup>. A economia é totalmente dependente das atividades agrícolas, com as culturas de soja, milho, trigo e a bovinocultura leiteira sendo as principais atividades. A população do município é de 8.331 habitantes. A maioria dos seus habitantes, 75%, residem no meio rural e 25% na cidade. Em Jóia, 1.498 propriedades do meio rural têm área inferior a 50 hectares.

A partir de 1988 Jóia começa a receber assentados da reforma agrária. Atualmente existem 8 assentamentos e reassentamentos distribuídos em 11.714 hectares: Assentamento Rondinha, Barroca, Tarumã, Trinta e Um de Maio, Santa Tecla, Simon Bolívar, Novo Amanhecer Ceres, totalizando cerca de 600 famílias.

O Assentamento Simon Bolívar foi originado da “Granja Saúde”, que tinha como proprietário Rubens Kesser da Silva. Em 1998, por problemas de saúde o proprietário passou a administração da Granja Saúde aos seus filhos, sendo assumida pelo filho Rubens Silva (Rubinho). Em meados do ano 2000 optou por vender as terras para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com capacidade para assentar 85 famílias. Assim, em 2006 o Incra anunciou o assentamento das famílias na área, estando entre estas a família Valsoler. Em 5 de setembro a área foi ocupada pelas famílias, as quais eram originárias de vários acampamentos do Estado do Rio Grande do Sul e após chegarem ao Assentamento Simon Bolívar, dividiram-se em dois grandes grupos, de início instalando-se em barracos. Esta estratégia de divisão em grupos foi adotada para facilitar questões organizativas, como a divisão dos bolsões. Outro elemento determinante nesta organização foi um acordo realizado com o antigo proprietário, que cederia no primeiro ano apenas 80 hectares para plantarem alimentos para o autoconsumo (mandioca, milho, amendoim, feijão, batata...) e prepararia os 800 hectares restantes para a cultura de inverno.

As famílias assentadas foram divididas posteriormente em cinco bolsões. Em janeiro de 2007 os representantes de cada bolsão reuniram-se e iniciaram o processo de debate e organização do Assentamento. Assim, cada família foi para seu lote, com aproximadamente 9 hectares agricultáveis. Em um ano o Assentamento já havia conquistado rede de água, luz e estradas. Tal infraestrutura

foi de extrema importância para o progresso gradual das famílias, que com vontade de construir um lugar melhor para viver, optaram principalmente pela produção de leite e derivados, pastagens e alimentos para o autoconsumo, que vai da horta até a produção de carnes e grãos.

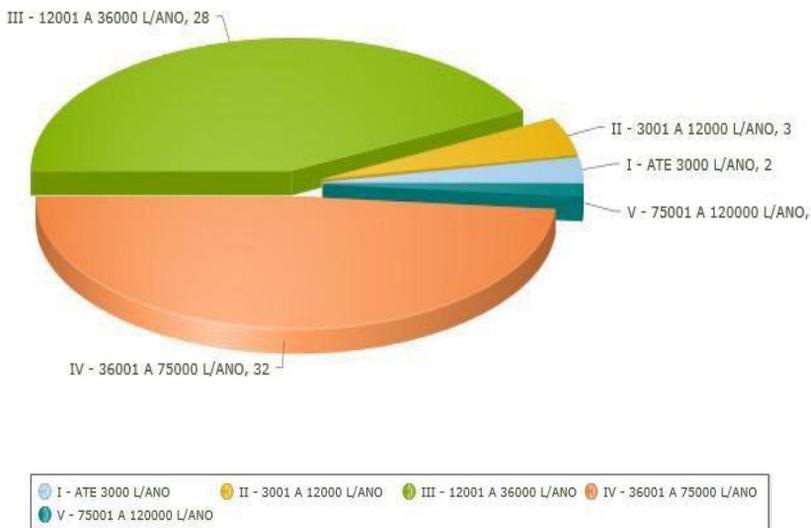
A soberania alimentar do camponês começa em casa. Produzir sua própria alimentação variada e de forma estável, com qualidade e sem agrotóxicos, contribui para aumentar significativamente as áreas descontaminadas de venenos químicos, bem como aumenta a capacidade de autonomia dos pequenos agricultores... (Guterres, 2006).

O Assentamento está localizado em uma região de domínio de monocultivo de grãos, com grandes investimentos tecnológicos, o que não se coloca como uma alternativa viável para a pequena propriedade, especialmente para famílias recém assentadas. Com este quadro e com poucas alternativas, os assentados começaram a discutir a produção de leite. Sem energia elétrica e com poucas condições de estrutura e estradas, iniciou-se a produção de leite no Assentamento, que era transportada de charrete, carrinho de mão e até mesmo nas costas até um resfriador da empresa Coopermis, instalado em um ponto com eletricidade na sede da antiga fazenda. Esta mesma cooperativa fazia o recolhimento do leite para a indústria localizada em Augusto Pestana. Em 2009 o leite já era o carro-chefe de renda das famílias, com produção de mais de 2 mil litros de leite/dia e um total de 230 matrizes leiteiras no conjunto das famílias.

Conforme dados do Sistema Integrado de Gestão Rural da Ates (Sigra, 2014), das 85 famílias do Assentamento Simon Bolívar, 66 são produtoras de leite, com um total de 698 matrizes leiteiras e produção anual de 2,2 milhões de litros de leite.

A figura a seguir apresenta o número de famílias que se enquadram em cada faixa de produção. Nota-se que grande parte dos produtores estão entre a faixa de 12.001 a 75.000 l/ano (60 produtores).

Figura 1 – Número de famílias por categoria de produção de leite



Fonte: Sigra, 2014.

A família Valsoler, ator central neste processo de sistematização, é formada pelo casal: Edemir Valsoler e Marleise Fiorese e os filhos Igor e Bruna. Também fazem parte da família os pais de Edemir: Deolino e Maria. São parceiros desta experiência os produtores que fornecem leite: as famílias de João Arnaldo de Oliveira Dias e Décio Veroni de Lima e a equipe de extensionistas da Emater/RS-Ascar.

Para organizar a sistematização e direcionar o eixo foram elaboradas perguntas que nortearam os extensionistas responsáveis pelo trabalho. No momento de definição do eixo da sistematização enfrentava-se uma crise de comercialização do leite, quando as empresas deixavam de fazer o recolhimento nas propriedades que produziam menos de 100 l/dia e não estavam se adequando à Normativa 62. Esta situação direcionou a seguinte pergunta: Como a estratégia da agroindustrialização do leite em sistema de agroindústria familiar pode contribuir para a permanência de agricultores na atividade leiteira? E como pode viabilizar ou trazer famílias no entorno que produzem leite?

## DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

### RECUPERAÇÃO DO PROCESSO VIVIDO – PROCESSO HISTÓRICO

#### Luta pela terra

Edemir Valsoler e Marleise Rita Fioresi eram moradores de Herval Grande, casaram-se e continuaram morando no campo, mas devido ao relevo acidentado enfrentavam dificuldades para a produção de alimentos, o que os fez optarem por mudar-se para a cidade. A cidade era pequena, com pouca oportunidade de trabalho, apenas o Edemir conseguiu emprego, a situação era difícil. Em uma visita aos pais e parentes de Marleise, que eram assentados em Tupanciretã, depararam-se com a realidade da família assentada e retomaram o sonho de morar no campo e produzir alimentos. Assim, decidiram: – “Quem tem que ir acampar é nós”, disse Edemir a sua esposa. A partir deste momento decidiram começar a luta pela reforma agrária e a busca pela terra.

Em 2 de março de 2001 Marleise e o filho Igor já estavam acampados em Lagoa Vermelha, enquanto Edemir e a filha Bruna continuavam na cidade, pois ele trabalhava na Cooperativa Corlac (posto de recebimento de leite em Herval Grande) com o propósito de pagar as dívidas que possuíam na cidade. Aproximadamente um ano depois, com as contas pagas a família já estava completa no acampamento. Do acampamento de Lagoa Vermelha foram para os acampamentos de Pontão, em Júlio de Castilhos.

Foram inúmeras as ocupações, sempre muito solidários com os outros movimentos, como os atingidos por barragens (MAB), em Machadinho e Barracão, e ajudaram na organização das famílias.

Em abril de 2006, devido ao fato de ser um dos organizadores da ocupação da Fazenda Guerra, em Coqueiro do Sul, na região de Passo Fundo, Edemir recebeu um mandado de prisão preventiva, juntamente com mais três companheiros, mas depois de dois anos foram absolvidos.

A Família Valsoler, ainda em 2006, juntamente com as demais famílias (85 ao todo) ocupam a Granja Saúde, no município de Jóia, após a conquista das terras e sorteio dos lotes. Em 28 de maio de 2007 fixaram-se no lote. Conforme Edemir Valsoler:

Os vizinhos nossos que não eram assentados nos acolheram muito bem, ao mesmo tempo em que tinham uma imagem de nós do MST como tropa de loucos, baderneiros, vadios e ladrões. Eles tinham esta curiosidade... são ou não são?

### Estruturação da Unidade de Produção Familiar

No dia 28 de maio chegaram no lote: Edemir, Igor e Bruna, uma vez que Marleise estava cursando Técnico em Agropecuária – Habilitação em Agroecologia – na escola Agrotécnica Federal do Sertão. Trouxeram o que tinham no acampamento: uma vaca de leite e a tradição do aproveitamento do leite na fabricação de queijo. A mãe de Edemir Valsoler, dona Maria, comercializava queijo informalmente, com a ajuda do filho e da nora.

O trabalho de Edemir na cooperativa de recebimento de leite proporcionou experiência na gestão da propriedade e também a vontade da família em deixar de ser apenas fornecedores de matéria-prima para as empresas, mas também agroindustrializar o leite produzido, somando-se aos bons exemplos de agroindústrias já existentes no município que foram incentivadas pela Emater e prefeitura de Jóia.

Já instalados no lote e com a produção de leite aumentando começaram a produzir queijo e comercializar na vizinhança. A vontade de criar uma agroindústria foi ficando cada vez maior. Com a assistência técnica da Emater e incentivo principalmente do extensionista Jair Bazzan, buscaram recursos para a compra dos equipamentos e adequação da estrutura. Puderam conhecer várias agroindústrias e cooperativas na região, identificando gargalos e potencialidades que poderiam levar em consideração para a instalação da sua agroindústria.

Os pais de Edemir mudaram-se para Jóia, fazendo-se necessário a construção de uma casa no lote. Esta casa posteriormente foi utilizada para instalação da agroindústria. Com a vinda do senhor Deolino e senhora Maria Valsoler, aumentou a disponibilidade de mão de obra na família e o desejo de ter uma agroindústria aflorou. Em setembro de 2012, com a chegada dos equipamentos produziram os primeiros queijos na agroindústria.

A compra dos equipamentos para abertura da agroindústria foi realizada com auxílio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), um investimento no valor de 53 mil reais. A meta, para viabilizar o

empreendimento, era produzir cerca de 180 kg de queijo/mês. Assim, após algumas adaptações a agroindústria foi localizada no andar inferior da casa própria da família.

## PROCESSO ORGANIZATIVO DA FAMÍLIA (PRODUÇÃO, AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO)

Para analisar a forma como estão divididas as tarefas, foi utilizado um método de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) denominado de “a rotina diária”. As rotinas diárias indicam o que se passa durante o dia com as pessoas na propriedade, por exemplo: a duração aproximada de cada atividade, incluindo aquelas que mudam de acordo com as peculiaridades locais. São utilizadas para descrever como são realizadas as tarefas do dia, a rotina de cada membro da família. O entendimento da rotina de trabalho é necessário, pois permite visualizar alguns aspectos, como: as relações de interdependência para o êxito do trabalho; a importância e valorização das diferentes habilidades de cada um; a disponibilidade de tempo para realização de outras tarefas, a sobrecarga de atividades, etc. Assim, no caso da família de Edemir, pode-se observar os seguintes aspectos organizativos: alguns momentos são aproveitados para realizarem o planejamento das atividades, neste caso o momento do café é realizado com todos os membros da família e nele são discutidas as tarefas diárias e a programação das entregas. Já o almoço é realizado na casa do senhor Deolino, pai de Edemir, e nesse momento são discutidos assuntos que dizem respeito ao bom funcionamento da unidade de produção familiar e agroindustrialização.

### A tarefa da produção do leite

Na realização das tarefas para a produção de leite há uma concentração da força de trabalho masculina. Na ordenha da manhã, que envolve uma carga horária de 1,5 hora por dia, os responsáveis são o Edemir e o Igor. Já na ordenha da tarde, ocupando 1,5 hora, os responsáveis geralmente são o senhor Deolino, o Edemir e o Igor. Está nas mãos deles também a responsabilidade pelo manejo dos piquetes e da pastagem, que leva cerca de 5 horas, concentrando em seu Deolino a tarefa de levar e retirar os animais da pastagem, atividade que ocupa a maior parte do tempo.

Tal organização da divisão das tarefas possibilita que a Marleise fique com o tempo livre para dedicar-se à agroindústria, uma vez que a dona Maria se dedica aos serviços de alimentação da família e de cuidados com a horta e jardim.

Também cabe destacar que a família tem parceiros que fornecem leite para a agroindústria. São recolhidos 300 litros de leite ao dia, fornecidos pelas famílias de João (assentado) e Décio (vizinho). A coleta é feita pelo Edemir, que gasta cerca de 2 horas por dia nessa tarefa.

Figura 2 – Rotina diária da família

ATIVIDADE	TEMPO	EDEMIR	MARLEISE	MARIA	DEO LINO	JOÃO	Décio
FAZER FOGO P/ CALDEIRA	10m	X					1
ORDENHA MANHÃ	1:30h	X					2
ALMOÇO E CAFÉ	30m	X	X	X	X	X	3
PASTEURIZAR	15m		X				1
VACAS P/ PASTO	40m				X	X	2
ORGANIZA CASA	30m		X				1
AGROINDÚSTRIA	8h		X				1
AGROINDÚSTRIA	2h	X					1
ALMOÇO, JANTA, PÃO	3h			X			1
HORTA, JARDIM	3h			X			1
GRAMA, POMAR	30m	X				X	2
CERCA, PIQUETE	1h				X	X	2
PASTAGEM	30m	X					1
RETIRADA DAS VACAS DA PASTAGEM	3h			X	X		2
ALIMENTAÇÃO DOS PORCOS	1h				X	X	2
ORDENHA DA TARDE	1:30 h	X			X	X	3
COLETA DO LEITE DE DÊCIO E JOÃO	2:00h	X					2
COMERCIALIZAÇÃO	2:5h	X				X	2
COZINHA	30 m	X					1
RETIRADA OS MONTES P/ COLETA	30 m	X	X		X	X	2
TOTAL DE TEMPO		17h	1h	1h	1h	1h	17h

Fonte: Arquivo do escritório municipal da Emater/RS-Ascar

### A tarefa da agroindustrialização

A divisão das tarefas para a agroindustrialização é basicamente organizada de maneira que a Marleise fique em tempo integral no processamento do leite. Sempre pela manhã Edemir é quem faz o fogo para aquecer as caldeiras. Após,

a Marleise é quem vai fazer a pasteurização<sup>1</sup> do leite. Após a adição de outros ingredientes e repouso, são feitos os cortes, observando-se que a tarefa de “bater” o queijo é de responsabilidade do Edemir, posteriormente é feita a modelagem da massa nas formas e colocados na câmara fria.

Além do queijo tradicional, são produzidos queijos com salames/temperos e vinho. Também são elaborados bebida láctea, leite pasteurizado e doce de leite.

São reservados 30 minutos por dia para limpeza e rotulagem/embalagem dos produtos.

### A tarefa da comercialização da produção

A comercialização dos derivados lácteos é feita em vários locais, como: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e as feiras. Esta tarefa de comercialização é feita geralmente pelo Edemir, ocupando em torno de um dia e meio da semana.

Há um grande destaque da Agroindústria Camponês na participação em feiras, levando os seus produtos para que outras regiões possam conhecer, divulgando também o Assentamento Simon Bolívar e o município de Jóia. Já participaram de inúmeras feiras, entre elas a Expodireto no município de Não-me-Toque, Expojóia, em Jóia, Feira da Agricultura Familiar, em Porto Alegre, Expointer, em Esteio, Fenatrigo, em Cruz Alta, Expojuí/ Fenadi e Fenii/Fecolônia, em Ijuí, Expoagro, em Rio Pardo, XIV Expofeira do Agronegócio em Três de Maio. Nessas feiras, geralmente quem participa é a Marleise com apoio do Igor ou do Edemir. Destaca-se que essa participação nas feiras exige uma reorganização do trabalho familiar e aquele que ficar em casa precisa dar conta de todo o processo de produção e agroindustrialização do leite. Assim, todos os integrantes da família precisam conhecer com detalhes o processo produtivo de modo a garantir a qualidade e o padrão do produto.

---

<sup>1</sup> A pasteurização é um processo térmico que tem por objetivo destruir todos os germes patogênicos (transmissores de doenças) e a maioria dos outros microrganismos existentes no leite, alterando o mínimo possível a sua composição e estrutura.

Figura 3 – Participação em Feiras



Fonte: Arquivo do escritório municipal da Emater/RS-Ascar.

### Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae

O Pnae, também conhecido como “merenda escolar”, é uma área importante de atuação visando a promover a saúde e possibilitando construir novos conhecimentos. Por meio da distribuição de refeições durante o intervalo das atividades escolares, o Pnae visa a suplementar a alimentação do aluno, melhorando suas condições nutricionais e sua capacidade de aprendizagem, além de formar bons hábitos alimentares. Com a lei algumas conquistas foram atingidas, como o reconhecimento da alimentação como um direito humano e a obrigatoriedade de que no mínimo 30% dos recursos sejam destinadas à compra de alimentos da agricultura familiar, por meio de chamadas públicas de compra com dispensa de licitação (Lei 11.947/2009).

A Agroindústria Camponês participa deste Programa, entregando alimentos. Foram entregues em 2014: 4.170 litros de leite pasteurizado, 2.985 litros de bebida láctea, 270 kg de queijo e 53 kg de doce de leite para a merenda escolar do município de Jóia, totalizando R\$ 22.420,00.

Figura 4 – Entrega do Pnae e PAA



Fonte: Arquivo do escritório municipal da Emater/RS-Ascar.

### Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Com o objetivo de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, o PAA de Jóia também é abastecido pela Agroindústria Camponês, com queijo, bebida láctea e leite. Em 2014 foram entregues 5.400 litros de leite pasteurizado, 3.600 litros de bebida láctea e 900 kg de queijo, perfazendo um total de R\$ 30.420,00.

### Feira Municipal

A Feira Municipal acontece diariamente em espaço cedido pelo município, incentivando a agricultura familiar. Participam da feira os produtores associados da Associação dos Feirantes, Colonos e Artesãos do Município de Jóia (Afecoart), da qual Edemir foi presidente.

A Associação dos Feirantes, Colonos e Artesãos do Município de Jóia, em seu artigo 2º, destaca que a Associação tem como fins: “[...] Estimular a elaboração ou industrialização de produtos oriundos da agricultura familiar e ajudar na sua comercialização, incentivando a organização produtiva da agricultura familiar” (Estatuto Social..., 2013).

Nela são comercializados vários produtos oriundos da agricultura familiar de Jóia. Pode-se dizer que um dos carros-chefe da feira é o queijo produzido pela Agroindústria Camponês, além disso fornecem doce de leite, que também é bastante apreciado pelo consumidor.

Figura 5 – Feira municipal



Fonte: Arquivo do escritório municipal da Emater/RS-Ascar.

## AGROINDÚSTRIA CAMPONÊS: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS

Para levantamento de dados e coleta de informações foi utilizado a metodologia da Fofa (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) que permitiu identificar, analisar e visualizar a situação atual e perspectivas futuras dos atores envolvidos na sistematização de experiências.

Fortalezas são fatores no interior do grupo que contribuem para o seu melhor desempenho. Foram citadas como fortalezas: a confiança não só entre os membros da família, mas também com os parceiros (fornecedores) de leite; a responsabilidade de cada um fazer a sua parte para que todo esse “ciclo” dê certo, a saída do anonimato; onde um simples assentado, participante do Movimento, trabalha fomentando o autosustento e a geração de renda dentro da UPF; a dedicação e força de vontade para alcançar seus objetivos.

Fraquezas são fatores no interior do grupo que influem negativamente sobre o desempenho. Como fraquezas apontaram a pouca disponibilidade de mão de obra, que acaba por sobrecarregar e diminuir o tempo para descanso e lazer da família; a necessidade de aperfeiçoar e buscar novos conhecimentos, que facilitariam as tarefas cotidianas e o planejamento para a produção de matéria-prima, em que o melhor seria que as matrizes produzissem menor quantidade de leite nos meses de baixo consumo de derivados lácteos.

Oportunidades são fatores externos que influem ou poderiam influir positivamente no desenvolvimento organizativo do grupo, porém sobre os quais o próprio grupo não exerce controle. Como oportunidades foram apontadas: a comercialização por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Feira Municipal, que no ano de 2014 passou a acontecer diariamente, e das Expofeiras; a participação do Programa Pró-Tambo, organizado pela Embrapa (que tem por objetivo a formação de grupos de produtores em cinco microrregiões do RS, diagnóstico dos sistemas de produção e identificação dos pontos críticos, capacitação de técnicos e produtores, intercâmbio de experiências com grupo de produtores e definição das tecnologias a serem introduzidas, criação de unidades de observação de forrageiras, acompanhamento das UPLs e dos índices produtivos dos rebanhos, disponibilização de análises de solo, alimentos, água e qualidade do leite para as UPLs e divulgação das tecnologias e dos resultados por meio de dias de campo nas regiões, meios de comunicação impresso e digital e de um seminário ao final do projeto); o Certificado de Inclusão no Programa de Agroindústria Familiar – Selo Sabor Gaúcho, entregue em 2013, oferecendo aos beneficiários, agricultores familiares, um conjunto de benefícios, entre eles: linhas de crédito com juros mais baixos, assistência técnica, participação em feiras locais e de expressão nacional e *layout* de rótulos.

A Emater RS Ascar, que presta assistência técnica aos atores envolvidos nesta experiência, é responsável também pela execução de outros programas que são importantes para o desenvolvimento das experiências locais, como o Selo Sabor Gaúcho. Neste caso, é tarefa da empresa executar o programa no RS, orientando os agricultores a produzirem a partir das orientações de Boas Práticas de Fabricação, por meio de um conjunto de medidas impostas às agroindústrias de alimentos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com objetivo de garantir a qualidade sanitária dos produtos, além da oferta de cursos de capacitação nos Centros de Treinamentos. A busca pela produção orgânica e certificação também se destaca como uma oportunidade de desenvolvimento para a agroindústria.

Ameaças são fatores externos que influem negativamente sobre o desenvolvimento organizativo do grupo, porém sobre os quais o próprio grupo não tem controle. Como fatores que ameaçam o grupo foi citado a legislação “severa”, que em muitos momentos dificulta a própria comercialização dos derivados lácteos; a competitividade (pressão) por parte das grandes empresas que colocam produtos a preços baixos no mercado; a fragilidade da rede elétrica que abastece a família Valsoler e que dificulta o trabalho.

A conclusão das obras do novo prédio para a agroindústria fomenta a perspectiva de novos investimentos, pois ali poderão ser processados 2.000 litros de leite por dia, aumentando a produção e com a possibilidade de aderirem ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi), que padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e segurança alimentar.

## RESULTADOS

Em sua caminhada, de organização social e produção, a Agroindústria Camponês consolida-se como um espaço alternativo de sustentabilidade, embasado na apropriação da matéria-prima disponível na sua UPF, no Assentamento, e na ocupação da mão de obra familiar. Um exemplo disso pode ser observado no Quadro 1, que apresenta de forma simplificada o conjunto de atividades desenvolvidas diariamente pela família para a viabilização do ciclo de produção, agroindustrialização e comercialização dos derivados lácteos.

Quadro 1 – Rotina de trabalho e organização da família Valsoler

<b>Atividade</b>	<b>Tempo necessário (horas)</b>	<b>Responsáveis</b>
Ordenha manhã/tarde	3 horas	Edemir com ajuda de Deolino ou Igor (quando não está na escola)
Alimentação de animais e pastagens	4 horas e 10 min	Edemir e Deolino ou Igor (quando não está na escola)
Agroindustrialização	8 horas	Marleise com a ajuda de Edemir
Preparo das refeições	3 horas	Maria
Tarefas domésticas em geral	30 min	Marleise
Demais tarefas na propriedade	1 hora e 30 min	Maria com ajuda de Marleise
Coleta de leite nos vizinhos	2 horas	Edemir com a ajuda de Igor (quando não está na escola)
Comercialização da produção	3 horas	Edemir com a ajuda de Marleise

Fonte: Trabalho de campo Emater/RS-Ascar.

Conforme o Quadro 1, para a produção de matéria-prima que envolve todo o processo de produção do leite, desde o manejo das pastagens à ordenha (duas vezes ao dia), demanda sete horas diárias de trabalho. Duas pessoas dividem-se nessas tarefas. O apoio de seu Deolino é indispensável nessa ação, uma vez que Edemir executa outras tarefas com a agroindustrialização e comercialização, além da produção da matéria-prima.

O filho Igor estuda em escola técnica em regime de alternância, ou seja, passa longos períodos na escola (até três meses) e períodos em casa. Quando se encontra presente na Unidade de Produção Familiar assume várias tarefas, aliviando a sobrecarga de Edemir e Deolino. Também destaca-se sua participação nas Expofeiras.

O processo de agroindustrialização é praticamente de responsabilidade da Marleise, dado que possui curso de Boas Práticas na Fabricação de Alimentos (BPF). Ela passa praticamente o dia todo dentro da agroindústria. A participação de Edemir nessa etapa acontece nas atividades que necessitam de maior força física, por exemplo: cortar lenha, fazer fogo na caldeira e bater a massa do queijo.

As raras vezes em que a Marleise precisa se ausentar da propriedade, é Edemir quem assume os afazeres da agroindústria. Por sua vez, as demais tarefas de sua rotina diária são afetadas e acabam sobrecarregando, por exemplo, seu Deolino, que precisa tomar conta da alimentação dos animais e pastagens.

As outras tarefas da propriedade que incluem a produção para autoconsumo (horta, pomar e criações de animais), cuidados com as casas e arredores são divididas entre todos. Ocupam os finais de semana para tais tarefas, uma vez que não há produção na agroindústria. A dona Maria é a responsável pela elaboração das refeições da família, principalmente o almoço.

Bruna, a filha mais velha do casal, está concluindo Graduação no curso de Fisioterapia em Porto Alegre, por isso não possui atribuições específicas na rotina diária da família.

Percebe-se que a organização dos membros da família para o cumprimento de todas as tarefas, tanto das atividades de produção para autoconsumo, produção de leite, cuidado com os arredores, quanto dos afazeres envolvidos na agroindustrialização e comercialização, são as bases para o desenvolvimento e prosperidade da Agroindústria Camponês.

Cada membro da família é essencial para a execução das atividades. Dentro de pouco tempo a mão de obra, que já está no limite ocupando tempo integral de cada membro, poderá interferir no desenvolvimento da UPF, em virtude de que Deolino e Maria são idosos e por isso têm limitações físicas, que precisam ser levadas em conta no planejamento e execução das atividades.

A construção do prédio para a Agroindústria abre um novo período. A capacidade de processamento em longo prazo ficará em torno dos 2.000 litros/dia, dobrando o volume atual. Tal situação implicará o aumento da matéria-prima e conseqüentemente da mão de obra. Para tal, a família pretende diminuir ou talvez zerar a produção de leite, aumentando a quantidade adquirida dos fornecedores (parceiros). Outra alternativa que a família visualiza é a possível volta do filho Igor para a propriedade, o que traria mão de obra e potencializaria as tarefas envolvidas na produção.

## POTENCIALIDADES

A partir do desenvolvimento da Sistematização de Experiência Agroindústria Camponês, pode-se destacar algumas potencialidades:

- A forma de organização da família permite, apesar das deficiências de mão de obra, executar todas as tarefas que envolvem o processo de produção, agroindustrialização e comercialização de derivados lácteos. A união da família, a força de vontade e o desejo de desenvolvimento da UPF faz com que cada membro se dedique ao máximo nas suas atribuições.
- Pode-se destacar o espírito empreendedor de Edemir e Marleise. A busca pela concretização de um sonho com foco, atitude e coragem faz do seu objetivo final a motivação para continuarem sempre buscando a realização.
- Investimento da família na agroindustrialização, destacando-se que está em construção um prédio próprio para a agroindústria.
- A parceria com os vizinhos que são fornecedores de parte da matéria-prima, oportunizando o desenvolvimento e prosperidade das famílias envolvidas.
- A possibilidade de melhoria da renda da família incentiva o aumento da produção dentro da agroindústria e pode ser o passo inicial no processo de permanência do filho na propriedade.
- A produção de queijo, bebida láctea e doce de leite diferenciados dos demais presentes no mercado, com qualidade, sendo bem aceito pelos consumidores.
- A participação em feiras e expofeiras, aumentando o leque de vendas e tornando os produtos conhecidos por inúmeras pessoas.

## LIMITES

A mão de obra está dando conta dos afazeres, mas está no seu limite. Na falta de um dos integrantes da família, acaba sobrecarregando os outros, que por sua vez pode afetar todo o “ciclo” e organização do trabalho. Por exemplo, quando o seu Deolino e dona Maria necessitam se ausentar, Marleise precisa assumir a tarefa de preparar as refeições, necessitando a ajuda por mais tempo de Edemir, sobrecarregando-o nas demais tarefas que lhe são incumbidas.

Devido à insuficiência de mão de obra poderá ocorrer uma priorização no processamento do leite e diminuição na produção da matéria-prima, necessitando adquiri-la fora da propriedade. Comprando leite de parceiros há uma maior disponibilidade de tempo para se dedicar ao processamento e à comercialização dos produtos. Para compensar o gasto extra, terá que atingir

novos mercados, uma vez que comprar a matéria-prima é mais caro do que produzi-la. Outro limitante citado pela família é a dificuldade de destinar a produção do leite nos meses de baixo consumo, janeiro, fevereiro e dezembro. Nesses meses diminui o consumo de derivados lácteos, principalmente de queijo. Por estar em recesso escolar, interrompem-se as entregas do Pnae. Mantêm-se apenas as entregas do PAA. Essa “sobra de leite” é destinada à indústria, que paga um valor abaixo da cotação do mercado. A família, entretanto, já cogita a possibilidade de transformar essa “sobra” em tipos de queijo que demandam maior tempo de cura, por exemplo, o queijo tipo parmesão.

## LIÇÕES APRENDIDAS

A partir da construção da sistematização de experiências: Agroindústria Camponês: A organização familiar na agroindustrialização de lácteos no Assentamento Simon Bolívar, município de Jóia (RS), pode-se elencar:

A forma como a família está organizada para dar conta de todo o processo de agroindustrialização deve ser destacada.

O relacionamento com os parceiros que fornecem parte da matéria-prima não é apenas um “mero negócio”, mas é uma troca construída com bases sólidas de confiança, amizade e respeito, fundamentados nos ideais de solidariedade humana.

A aproximação da equipe técnica com os atores envolvidos permitiu conhecer e compreender a história, os sonhos e anseios das famílias. Também oportunizou a organização de mais um grupo de interesse no Assentamento.

Cabe destacar o espírito acolhedor da família Valsoler, que sempre encontra um “tempinho” dentro de sua rotina para receber a todos com carinho, atenção e dedicação.

A família pôde parar um pouco e refletir sobre seu trabalho, suas vivências e repensar o modo de organização e as possibilidades futuras de desenvolvimento da agroindústria e de toda a UPF.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 11.947*, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)

ECKERT, Cordula. *Orientações para elaboração de sistematização de experiências*. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2009.

ESTATUTO SOCIAL da Associação dos Feirantes, Colonos e Artesãos do Município de Jóia – Afecoart. Jóia, 2013.

GUTERRES, Ivani. *Agroecologia militante*: contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VERDEJO, Miguel Expósito. *Diagnóstico rural participativo*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

# PRODUÇÃO ORGÂNICA DE MORANGOS NO ASSENTAMENTO SÃO VIRGÍLIO, HERVAL — RS

Ana Paula Jeske  
Rosemeri Burguenmaier Olanda

## INTRODUÇÃO

A partir do ano 2012 iniciou-se uma ação conjunta da agricultora Marta Inês Fernandes, assentada do PA<sup>1</sup> São Virgílio, extensionistas da Emater – Ascar/RS e parceiros do ConFIE<sup>2</sup> que visava a obter informações a partir da prática de campo do cultivo do morango.

Foi estabelecida área de produção orgânica de morango, utilizando duas variedades: *Camarosa*, com 500 mudas adquiridas pela agricultora, e *San Andreas*, com 250 mudas, obtidas por meio do ConFIE.

As duas cultivares foram submetidas às mesmas condições de ambiente, tratamentos e manejo, realizando-se assim uma pesquisa que se traduz a partir das práticas diárias e da observação da agricultora sobre o comportamento das cultivares.

O estudo/experimento foi iniciativa de uma agricultora assentada que elege como aspecto central de seu sistema de produção a obtenção de renda a partir de um produto sadio, que esteja inserido num sistema de produção sustentável.

A prática diária de produção e de observação das famílias agricultoras complementa o que é desenvolvido nos centros de pesquisa e universidades, trazendo informações mais próximas da realidade produtiva e ambiente local.

---

<sup>1</sup> PA – Projeto Assentamento – Incra.

<sup>2</sup> ConFIE – Convênio Fapeg-Incra-Embrapa.

A presente sistematização possibilita a reflexão sobre as diversas práticas de pesquisa que se dão no campo, sem muitas vezes promoverem processos de aprendizado para além da unidade de produção.

Com a experiência, foi possível identificar a diferença comportamental das cultivares a partir do olhar da agricultora, assim como da eficácia dos tratamentos realizados, com ação preventiva e curativa e também a importância do processo de sistematização.

A atividade produtiva encontra-se em andamento e pela qual foi possível confirmar algumas características morfológicas e fisiológicas das duas cultivares em estudo, conforme os dados das instituições de pesquisa. Nesse sentido, faz-se necessário estreitar a relação entre pesquisa, extensão e famílias agricultoras.

O produto fora comercializado na safra de 2012 em feira livre, que ocorre na praça da cidade, pela Associação Novo Amanhecer, formada pelos assentados dos PAs São Virgílio, Nova Herval e Santa Alice, contando com o apoio da prefeitura de Herval para recolhimento dos produtores e dos produtos a serem escoados. Outra forma de comercialização foi de porta em porta, mas a feira representa o maior canal utilizado para o comércio dos morangos.

Como impacto do experimento realizado, a produtora considera poder ter conhecido melhor o comportamento das duas cultivares, identificando as especificidades de cada uma e potencializando sua produção comercial de morangos orgânicos.

A presente sistematização sobre a produção orgânica da cultura do morango servirá como subsídio importante para as demais famílias que desejarem ingressar nessa linha produtiva, exatamente por terem acesso a informações que a Marta não possuía.

Como metodologia empregada para a construção dessa sistematização foram utilizadas como ferramenta entrevistas semiestruturadas, resgatando as práticas de manejo da produção do morango orgânico no decorrer da safra 2012. Os roteiros de questões foram realizados por técnicas da Emater, diretamente para com a agricultora, pelo fato de ela ser a maior protagonista do processo. Vale ressaltar que todas as práticas de manejo e instalação da produção de morangos foi feita pela própria agricultora, portanto essa experiência trata ainda do protagonismo da Marta como provedora de seu lote.

Foi feita também uma linha do tempo junto com os agricultores da Associação Novo Amanhecer, resgatando todo o seu histórico, evolução e pontos a avançar, de forma a auxiliar na organização do grupo e expandir no que for necessário.

É indispensável a sistematização de experiências práticas, por revelarem que alguns agricultores assentados são também grandes pesquisadores. Percebe-se que no dia a dia encontram-se agricultores com sensibilidade no ato de desenvolver seus próprios estudos. A falha se dá na não valorização da relevância que eles têm, não só para os próprios agricultores, embora na grande maioria das vezes eles fiquem restritos a eles mesmos, mas também para com o trabalho de extensionistas e pesquisadores.

## CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA

O Assentamento São Virgílio é um dos 10 que estão localizados no município de Herval, o qual faz parte da região denominada Serra do Sudeste. Região de típicas características do bioma Pampa, com inverno rigoroso e um histórico de sucessivos períodos de estiagem no verão.

O assentamento foi instalado em 1997, com 62 famílias, na sua maioria originárias da região do Alto Uruguai, portanto em uma realidade de clima e solo muito diferentes daquela onde costumavam desenvolver suas produções agropecuárias. Além dessa dificuldade, outra preocupação das famílias era com relação à produção e à comercialização de produtos que fossem economicamente viáveis e possíveis de serem desenvolvidos na nova região.

Na busca de achar alternativas ao mercado, em 2009 um grupo de famílias de três assentamentos – São Virgílio, Nova Herval e Santa Alice – formalizaram uma associação denominada “Associação Novo Amanhecer”, com o objetivo de comercializar seus produtos mediante a organização de uma feira, que passa a ser realizada semanalmente. No Assentamento São Virgílio, Marta constitui um grupo de cinco mulheres.

Uma das alternativas que um grupo de mulheres desse assentamento achou foi por meio da organização de uma feira da reforma agrária e a venda direta, o que levou à necessidade de diversificar a produção e o morangueiro, tornando-se assim uma boa possibilidade.

A experiência aqui descrita foi realizada pela assentada Marta Inês Fernandes, 40 anos. Marta vive em seu lote com seu companheiro, um casal de filhos e duas enteadas. A área do lote é de 26 ha, nos quais são desenvolvidas as atividades de gado leiteiro, hortifrutigranjeiros e pequenos animais. A renda familiar da atividade produtiva vem da produção do leite, feira orgânica da reforma agrária por intermédio da Associação Novo Amanhecer, da qual ela participa quinzenalmente, e do Pnae com a comercialização de hortifrutigranjeiros.

A atividade da horticultura é desenvolvida a partir dos princípios da agroecologia, devido à ênfase que acompanha a agricultora em produzir alimentos limpos. Marta é natural do município de Vicente Dutra, onde sua família obtinha seu sustento a partir da atividade fumageira, caracterizada pelo uso exacerbado de insumos e defensivos. Foi a partir desta vivência que tomou para si a conduta de trabalhar de forma sustentável, com uma visão socialista de divisão de território, o que promoveu a sua inserção social na luta em defesa da reforma agrária.

A gente vem lutando com esse pensar agroecológico, de produzir uma fruta saudável, um pouco por insistência até. E não é fácil, quem pensa dessa forma, tem que se desafiar... É um desafio produzir o morango sem o veneno (Marta Inês Fernandes).

Ao ser assentada no PA São Virgílio, logo investiu na atividade leiteira, que hoje tem papel fundamental para que sua produção de morangos se concretize por meio de um sistema de produção, pois é fonte da reposição de nutrientes necessária para garantir produtividade à atividade. O esterco usado na reposição da matéria orgânica necessária é advindo do rebanho bovino, bem como o leite cru, que foi utilizado como antifúngico preventivo, a uma concentração de 10%.

No Assentamento São Virgílio cinco mulheres participam da feira, com diversos produtos, desde artesanatos, panificados, doces e produtos hortifrutigranjeiros. Uma delas é Marta, que atua em seu lote desde que foi assentada. Uma característica das produtoras participantes da feira é o seu protagonismo em relação ao seu lote, pois além de donas de casa, são agricultoras dedicadas, que atuam nas diversas atividades, tendo importante papel como geradoras de renda.

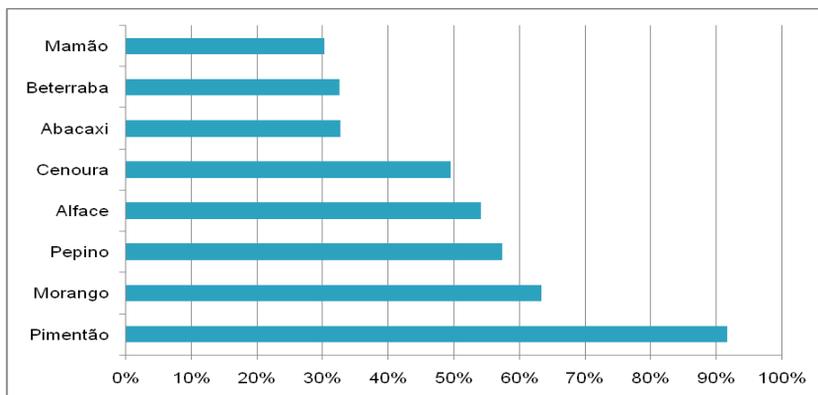
A feira conta ainda com a participação de três famílias assentadas do PA Santa Alice, porém devido às restrições de transporte, o produto, que é recolhido semanalmente pela prefeitura, alterna a sua rota semanal entre os PAs, que se encontram distantes cerca de 70 km um do outro. Sendo assim, cada assentamento é responsável por uma semana de feira na cidade.

A cultura do morangueiro já era produzida no lote, porém não em escala comercial, e por representar um retorno financeiro considerável e comércio garantido na feira, foi adotada de forma experimental na safra de 2012, revelando e trazendo consigo a reflexão sobre o caráter observatório que os agricultores trazem no seu dia a dia e a bagagem que isso representa nos dias de hoje, fomentando ainda o repensar da ação extensionista, de modo que seja não só levar a informação descrita num pacote de tecnologias, muitas vezes até mesmo tecnologias alternativas, mas sim resgatar o conhecimento, a bagagem histórica e cultural de uma comunidade, para que assim essas alternativas sejam adaptadas para determinado público.

O morangueiro pertence à família *Rosaceae*, ao gênero *Fragaria* e à espécie *Fragaria x ananassa* Duch. É um híbrido interespecífico resultante do cruzamento das espécies *F. chiloensis* e *F. virginiana*. As plantas que compõem o gênero *Fragaria* são herbáceas que atingem de 15 a 30 cm de altura, podendo ser rasteiras ou mais eretas. Formam pequenas touceiras (hábito de crescimento em roseta) que aumentam de tamanho à medida que a planta envelhece. É uma planta perene cultivada como planta anual, principalmente por questões sanitárias e fisiológicas (Ronque, 1998).

Conforme dados da Anvisa, no ano de 2011 o nível médio de contaminação das amostras de produtos dos 26 Estados brasileiros está distribuído pelas culturas agrícolas da seguinte maneira: pimentão (91,8%), morango (63,4%), pepino (57,4%), alface (54,2%), cenoura (49,6%), abacaxi (32,8%), beterraba (32,6%) e mamão (30,4%), além de outras culturas analisadas e registradas com resíduos de agrotóxicos, conforme o Gráfico a seguir:

Gráfico I – Níveis de contaminação de amostras de alimentos coletados em 26 Estados brasileiros



Fonte: Anvisa, 2011.

A produção convencional de morango pode chegar a 45 pulverizações de agrotóxicos, motivo que coloca esse alimento na lista dos produtos com maiores índices de resíduos químicos, apesar de suas qualidades nutricionais.

A Tabela 1 refere-se às propriedades nutricionais do morango, o que, neste contexto, vem ao encontro da conduta da produtora de produzir um alimento que além de nutricional, não contenha resíduos de agrotóxicos. De forma que tanto sua família quanto seus fregueses possam consumi-los com a certeza de que estarão ingerindo um alimento que realmente não prejudicará sua saúde.

Tabela 1 – Valor nutricional do morango

Quantidade	100 gramas
Água (%)	91,5
Calorias (Kcal)	30
Proteína (g)	0,9
Carboidratos(g)	6,8
Fibra Alimentar (g)	1,7
Colesterol (mg)	n/a
Lipídios (g)	0,3
Ácido Graxo Saturado (g)	n/a
Ácido Graxo Mono insaturado (g)	n/a
Ácido Graxo Poli insaturado (g)	n/a
Cálcio (mg)	11
Fósforo (mg)	22
Ferro (mg)	0,3
Potássio (mg)	184
Sódio (mg)	traços
Vitamina B1 (mg)	traços
Vitamina b2 (mg)	0,03
Vitamina B6 (mg)	0,03
Vitamina C (mg)	63,6

Fonte: Ronque (1998).

Diversos alimentos altamente nutricionais, que fazem ou deveriam fazer parte da dieta das pessoas, apresentam níveis elevados de agrotóxicos, de forma que podem se tornar a longo ou até mesmo a curto prazo, geradores de diversas enfermidades, porém na maioria das vezes os consumidores não têm a alternativa de optar por um alimento orgânico.

A gente trabalha, trabalha, trabalha, e não é querer se achar assim, o máximo né Ana Paula, mas quando a gente escuta assim as pessoas falar “nossa, parabéns, como é bom esse teu morango, e eu compro porque é sem veneno”, aquilo enche de orgulho e te conforta. As pessoas nem

querem saber do preço, elas levam mesmo. E eu acho que descobri aí um mercado, guria. Não há produção que chegue, vai tudo. E também o morango veio dá uma boa fortalecida na feira (Marta Inês Fernandes),

Apesar de o morangueiro ser típico de clima ameno e se adaptar bem do sul de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul, no município de Herval, até o ano de 2013, não havia registro de produção com o objetivo comercial.

Nesse sentido o objetivo da experiência foi de conhecer as variedades de morango, identificar a adaptação de duas variedades de morangueiro em produção orgânica e seu ciclo produtivo, e comercializar um produto não apenas altamente nutritivo, mas também um produto livre de resíduos, que não prejudique nem a saúde dos consumidores, nem a da família assentada. A prova desse produto saudável é percebida pela localização dos canteiros de morango, como a imagem a seguir deixa explícita, ao lado da cozinha da produtora.

Figura 1 – Canteiros de produção de morango da senhora Marta Inês Fernandes



Fonte: Acervo da Emater, 2012.

## DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência teve início a partir do interesse da agricultora, no início de 2012 em plantar produtos orgânicos, partindo de um histórico de interesse e luta pela produção sustentável que a acompanha. Com o comércio garantido por meio da feira da Associação Novo Amanhecer e perspectiva de retorno financeiro considerável em curto prazo, o morangueiro foi a cultura escolhida.

A partir desse interesse, os técnicos da Emater Rodrigo Schulz (Técnico em Agropecuária), Rodrigo Prestes (Engenheiro Agrônomo), André Perleberg (Técnico em Agropecuária) e Maria Kátia Bubolz (Técnica de Bem-Estar Social) não mediram esforços em formar parcerias para que a experiência fosse adiante.

Foi de fundamental importância a parceria do ConFIE nessa iniciativa, fornecendo apoio técnico e doação de 250 mudas da variedade *San Andreas*. As 500 mudas da cultivar *Camarosa* foram compradas pela agricultora, a 35 centavos cada, assim como os insumos e os materiais utilizados. O maior investimento, portanto, concretizou-se a partir do desembolso da agricultora, revelando que os propósitos eram muito mais dela do que dos parceiros envolvidos.

Com a iniciativa do experimento foi iniciada no mês de agosto uma Unidade Pedagógica,<sup>3</sup> pela equipe técnica da Emater-Ascar/RS, seis acompanhamentos mensais e uma socialização em outubro, quando alunos do Instituto Estadual de Educação São João Batista foram conhecer e se apropriar da importância de produzir produtos saudáveis.

Figura 2 – Visita do Instituto Estadual de Educação São João Batista



Fonte: Acervo da Emater.

<sup>3</sup> Método utilizado na extensão rural para realizar, acompanhar e socializar resultados de experiências.

O objetivo desse método de trabalho é poder desenvolver experiências com um maior acompanhamento técnico, e com a visão de socializar os resultados e impactos obtidos em determinada unidade, de forma que ela seja realmente pedagógica.

## MANEJO E TÉCNICA DE PRODUÇÃO

Foram montados cinco canteiros de 1m x 20m, nos quais foram plantadas 500 mudas da cultivar *Camarosa* e 250 da *San Andreas* em um espaçamento de 30cm x 30cm.

O preparo de solo foi realizado no mês de abril. A adubação de base utilizada foi esterco curtido de bovinos de leite, húmus de minhoca, proveniente da propriedade, e esterco de aves, adquirido no mercado.

As mudas da cultivar *San Andreas*, provenientes do Chile, foram adquiridas por intermédio do ConFIE. Já as mudas de *Camarosa* foram adquiridas no comércio da cidade de Pelotas, e ambas plantadas nos canteiros, no mês de maio, e cultivadas em ambiente protegido com túnel baixo.

Em aplicação foliar foram utilizadas caldas bordalesa e sulfocálcica, com objetivo preventivo e curativo para doenças fúngicas e bacterianas. Os tratamentos realizados foram a uma concentração de 1% iniciados após o primeiro mês do plantio.

Foi adquirido também um adubo foliar no comércio de Pelotas, que apresentou um resultado satisfatório, segundo as considerações da produtora.

O fungo do gênero *Trichoderma* foi instalado no sistema com o objetivo de controle dos fitopatógenos e promover o crescimento vegetal, agindo como inimigo natural de fungos que viessem a se instalar nas raízes.

Dentro do sistema orgânico, o uso do leite mostrou-se aliado principalmente por conter vitaminas e cálcio que poderiam ser absorvidos pela planta, bem como na prevenção de doenças fúngicas, a exemplo do oídio.

Nas aplicações feitas o leite cru foi diluído em água, a uma concentração de 10%, aplicado sempre à tardinha ou de manhã cedo.

O cultivo deu-se com o emprego da tecnologia de túneis baixos, evitando assim diversos fungos que viessem a se instalar devido à ação da chuva. Foi instalado sistema de irrigação por gotejamento (Figura 3) e as frutas também não ficaram em contato direto com a terra devido à cobertura do canteiro com

plástico preto, o que protege as frutas do contato direto com o solo, evitando o aparecimento de podridões, além de facilitar e muito a limpeza do canteiro e das mudas nas práticas de desbaste (Figura 4).

Figura 3 – Sistema de irrigação por gotejamento



Fonte: Acervo da Emater.

Figura 4 – Canteiros em túneis baixos e solo coberto com lona plástica preta



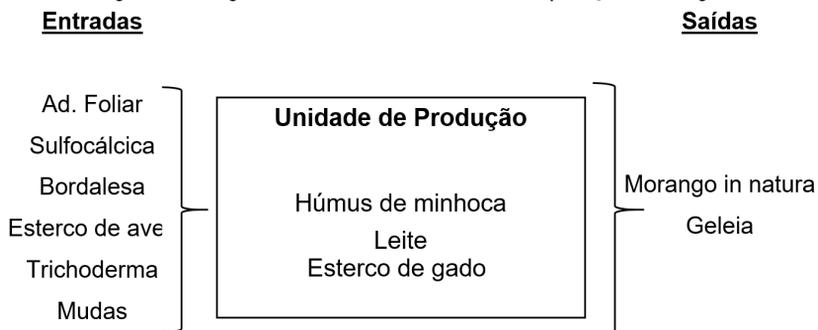
Fonte: Acervo da Emater.

Figura 5 – Cultivares *San Andreas* e *Camarosa*



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Figura 6 – Fluxograma de entradas e saídas do sistema de produção de morango



Fonte: Elaborada pelas autoras.

O diagrama anterior deixa explícita a necessidade de se avançar em direção ao sistema agroecológico, que prevê o mínimo de recursos externos para o modo de produção. É possível perceber que apenas três dos recursos utilizados são provenientes da unidade de produção, ou seja, da bovinocultura leiteira, enquanto a grande maioria foi adquirida ora via parcerias ora por desembolso da agricultora.

### DA OBSERVAÇÃO AO APRENDIZADO

A partir das práticas e do manejo adotado para a o desenvolvimento da produção de morangos, várias características e situações foram observadas pela agricultura durante a safra de 2012, distinguindo as duas variedades. Algumas delas encontram-se identificadas nos Quadros 1 e 2 a seguir.

O Quadro 1 representa as características gerais das cultivares observadas no processo, já o Quadro 2 vem exemplificando melhor o período produtivo dos morangos, segundo as observações da Marta.

Quadro 1 – Observações da agricultora de diversas características das variedades *Camarosa* e *San Andreas*, safra 2012. Assentamento São Virgílio, Herval-RS

<b>Características</b>	<b>Camarosa</b>	<b>San Andreas</b>
Ramificação	Maior	Menor
Brotação	Maior	Menor
Resistência a doenças	Menor	Maior
Tamanho dos frutos	Maior	Menor
Acidez	Menor	Maior
Doçura	Maior	Menor
Influência das chuvas	Não perde brilho	Perde coloração e brilho
Produtividade	Maior	Menor
Época de frutificação	Ag. a dez.	Set. a dez. e fev. a mar.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quadro 2 – Período de produção

	<b>Ago.</b>	<b>Set.</b>	<b>Out.</b>	<b>Nov.</b>	<b>Dez.</b>	<b>Jan.</b>	<b>Fev.</b>	<b>Mar.</b>
<b>Camarosa</b>								
<b>San Andreas</b>								

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No quadro anterior, deve-se considerar espaços em tons claros para período improdutivo e tons escuros para período produtivo. Conforme as observações da agricultora, as duas cultivares, por suas características, responderam de formas desiguais ao espaçamento utilizado, de 30x30 cm.

A cultivar *Camarosa*, por apresentar uma planta mais robusta e de maior produtividade, foi comprometida em relação ao espaçamento. O resultado indesejável neste espaçamento foi o adensamento da população de mudas, o que possivelmente deve ter influência na incidência de doenças, que foi maior nos canteiros de *Camarosa*.

O mesmo resultado não se deu na cultivar *San Andreas*, por possuir uma menor produtividade e menores mudas (o que não a define como inferior devido aos seus dois ciclos produtivos anuais), o espaçamento utilizado foi considerado pela agricultora como ideal.

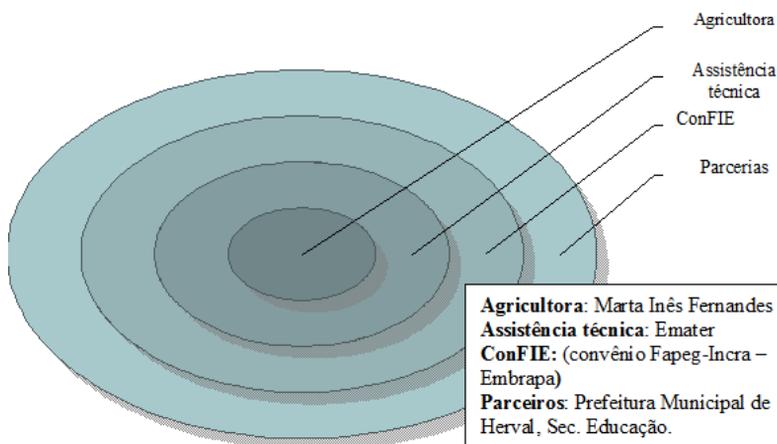
A cultivar tem breve período de intervalo entre seus ciclos de produção, permanecendo por mais tempo no período produtivo, o que compensa a sua menor produtividade, diferente da *Camarosa* que mantém seus quatro meses de intervalo entre os ciclos, porém com uma maior produtividade. Isto faz com que de certa forma as cultivares se complementam, formando um período longo e diferenciado de produção.

Quanto ao trabalho que a experiência gerou para a agricultora, ela ressalta como períodos de maior envolvimento da mão de obra os da floração até a colheita, quando foram necessários maiores cuidados com a limpeza devido à ocorrência da pinta preta e a própria colheita.

O diagrama a seguir vem expondo os atores envolvidos na experiência por ordem de atuação, de acordo com a visão da Marta, Revelando-se, de acordo, a agricultora, pioneira para o êxito do experimento, contando com o apoio da assistência técnica, no seu trabalho de extensão rural, bem como mercado consumidor com potencial. As entidades parceiras tiveram um papel apoiador, bem como de acompanhamento técnico. E a prefeitura teve papel essencial, possibilitando por meio da Secretaria de Educação o meio de transporte necessário para o deslocamento dos produtos a serem comercializados na feira.

A elaboração do diagrama foi feita conforme a descrição da agricultora, em conversas com a assistência técnica, quando ela relata o processo destacando a atuação dos atores envolvidos no processo, que são referenciados a seguir.

Figura 7 – Diagrama dos atores envolvidos por ordem de atuação (do centro para as extremidades)



Fonte: Elaborada pelas autoras.

No período de safra os morangos requereram da agricultora grande envolvimento, tanto na atividade da colheita em si, que era feita diariamente, como na comercialização, pela Feira da Reforma Agrária, na qual sua participação se dava quinzenalmente (Figura 8)

Figura 8 – Feirantes da Associação Novo Amanhecer na Praça de Herval – RS



Fonte: Acervo do Escritório Emater/Ascar.

A maior quantidade dos morangos foi comercializada em bandejas de isopor, envoltas por película plástica; outra forma de venda foi nas caixas, porém os consumidores não apreciaram tanto. A geleia de morango é um subproduto bastante apreciado, portanto sua venda alcançou um sucesso considerável.

### DA CONTINUIDADE DA EXPERIMENTAÇÃO

A ideia de continuidade da experiência tem a proposta de dar prosseguimento ao acompanhamento do desenvolvimento da cultura do morango. Observar níveis de adubação orgânica diferenciados, com a utilização de adubação orgânica com composto de aves, húmus de minhoca, fosfato natural e pó de rocha. Para isso foram anotadas as doses utilizadas em cada canteiro, assim como anotados os problemas sanitários que porventura aparecerem e os tratamentos utilizados em cada caso. Também será acompanhada produção de cada variedade, assim como a produtividade obtida.

Em virtude da continuidade do experimento com a produção do morango foi realizada análise de solo dos canteiros que estiveram em produção no ano de 2012, quando foram identificados níveis entre alto e muito alto de P; muito alto para K e níveis médios para N.

Recomendação de quantidades de matéria-prima necessária (em gramas/m<sup>2</sup>):

- Cama de aviário (1,2% N) 113,3
- Fosfato natural Bayovar (29%P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>) 310,3
- Bioland (3,67%K<sub>2</sub>O) 1.635

A recomendação foi seguida com apoio das entidades parceiras e de assistência técnica.

### RESULTADOS

- A prática da produtora legítima e dá vida ao estudo desenvolvido sobre as cultivares *Camarosa* e *San Andreas*, não por reafirmar ou contrapor o que já está comprovado pela pesquisa, mas por ter acumulado um conhecimento que não é nem dos extensionistas nem dos pesquisadores, mas que é objeto da prática e da observação da agricultora.

- Apesar de não ter o conhecimento prévio sobre as características de cada uma das variedades, a agricultora observou diferentes características manifestadas pelas cultivares, com a apropriação desse conhecimento sendo fundamental para que novos processos produtivos se instalem, diversificando cada vez mais o que se produz de alimento no Estado.
- Os resultados da experiência podem ser expressos pelo interesse da agricultora em continuar com a produção do morango e de se propor a continuar com o acompanhamento.
- Na avaliação da Marta é cedo para apresentar conclusões definitivas, pelo morango ser uma cultura nova no seu lote, de produção em escala comercial apenas a partir de 2012.
- O aprendizado construído na experiência realizada e sua sistematização ganharam importância que abrange diferentes esferas. No campo do cultivo influenciou para que novas áreas de produção de morango orgânico sejam desenvolvidas no município, por terem acesso a uma experiência concreta em andamento, que trouxe algumas respostas que a agricultora, em questão, gostaria de ter tido quando deu início a sua experiência. Motiva e valoriza a agricultora que vê a importância de suas informações, tanto para ela própria como para as demais famílias agricultoras. Assim também na área de extensão rural, em que os técnicos envolvidos aprendem mediante um processo dialógico meios de valorização do conhecimento empírico dos produtores, que possibilitem auxiliar no processo de construção de conhecimento dos agricultores.

### POTENCIALIDADES

- A produção orgânica de morangos é possível de ser desenvolvida, com bons rendimentos de produção e com resultado econômico considerável. Em Herval foi comercializado a R\$ 8,00/kg.
- A cultura do morangueiro, portanto, apresentou-se como uma interessante possibilidade de renda, e de fácil escoamento nas iniciativas de comércio locais.
- As duas cultivares se complementam em relação ao ciclo, possibilitando maior tempo de produção e oferta de morango.

- A proposta da experiência possibilitou o conhecimento sobre o desenvolvimento das duas cultivares utilizadas, assim como motivou a agricultora a seguir com a produção de morangos.
- Todas as conclusões foram obtidas graças à capacidade de observação da agricultora e ao manejo utilizado, revelando as reais potencialidades de sua produção.

### LIMITES

- Não ter um conhecimento prévio das cultivares trabalhadas, as informações vinham de boletins técnicos obtidos em condições climáticas diferentes.
- Observa-se que o principal limite foi o que instigou a realização de uma pesquisa de campo, por intermédio de um atributo dos agricultores, o de serem movidos por pesquisas diárias.
- A mão de obra limitada apresentou-se como um problema na experiência da Marta, pois o manejo orgânico exige cuidados redobrados, que eram realizados somente por uma pessoa. Todas as práticas desenvolvidas em razão da produção dos morangos foram desenvolvidas majoritariamente pela própria agricultora.

### LIÇÕES APRENDIDAS

- A maior lição que trouxe essa experiência é a capacidade de produção de conhecimento no dia a dia do meio rural, sendo esse um legado cultural e de necessidade dos agricultores. Faz-se necessário ver com diferentes olhos o conhecimento acumulado em anos de prática dos agricultores, nunca o subestimando em relação ao conhecimento acadêmico.
- As informações que Marta tem hoje não são providas de uma academia, e sim de sua vivência e isso o torna ainda mais legítimo.
- Outra lição, de cunho técnico, apreendida pela produtora e demais técnicos, foi a necessidade da readequação dos espaçamentos da cultivar *Camarosa*, pelo fato de suas mudas serem maiores e mais produtivas, observou-se que o canteiro ficou muito adensado com o espaçamento de 30x30cm, e assim pôde-se apropriar das práticas de manejo com as variedades cultivadas.

- Compreende-se a agricultora Marta Inês Fernandes como a principal colaboradora desta sistematização, pois cedeu a maioria das informações que tornaram este trabalho possível.

## REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Programa de análise de resíduos de agrotóxico em alimentos: dados da coleta e análise de alimentos de 2012*. Brasília: Anvisa, 2011. Disponível em: [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br). Acesso em: jul. 2013.

COOMPA. Cooperativa dos Morangueiros Pantanens. *Valor nutricional do morango*. 2012. Disponível em: [www.coompa.com.br/o valor nutricional do morango](http://www.coompa.com.br/o_valor_nutricional_do_morango). Acesso em: jul. 2013.

ECKERT, C. *Orientações para elaboração de sistematização de experiências*. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2013. 35 p.

RONQUE, E. R. V. *Cultura do morangueiro: revisão e prática*. Curitiba: Emater, 1998.



# SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Sistematização da Coperforte

Adilson Roberto Bellé  
Alisson Vicente Zarnott  
Eduardo Jaehn  
Eduardo Miotto Flech  
Gabriela Rozek Weber  
Laila Garcia Marques  
Marcelo Artur Rauber  
Pedro Selvino Neumann  
Regis Trentin Piovesan  
Vinicius Piccin Dalbianco

Neste texto é evidenciado o uso do método sistematização de experiência em projetos de extensão no âmbito da universidade. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) possui uma trajetória de longa data desenvolvendo ações em assentamentos rurais no contexto acadêmico e também na extensão. Desde 2009 a UFSM celebra um Termo de Execução Descentralizado (TED) junto ao Incra para o assessoramento ao Programa de Ates. Entre as ações desenvolvidas por este TED está a assessoria no processo de sistematização de experiências em assentamentos junto ao Programa de Ates no Rio Grande do Sul.

A partir da experiência acumulada no acompanhamento e orientação das sistematizações de experiências no programa de Ates, a UFSM, em parceria com a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), *Campus* Itaqui, buscou desenvolver uma ação de sistematização de experiências que envolvesse os discentes e docentes das universidades. Desse modo, buscou-se a Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (Coperforte), da região de Santana do Livramento, que atua no recolhimento e comercialização do leite de agricultores assentados, para a sistematização da sua experiência de 20

anos de existência da Cooperativa. Na sequência, é disponibilizada a referida sistematização, com as reflexões tecidas em torno do processo de sistematizar como uma ação de extensão universitária.

## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O VÍNCULO COM A REALIDADE

A extensão universitária é hoje um dos pilares da universidade brasileira, contribuindo com o cumprimento da função social que esta possui. Ela está prevista como obrigatória dentro das instituições, indissociável das atividades de ensino e pesquisa desde a Constituição de 1988 (Brasil, 1988).

A discussão sobre como executá-la diverge em teorias e concepções. Historicamente, a extensão surge na Europa no formato de cursos para educação continuada dos trabalhadores e quando chega às universidades da América assume o caráter de prestação de serviços, em especial dentro dos Estados Unidos (Sousa, 1995). Com a Reforma de Córdoba em 1918, na Argentina, a extensão é reivindicada como ponte de diálogo com a sociedade e como um processo de caráter interdisciplinar e com práticas da educação popular, que consideram os sujeitos protagonistas do processo (Freitas Neto, 2011).

No cenário brasileiro, inicialmente são importados os modelos norte-americano e europeu de extensão, baseados na prestação de serviços e cursos. Isso se explicita no Estatuto das Universidades de 1931 (Brasil, 1931) e na Reforma Universitária de 1968 (Brasil, 1968). O Movimento Estudantil organizado, na figura da União Nacional de Estudantes (UNE), provoca o debate sobre uma extensão mais alinhada ao movimento latino-americano, desenvolvendo inclusive projetos e programas em âmbito nacional na década de 1960 (Sousa, 1995).

A partir de 1987, com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), docentes participam ativamente na construção de uma concepção brasileira sobre o fazer extensão (Sousa, 1995) por meio da promoção de encontros, reuniões, eventos e publicações que discutem a extensão dentro das universidades brasileiras. Documentos importantes elaborados pelo Forproex, atualmente referências para a prática extensionista são o Plano Nacional de Extensão (PNE) (1999) e a Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012).

Apesar de a extensão universitária ser um conceito com certa polissemia e ainda em disputa (Tomasinno; Cano, 2016), a legislação brasileira e documentos oficiais de orientação a têm caracterizado como um processo dialógico, que se retroalimenta em contato com a sociedade, com capacidade de promover a transformação social. Desde a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 a extensão universitária é entendida como uma das finalidades da universidade, e no Plano Nacional de Extensão de 1999 ela é alinhada a uma concepção de Universidade Cidadã, que pode auxiliar na solução de problemas sociais (Forproex, 2012).

Sandra de Deus (2020, p. 46) demarca a oposição entre extensão e intervenção, diferenciando-as: “Enquanto a extensão compartilha, acolhe e recolhe saberes, a intervenção explora, intervém e impõe certos conhecimentos”. A autora também aponta para a contribuição real e objetiva na estrutura da universidade que a extensão proporciona, cumprindo sua tarefa de ser um ambiente de formação, mas também de contribuição e articulação de melhorias nas condições de vida das comunidades.

O Forproex tem buscado superar a visão assistencialista que algumas abordagens têm e afirmar a concepção de extensão como comunicação norteadora da práxis universitária. Por meio dos relatórios e diretrizes, são associadas à extensão a interdisciplinaridade, a educação popular, a prática emancipatória e a valorização do saber popular (Gadotti, 2017).

A Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as diretrizes para a extensão dentro dos currículos de cursos de Graduação de Instituições de Ensino Superior brasileiras institui a definição:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

Dentro do Forproex também são pactuadas cinco diretrizes orientadoras das práticas extensionistas: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social (Forproex, 2012, p. 29).

Para que a política de extensão seja efetivamente introduzida e praticada, alguns princípios, desafios e ações políticas são colocados para conduzir o fortalecimento da extensão nesse processo. Na Pneu de 2012 são elencados seis princípios, que foram estabelecidos pelo Forproex já em 1987. Neles são reforçadas as necessidades de atenção às prioridades locais, regionais e nacionais; sensibilidade e respeito à cultura, saberes e problemas das comunidades; percepção de que é realizado um trabalho social; disponibilização dos conhecimentos e materiais produzidos a partir das intervenções e participação nos movimentos sociais (Forproex, 2012).

Essa proposta de extensão alinha-se à Extensão Universitária Crítica (Tommasino; Cano, 2016), que tem como grande referência as obras de Paulo Freire, em especial o livro “Extensão ou Comunicação?”. Apesar de ele ser direcionado para extensionistas rurais, a crítica feita ao modo de se relacionar com as comunidades é incorporada no pensar a extensão universitária.

Segundo Freire (1983), a extensão é feita por sujeitos com determinados objetivos e nesse processo há uma comunicação. Por isso, ambas devem caminhar juntas. Assim, é importante compreender a melhor forma de se fazer essa comunicação e propiciar que ela ocorra de maneira que todos os envolvidos estejam se compreendendo e contribuindo para o processo de criação do conhecimento, implicando uma reciprocidade que não pode ser rompida. A união da extensão e da comunicação é fundamental para que haja a compreensão do que se foi gerado a fim de permitir que seja expresso na prática.

Além de um processo de comunicação, Freire (1983) também contextualiza que por se tratar de conhecimentos, temos que extensionistas são também educadores e por isso precisam se apropriar de certos conceitos da educação, principalmente do processo de ensino-aprendizagem. Este trabalho educador, entretanto, deve ser emancipatório, incentivando a construção do conhecimento de todas as partes. É do confronto de vivências e cargas teóricas, empíricas e acadêmicas, dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, que surge o conhecimento (Freire, 1983). Eis aqui a importância de dinâmicas que estimulem a participação ativa daqueles envolvidos com a prática durante todo o processo.

Sandra de Deus (2020) qualifica como essencial para a formação profissional o contato com a diversidade de realidades e de perspectivas, um aprendizado confrontado com a realidade. Segundo a autora:

A Extensão é o lugar da “alteridade” por excelência – é onde a universidade realiza o reconhecimento da diversidade tanto sociocultural quanto étnico-racial e permite não apenas a construção, como também o estabelecimento dos compromissos necessários à leitura do mundo (p. 23).

A extensão universitária tem um potencial transformador da realidade quando esta é praticada de forma dialógica. Isso está expresso em uma das diretrizes elaboradas pelo Forproex, chamada *Impacto e Transformação Social*. Com ela busca-se que as ações tenham racionalidade e saibam priorizar questões de atuação para que se possa abrangê-la suficientemente e garantir que o processo ocorra com efetividade na solução da problemática (Forproex, 2012).

Além da realidade para fora da universidade, a extensão promove mudanças em seu interior, pois trata-se de uma via de mão-dupla, que se retroalimenta. Segundo Deus (2020, p. 78), “[...] há uma latente necessidade de profissionais com outras competências, que vão além da técnica, que contribuam na promoção do desenvolvimento da sociedade em todas as suas dimensões”. A extensão pode propiciar o contato direto com as problemáticas sociais e, assim, demonstrar a necessidade de competências de diálogo e de articulação que contribuam para a criação de alternativas inovadoras na solução de problemas, logo, “a Extensão Universitária tenciona o Ensino e atualiza a Pesquisa” (Deus, 2020, p. 23).

A partir de uma estreita relação com a comunidade, conhecimentos práticos e teóricos conectam-se na práxis, retroalimentados pelo intercâmbio com saberes populares, constituindo a chamada via de mão dupla dentro da ação extensionista. Constrói-se o potencial de reorientar o ensino e a pesquisa realizados pelas universidades, produzindo um conhecimento científico, tecnológico e cultural enraizados na realidade.

É nesse contexto que a sistematização de experiências é entendida como uma metodologia de grande potencial dentro de programas e projetos de extensão universitária, em especial num cenário de curricularização da extensão. Os princípios da sistematização dialogam com o que se espera que seja vivenciado em práticas extensionistas críticas, como o respeito à comunidade, intercâmbio de saberes e estímulo para o pensamento crítico sobre a realidade, construindo um cenário propício para o desencadeamento de ações de transformação social.

Na sequência, apresenta-se a utilização do método de sistematização de experiências como ação de extensão universitária, com base no caso da Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (Coperforte), localizada no município de Santana do Livramento (RS).

A sistematização da experiência da Coperforte foi realizada entre os meses de agosto e novembro de 2022 a partir da articulação de docentes, discentes e colaboradores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – *Campus* Itaqui, conjuntamente com os membros da cooperativa. A partir do diálogo com os gestores da cooperativa foi possível estabelecer o eixo central da sistematização, o qual pautou-se pela reconstrução do processo histórico da Coperforte nos seus 20 anos de existência.

Como objetivo geral buscou-se resgatar e documentar a trajetória da Coperforte para promover uma reflexão sobre a ação cooperativa e estratégias de superação das adversidades. Além disso, foram estabelecidos objetivos específicos, quais sejam: reconstruir a trajetória da Cooperativa; identificar os seus momentos desafiadores e estratégias de superação; refletir sobre os feitos e aprendizados, analisar o momento atual da instituição, perspectivas e desafios futuros e elaborar um material audiovisual da cooperativa para o aniversário de 20 anos.

## A HISTÓRIA DA COPERFORTE COMEÇA A SER CONTADA

A sistematização da experiência da Coperforte orienta-se metodologicamente pela perspectiva de Holliday (2006). Entende-se que a sistematização é uma interpretação crítica da experiência, possível a partir do ordenamento e reconstrução do processo vivido com uma lógica que conduz o processo de modo a compreender os fatores que intervêm e as relações entre eles. Assim, a partir da sistematização produz-se um novo conhecimento que está embasado em uma prática concreta. Isso possibilita a compreensão aprofundada da prática estudada. Ademais, a sistematização possibilita objetivar o processo vivido, de tal modo que se converte a experiência em objeto de estudo, interpretação teórica e de transformação (Holiday, 2006).

Conforme Holiday (2006), uma sistematização passa por cinco etapas, ou seja:

- A) O ponto de partida: ter participado da experiência; ter o registro das experiências.

B) As perguntas iniciais: Para que queremos? (objetivo); Que experiência(s) queremos sistematizar? (Delimitar o objeto a ser sistematizado); Que aspectos centrais dessa experiência nos interessa sistematizar? (Definir um eixo de sistematização).

C) Recuperação do processo vivido: reconstruir a história; ordenar e classificar a informação.

D) A reflexão de fundo: analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo.

E) Os pontos de chegada: formular conclusões; comunicar a aprendizagem (p. 72-73).

A partir das cinco etapas apontadas por Holiday foi construído o processo de elaboração da linha do tempo da Coperforte. Para tanto foram utilizadas distintas ferramentas, aplicadas em diferentes momentos, como: reuniões com a direção da Cooperativa, entrevistas com produtores e dirigentes, leitura de paisagem, linha do tempo e a matriz SWOT (Fofa), bem como o estudo dos documentos da cooperativa.

As reuniões com a direção da cooperativa (Figura 1) foram fundamentais para a elaboração dos objetivos da sistematização. Assim o eixo central da sistematização emerge a partir do interesse da Coperforte em reconstruir a trajetória histórica da cooperativa nos seus 20 anos para resgatar os principais momentos vividos, sobretudo os desafiadores, bem como as estratégias de gestão da direção.

Figura 1 – Reunião entre a direção da Coperforte, discentes, docentes e colaboradores



Fonte: João Pedro Van der Sand.

A apresentação dos resultados do trabalho de sistematização também ocorreu em reuniões com a direção e cooperados da Cooperativa, docentes, discentes e colaboradores das universidades UFSM e Unipampa (Figura 2). Nesses momentos foram promovidas reflexões sobre os eventos que marcaram a trajetória da Cooperativa, as crises vivenciadas e as formas de resolução construídas em cada momento. Assim, a participação dos atores da Cooperativa foi decisiva, uma vez que contribuíram com elementos da realidade que foi vivenciada e os aprendizados adquiridos a partir dessas situações.

Figura 2 — Reunião de apresentação da linha do tempo com a trajetória de 20 anos da Coperforte



Fonte: João Pedro Van der Sand.

A matriz SWOT ou Fofa (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) possibilitou uma reflexão com a direção da Coperforte sobre as forças e fraquezas da cooperativa (fatores internos da organização), oportunidades e ameaças (fatores externos) para o crescimento, diversificação e consolidação, ou mesmo questões que poderiam limitar o seu avanço (Figura 3). Nesse momento a participação dos sujeitos já citados em conjunto com a mediação dos discentes e colaboradores das universidades promoveu a emergência de elementos que possibilitaram compreender as questões centrais da Coperforte, tanto do ponto de vista interno como externo. A síntese sobre as discussões em torno da Fofa será descrita no item “Reflexões sobre a experiência da Coperforte”, no final desta seção.

## SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: SISTEMATIZAÇÃO DA COPERFORTE

Adilson Roberto Bellé — Alisson Vicente Zarnott — Eduardo Jaehn — Eduardo Miotto Flech — Gabriela Rozek Weber  
Laila Garcia Marques — Marcelo Artur Rauber — Pedro Selvino Neumann — Regis Trentin Piovesan — Vinicius Piccin Dalbianco

Figura 3 — Construção da Fofa junto a direção da Coperforte e mediação por discentes da universidade



Fonte: João Pedro Van der Sand.

A partir da linha do tempo foi reconstruído o processo histórico da Cooperativa e identificados os principais eventos em ordem cronológica. Esse processo foi construído com os diferentes atores, discentes, docentes, produtores e direção e cooperados da Coperforte. A Figura 4 registra o momento inicial da construção da linha do tempo com alguns integrantes da universidade e direção da Cooperativa. Durante esse exercício foi promovida uma reflexão sobre os aspectos marcantes da trajetória que serviram de aprendizado a partir da interlocução entre os sujeitos.

Figura 4 — Primeiro momento de reconstrução da linha do tempo da Coperforte com a participação da direção da cooperativa, docentes e discentes das universidades



Fonte: Acervo dos autores.

A construção da linha do tempo foi realizada em vários momentos com a participação de diferentes cooperados envolvidos em distintos momentos na história da cooperativa. Foi priorizada a participação das pessoas que se envolveram diretamente em cada fase da trajetória da Coperforte para contemplar os seus diferentes pontos de vista. As informações que emergiram durante o processo foram sistematizadas com apoio de instrumentos de visualização, em um primeiro momento com o papelógrafo e após exibidas em um projetor.

Figura 5 – Segundo momento de reconstrução da linha do tempo da Coperforte com a participação da direção, discentes das universidades e colaboradores



Fonte: João Pedro Van der Sand.

Figura 6 – Terceiro momento de reconstrução da linha do tempo da Coperforte com a participação da direção, discentes das universidades e colaboradores



Fonte: João Pedro Van der Sand.

Conjuntamente foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os produtores cooperados que possibilitaram compreender o processo histórico das famílias assentadas, o qual envolveu a chegada nos lotes, a organização das atividades produtivas, o ingresso na atividade leiteira e a participação na Cooperativa. As entrevistas foram realizadas em diferentes momentos com a participação dos discentes e colaboradores das universidades. A Figura 7 registra uma das entrevistas realizadas.

Figura 7 – Entrevistas com cooperados conduzida por discentes e colaboradores das universidades



Fonte: João Pedro Van der Sand.

Outro recurso utilizado no processo de sistematização foi a filmagem, quando foram registradas diferentes imagens e depoimentos dos cooperados que participaram em momentos distintos na trajetória dos 20 anos da cooperativa (Figura 8). Além disso, o audiovisual registrou instalações e processos presentes na realidade da Coperforte. O resultado da filmagem foi a produção de um audiovisual lançado e entregue aos gestores no evento comemorativo de 20 anos da Coperforte ocorrido no mês de dezembro de 2022. O material pode ser acessado pelo *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=UdtiiFvXl0A>.

Figura 8 — Filmagem dos funcionários da Coperforte como parte do audiovisual em comemoração aos 20 anos da cooperativa



Fonte: Acervo dos autores.

Por fim, também foi utilizada a metodologia de leitura da paisagem para compreender o contexto socioambiental no qual estão inseridos os produtores de leite da Coperforte, bem como suas fragilidades e as potencialidades que o agroecossistema oferece para o desenvolvimento das atividades produtivas.

Cabe o destaque que os recursos metodológicos utilizados foram definidos de acordo com a realidade da experiência sistematizada. Logo, cada experiência a ser sistematizada necessita de uma análise sobre qual o aparato metodológico mais adequado a ser adotado. Assim, o texto a seguir apresenta os resultados do trabalho da reconstrução da trajetória dos 20 anos da Coperforte, que pôde ser contada, escrita e refletida por muitas mãos e mentes.

### OS PRIMEIROS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO E ANTECEDENTES À CRIAÇÃO DA COPERFORTE

A partir do início da década de 90 começam a ser criados os primeiros assentamentos no município de Santana do Livramento (RS). O primeiro e maior assentamento do município, Cerro dos Munhoz, foi criado em 1992 com área de 1,7 mil hectares e capacidade para receber 67 famílias. Os demais assentamentos foram estabelecidos em dois períodos principais: 1996 a 1998, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, e de 2005 a 2008, no primeiro e segundo mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil,

2022). Segundo os cooperados que participaram do diálogo da linha do tempo, a atividade leiteira já era realizada desde a chegada das primeiras famílias assentadas.

Figura 9 – Início da atividade leiteira em assentamentos do município – ordenha a céu aberto



Fonte: acervo pessoal de Aldomir José Vedovatto.

## DÉCADA DE 1990 E ANTECEDENTES À CRIAÇÃO DA COPERFORTE

Destaca-se que no município de Santana do Livramento historicamente predominou a grande propriedade rural, produtora de pecuária de corte e pouca infraestrutura para a instalação da atividade leiteira. As famílias assentadas, no entanto, que na sua maioria eram oriundas de regiões em que a produção leiteira já vinha sendo desenvolvida, ao receberem o lote de terra já iniciaram a criação de pecuária leiteira.

A venda do leite, porém, deparava-se com um obstáculo, uma vez que não haviam rotas de recolhimento do produto. Para ser comercializado, o leite era transportado em tarros via ônibus de linha até a cidade, na qual havia um posto de recebimento do produto na Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda. (Camal) e destinado para a sede da Camal em Bagé (RS).

Em seguida, com o aumento no número de famílias na atividade leiteira, uma empresa passou a recolher o leite nos assentamentos, desde que houvesse pontos de coleta que centralizassem a produção de um grupo de famílias. Assim, nos assentamentos foram organizados grupos de famílias interessadas na produção de leite (cerca de 60). Isso possibilitou o acesso a resfriadores de tarros para uso coletivo em parceria com a Camal. Esses resfriadores ficavam instalados em pontos centrais nos assentamentos e a coleta do leite ocorria nas casas com o apoio de uma carreta agrícola. De início criaram-se quatro grupos informais, um em cada assentamento em que haviam produtores de leite, quais sejam: Cerro do Munhoz, Santa Rita, São Leopoldo e Torrão.

Com a ampliação do número de assentamentos no município e região, bem como o aumento da produção leiteira, iniciaram-se as discussões para a criação de uma organização social que garantisse o transporte e comercialização do leite, assim como para o fornecimento de insumos necessários à produção.

### A CRIAÇÃO DA COOPERATIVA COPERFORTE NOS ANOS 2000

Nos anos 2000 no município de Santana do Livramento existiam mais de 30 assentamentos e aproximadamente 900 famílias assentadas, o que a configura como uma das maiores áreas reformadas do Estado do Rio Grande do Sul. Diversas atividades produtivas se desenvolveram nos assentamentos, mas o destaque deu-se para a atividade leiteira, por se adaptar bem às Unidades Produtivas (UP) com pouca área, como é o caso dos assentamentos, e também por proporcionar renda mensal às famílias.

Com o aumento gradativo da produção leiteira, uma cooperativa de produtores de frangos sediada no município de Santana do Livramento, chamada Comirfo, passou a atuar no recolhimento de leite nos assentamentos.

Os desafios para a coleta do leite eram grandes naquele período, como: o baixo volume produzido, estradas rurais em más condições de trafegabilidade, baixo nível tecnológico da atividade leiteira, entre outros fatores. Aquele cenário gerou custos altos para a coleta e pouco retorno econômico, o que desmotivou as empresas de laticínios a coletarem a produção dos assentados.

Nesse contexto, observou-se a necessidade das famílias se organizarem de forma associativa. Desse modo, a partir da existência de uma associação de produtores no assentamento Cerro dos Munhoz, se identificava que o formato jurídico da associação apresentava benefícios, mas também limitações em relação

aos trâmites econômicos, uma vez que havia necessidade de uma organização direcionada às atividades comerciais. Por outro lado, percebia-se no local um descrédito relacionado à organização cooperativa, pela falência de várias pequenas cooperativas do município. Havia, portanto, uma desconfiança entre os produtores, o diálogo entre eles era de descrença em relação à criação de uma nova cooperativa.

Isso posto, entre críticas e expansão da atividade leiteira no município e região, foi criada em assembleia no dia 27 de outubro de 2002 na sede da Igreja do Rosário a Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste Ltda. (Coperforte). Na assembleia estavam presentes 35 sócios, ali foi empossada a diretoria e aprovado o estatuto social, entre outros assuntos. Cabe o destaque de que a criação da cooperativa contou com o apoio do setor de produção do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na entrevista a seguir, uma das lideranças do MST naquele período explica a escolha do nome da cooperativa e relaciona ao desafio de criar um empreendimento que tivesse longevidade:

Quando a gente foi fazer essa discussão aqui em Santana do Livramento as cooperativas estavam tudo quebrando. Tinha a cooperativa de lã que tinha quebrado, tinha a cooperativa de grãos que tinha quebrado... A sociedade dizia para nós “não, vocês vão criar mais uma cooperativa para quebrar”. E nós “não, nós vamos construir uma cooperativa aqui, criar uma cooperativa e ela vai ser uma cooperativa que vai permanecer”. E aí fomos no debate então qual o nome seria da cooperativa e chegamos a uma conclusão que seria Coperforte. Por que Coperforte? Porque nós vamos escolher um nome que venha para... um nome é místico, né? Para ter uma resistência também diante do que a sociedade nos questionava e diante do momento (Entrevistado 10).

Assim, a Coperforte foi criada para ser uma ferramenta de apoio no desenvolvimento das famílias assentadas, sobretudo para a expansão da atividade leiteira e na produção de cereais, mas também para a aquisição de insumos, bens de consumo e prestação de serviços de máquina para os associados.

Segundo dados da Coperforte, em 2003, primeiro ano após a fundação, a produção comercializada foi de aproximadamente 420.000 mil litros de leite. Assim, com o fortalecimento da cooperativa, gradativamente cresceu o número de associados e conseqüentemente a ampliação do volume da produção.

Inicialmente o leite era recolhido pela Camal, que ficava com 10% do valor do leite recolhido pela Coperforte, apenas para cumprir com a função de entreposto e repasse do leite para as indústrias. Em 2003 a Coperforte fez a proposta de vender o leite diretamente para a Cooperativa Sul-Rio Grandense de Laticínios Ltda. (Cosulati) e ficar com 5% do valor da produção para administrar, organizar e gestar as rotas de recolhimento, o que contribuiu para os primeiros passos da cooperativa.

Ainda nesse ano a cooperativa unificou os preços de frete em 12%, uma decisão importante que permitiu a viabilização da entrega do leite por produtores próximos e mais afastados da rodovia. Esta iniciativa colaborou de maneira decisiva para que muitos dos pequenos produtores, mais distantes da cidade, permanecessem na atividade leiteira.

Figura 10 — Primeiro caminhão adquirido pela Coperforte para recolhimento de leite



Fonte: Acervo pessoal de Aldomir José Vedovatto.

## CRISE DE 2005 E CRIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DA COPERFORTE

Em 2005 a Coperforte passa pela primeira crise econômica, pois as receitas não cobriam os custos de manutenção da cooperativa. Assim, os diretores tomaram a decisão de adiar o pagamento dos impostos e negociar prazos com fornecedores para não deixar os produtores sem receberem o pagamento do leite, pois compreendiam que o cooperado deveria vir em primeiro lugar nas prioridades da Cooperativa.

Para sair dessa crise a direção da Cooperativa, orientada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, decidiu conhecer outras experiências e participar de uma formação oferecida pela Cooperativa Mondragón, no país Basco. Após esse trabalho de formação, estabeleceram a criação de um plano de recuperação da Cooperativa e melhoria no processo de gestão. Esse plano contou com três pontos centrais: análise da situação da cooperativa, plano de pagamento das dívidas e plano de recuperação da Cooperativa.

Um dos principais aprendizados apontados pela direção da Coperforte a partir dessa crise foi a importância de manter a contabilidade controlada de maneira precisa, defendendo a necessidade de um trabalho conjunto entre os responsáveis financeiros da Cooperativa e o escritório de contabilidade. Até então, a contabilidade fazia apenas balanços mensais e, após a instituição do plano, ela passou a estar mais presente no dia a dia da cooperativa.

Com o plano em operação, foi possível negociar o parcelamento do pagamento dos impostos atrasados e pagar em dia os agricultores. Posteriormente criaram e adaptaram controles para aumentar o rigor da gestão dos gastos e manutenção dos caminhões. Além disso, criaram um caixa para a manutenção da Cooperativa, o qual contava com uma estratégia de acumulação de reservas nos meses com maior produção de leite, geralmente no período de verão, para poder manter o funcionamento da cooperativa nos meses mais críticos, com baixa produção de leite.

## A AGREGAÇÃO DE NOVOS PRODUTORES NO MUNICÍPIO DE HERVAL

Em 2008, a direção do MST solicitou apoio da Coperforte para organizar a coleta do leite dos assentados no município de Herval, localizado a cerca de 300 km de Santana do Livramento. O cenário local contava com um número expressivo de famílias produzindo leite em pequenos volumes e as empresas compradoras estavam se recusando a recolher o produto naquele contexto, pois o custo alto do transporte inviabilizava o trabalho de coleta.

Assim, a Coperforte concordou em trabalhar durante um ano e organizar os produtores do município para facilitar o trabalho de recolhimento, além de fazer o pagamento em dia. Após este trabalho a intenção era de que as famílias constituíssem a sua própria cooperativa local e tivessem autonomia no recolhimento e comercialização do leite. A coleta do leite iniciou-se com cerca de 16.000 litros/mês e, após um ano, já alcançou cerca de 120.000 litros/mês nos municípios de Herval, Arroio Grande e Pedro Osório.

Passado um ano, no entanto, as famílias não conseguiram criar a própria cooperativa e a direção da Coperforte em reunião com as famílias produtoras de leite de Herval e, devido ao apelo dos produtores pela continuidade do recolhimento do leite, optou por seguir com o trabalho até os dias atuais. A filial de Herval conta atualmente com 3 funcionários e um caminhão para recolhimento de leite.

A reunião com as famílias de Herval após completado um ano de ação da Coperforte foi um momento emocionante, pois houve o apelo por parte das mulheres, mães manifestando que a cooperativa não deveria parar de recolher o leite, pois graças à Coperforte estavam conseguindo colocar alimento na mesa da família (Entrevistado 16).

### OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

A partir de 2007 a Coperforte passou a operacionalizar programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O objetivo foi proporcionar alternativas de geração de renda aos associados e diversificar a sua produção. O Pnae é direcionado para as escolas de Santana do Livramento e o PAA para as entidades sociais do município e da região metropolitana de Porto Alegre.

Eu sempre disse que a Coperforte não é cooperativa somente de leite, né? É uma cooperativa de produtores onde pode agregar valores em outras produções, como são os hortifrutigranjeiros, até mesmo na linha de lácteos, que nós possamos a vir produzir mais para frente nas escolas (Entrevistado 5).

Inicialmente a Coperforte entregava alimentos para 10 entidades de Santana do Livramento, englobando cerca de 10 mil pessoas. A partir de 2011 passaram a participar de um programa maior, o Fórum Fome Zero, que envolveu 18 entidades nos municípios de Santana do Livramento e Porto Alegre. Semanalmente eram entregues uma carga de leite ou de frutas e hortifrutigranjeiros para entidades de Porto Alegre. Posteriormente, as entregas de hortifrutigranjeiros passaram a ser semanais para atender o Banco de Alimentos de Porto Alegre. Com o desmantelamento do PAA, porém, as entregas foram finalizadas.

Já em 2020 atenderam chamadas conjuntas com a 10ª e 19ª Região das escolas, as quais envolveram os seguintes municípios: Quaraí, Uruguaiana, Alegrete, Barra do Quaraí, Rosário do Sul, São Gabriel e Santa Margarida. Atualmente, a Coperforte atende 14 escolas de Santana do Livramento e na região de Quaraí, Rosário e São Gabriel, que corresponde a um público de cerca de 6 mil estudantes.

## ACESSO A RECURSOS PÚBLICOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA COPERFORTE

Por volta do ano 2011 a Coperforte obteve recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), parte deles sem necessidade de devolução, pelo Fundo Social e o restante pago em parcelas anuais até 2025.

Os investimentos foram utilizados para a aquisição de sete caminhões, uma carreta tanque, tanques resfriadores de leite para todas os cooperados da Coperforte<sup>1</sup>, construção da fábrica de ração, calcário e adubo orgânico, aquisição de oito tratores com implementos, dois kits fenação, ensiladeiras, carreta e reboque, quatro plantadeiras e um veículo utilitário.

Figura 11 – Parte da frota atual da Coperforte



Fonte: Marcelo Artur Rauber.

<sup>1</sup> Os resfriadores foram entregues na forma de comodato com a cooperativa.

Em 2012 a Coperforte ampliou a rota de coleta de leite para o município de São Gabriel, garantiu o recolhimento e a venda do leite, bem como resfriadores para os produtores. A direção da cooperativa, todavia, aponta a existência de limitações na produção de leite nos assentamentos de São Gabriel.

No ano de 2014 a Coperforte atingiu a marca de 1 milhão de litros leite recolhidos mensalmente, um fato histórico e motivo de comemoração por parte da direção e associados.

Por outro lado, a produção de soja passou a ganhar mais expressão nos assentamentos de Santana do Livramento e região e muitos produtores de leite migraram para o sistema de produção de soja, alegando maior facilidade de manejo e melhor rentabilidade. Como consequência, a produção de leite passou a diminuir a partir de 2014, o que culmina também com a crise do setor leiteiro no sul do país.

Alguns associados produtores de soja reivindicaram que a cooperativa passasse a apoiar a produção e a comercialização de grãos, deixando de ter o foco apenas no recolhimento e comercialização de leite, no entanto a direção optou por permanecer centrada na produção de leite, ainda que sem oposição à diversificação da produção.

## A SEGUNDA CRISE DA COPERFORTE

Entre os anos 2013 a 2015 a Coperforte enfrenta uma nova crise, pois com a desistência de vários associados da atividade leiteira o volume de leite recolhido mensalmente reduziu progressivamente, porém os custos da cooperativa permaneceram os mesmos, pois as rotas seguiam o mesmo percurso de coletam só que com menos produtores e menor volume de leite recolhido.

Um dos fatores que levou a Coperforte a passar por vários anos de adversidades foi a crise vivenciada pela Cosulati, principal compradora do leite da cooperativa, que devido a problemas de gestão,<sup>2</sup> ocasionou atrasos nos pagamentos à Coperforte.

---

<sup>2</sup> Em 2 de dezembro de 2022 o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), desencadeou uma operação contra possíveis crimes de apropriação indébita, estelionato e lavagem de dinheiro em prejuízo da Cosulati. As investigações apontavam um prejuízo de cerca de R\$ 60 milhões.

Outro fator da crise foram as ações deflagradas pelo Ministério Público a partir de 2013 que constatarem diversas irregularidades em indústrias de laticínios no Estado do Rio Grande do Sul, a chamada “Operação Leite Compensado”, que gerou grandes transtornos para a Coperforte. As irregularidades encontradas nas investigações concentravam-se essencialmente no setor industrial e no transporte do leite *spot*.<sup>3</sup> Embora a Coperforte não tenha sido alvo das investigações, nem denunciada por irregularidades, essa operação afetou a comercialização geral do leite produzido no Estado. Esse cenário dificultou a venda da produção, além de agravar os atrasos nos pagamentos à Cooperativa e reduziu significativamente o preço do leite para os produtores.

Naquele período a Cosulati transformava o leite recolhido pela Coperforte em leite em pó para posterior participação das chamadas públicas. A Cosulati, entretanto, comercializou cerca de 400 toneladas de leite em pó, sem acordar e comunicar à Coperforte, o que gerou uma dívida significativa da Cosulati com a cooperativa. Esses acontecimentos marcaram a história da Coperforte, conforme relato de um dos dirigentes, a seguir:

Foi um momento bem difícil na cooperativa, 2014/2015. Foram duas coisas que aconteceram nesse período: uma Cosulati entrou em crise, foi quando ela começou a não pagar mais para nós a produção de leite, e a Operação Leite Compensado, que naquele momento ninguém queria saber do leite do Sul. [...] E com essa crise da Operação Leite Compensado nós não tinha para quem vender leite e a gente também era muito atrelado à Cosulati. A gente não conhecia o mercado, a gente não tinha esse conhecimento e ninguém queria comprar o leite. [...] Então, foi um momento crucial para nós. [...] O que nós tinha em caixa a gente seguiu pagando o produtor e levando leite para Cosulati para transformar em pó nesse período porque nós não tinha outra saída, nós não tinha opção (Entrevistado 16).

A partir dessa crise a direção buscou alternativas para a comercialização da produção leiteira. Em articulação com o setor de produção do MST, a cooperativa conseguiu vender a produção via Cooperativa Terra Livre<sup>4</sup> e para

<sup>3</sup> A tradução para leite *spot*, seria: uma transação de mercado de leite onde ocorre a compra e venda imediata de leite cru entre produtores e indústrias, sem contratos prévios.

<sup>4</sup> A Cooperativa Terra Livre é uma organização de famílias assentadas da Reforma Agrária do Rio Grande do Sul.

a Venezuela. Além disso, até 2016 foram realizadas vendas para a Conab. Os aprendizados relacionados à comercialização podem ser observados na fala de um dos dirigentes:

E assim, aos poucos fomos conhecendo e entendendo o mercado no Rio Grande do Sul, realizamos parcerias em 2017 para 2018 com as empresas por exemplo, Latvida, Dilate e Mandaká. [...] E essas parcerias hoje consolidadas na Coperforte, foi a saída que nós achamos dentro daquele momento da crise e criou-se grandes parcerias de negócio com essas empresas (Entrevistado 4).

Conjuntamente, com a crise do Leite Compensado no Estado, a Coperforte qualificou a infraestrutura e o processo de coleta de amostras de leite, conforme as normativas do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Assim, uma pessoa da direção da Cooperativa passou a acompanhar as coletas com os motoristas de caminhão. Ademais, foram realizadas capacitações com os motoristas que coletavam o leite dos produtores e aqueles que transportavam o leite até a indústria.

Em 2020 a Coperforte assumiu a administração do entreposto da Cosulati em Santana do Livramento. Foram mantidos os funcionários do entreposto, realizadas melhorias nas instalações e além de ser adquirido um tanque de resfriamento com capacidade para 100 mil litros de leite. Também foram comprados equipamentos novos para refrigeração do leite e atualmente o laboratório no qual são recebidas e analisadas as amostras de leite dos produtores está sendo qualificado.

Cabe o destaque que o entreposto é da Cosulati, mas sua gestão e responsabilidade é da Coperforte. Isto permite maior liberdade para armazenar o leite recolhido e negociar a venda às empresas. Hoje em dia a Coperforte comercializa o leite para as empresas Latvida, Cotrilac e Cooperativa Piá.

Figura 12 — Entrepósito de recebimento de leite sob gestão da Cooperforte, em Santana do Livramento



Fonte: Acervo da Cooperforte.

## ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA COPERFORTE

A administração da Cooperforte conta com três conselhos aprovados em assembleia geral, quais sejam: administrativo, fiscal e deliberativo. O conselho administrativo é composto por um coordenador geral, um tesoureiro e um secretário e mais quatro suplentes. O conselho fiscal é composto por três titulares e três suplentes e tem como propósito a fiscalização das contas e atividades da Cooperativa. Por fim, o conselho deliberativo<sup>5</sup> conta com um representante de cada assentamento de abrangência da Cooperativa. O intuito desse conselho é dar maior transparência e que a representação dos cooperados participe das tomadas de decisão junto com a gestão da cooperativa. Conforme relatos de cooperados, o conselho deliberativo também é uma forma de renovar seus quadros, aproximando jovens da gestão administrativa.

Ademais, a Cooperativa conta com um quadro de funcionários para a execução do conjunto de atividades, que inclui motoristas, operadores de trator, mecânico, trabalhadores no setor administrativo, setor de vendas de insumos, setor de recebimento de leite e veterinário.

<sup>5</sup> Este conselho não é previsto na Lei 5.764/1971.

Em termos de infraestrutura, a sede da Coperforte conta com cinco prédios destinados à administração, oficina, estoque de insumos, alojamento, cozinha e refeitório. Além disso, possui dois galpões para armazenamento de sementes e implementos e um viveiro para produção de mudas e sementes. A construção mais recente no local é a fábrica de ração, construída com recursos públicos e próprios. Já a filial da cooperativa em Herval conta com um prédio e um caminhão tanque para o recolhimento do leite.

## COPERFORTE E A GESTÃO DO CAMPO DE RECRIA

O Campo de Recria André Voisin foi um projeto do MST instalado em 2013 em uma área de cerca de 300 hectares da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) no município de Dom Pedrito. O Campo de Recria foi estabelecido para criação de novilhas para serem inseminadas após entrarem na fase reprodutiva. O intuito é de realizar um melhoramento genético dos rebanhos leiteiros dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária da região (Pretto; Mello, 2014).

As limitações técnicas e de gestão da área, entretanto, acabaram por impor restrições à continuidade do projeto em sua proposta original, especialmente devido às limitações de oferta forrageira derivadas do campo nativo, o que ocasionou a perda de muitos animais. Desse modo, entre 2016 e 2017 a convite do MST a Coperforte assumiu a gestão do Campo de Recria seguindo na criação de novilhas para os seus cooperados com recursos da própria Cooperativa. Além disso, foi solucionada a deficiência de abastecimento forrageiro com o estabelecimento de áreas de pastagem cultivadas. Duas famílias entrevistadas informaram que renovaram seu rebanho leiteiro com novilhas vindas do Campo de Recria.

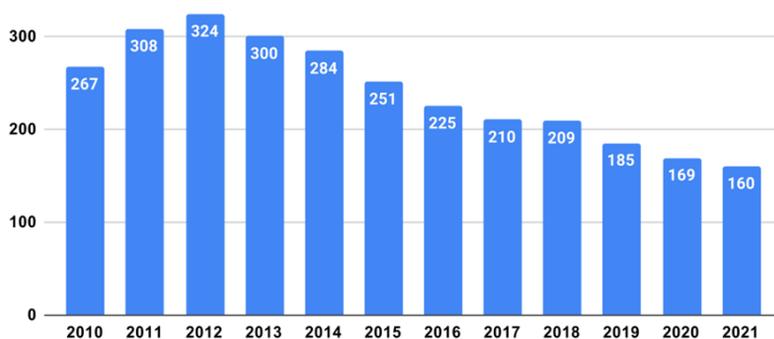
## RECOLHIMENTO DE LEITE NOS AGRICULTORES NÃO ASSENTADOS

No decorrer dos últimos anos os custos de recolhimento de leite estavam cada vez mais elevados e era necessário ampliar o volume de leite a ser recolhido nas rotas para serem viabilizadas. Na Figura 13 se observa que entre 2012 e 2021, há uma redução de 50,6% dos produtores de leite no município-sede. Conforme descrito na introdução deste documento, a redução dos estabelecimentos produtores de leite é uma tendência geral do setor leiteiro do RS e de Santana do Livramento.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Entre 2006 e 2017, o município teve uma redução de 54% dos estabelecimentos produtores.

Preocupados com a redução dos estabelecimentos produtores de leite e com os custos de manutenção do posto de recebimento do produto (são necessários cerca de 600 mil litros de leite/mês para a sua viabilização econômica), a direção da Cooperativa fez um movimento em busca de novos produtores fora dos assentamentos e em outros municípios da região.

Figura 13 – Produtores de leite da Coperforte no município de Santana do Livramento no mês de dezembro (2010-2021)



Fonte: Elaboração dos autores.

Assim, em 2021 como ação estratégica foram incluídos grandes produtores para cobrir os custos das rotas de recolhimento, bem como para manter a rota dos pequenos produtores. A iniciativa teve êxito e trouxe novos produtores para a Coperforte. Dois gestores da cooperativa detalham e avaliam a questão:

A gente avançou na região de Quaraí, na região de Uruguiana até a região de Itaqui, avançamos com os produtores que tinha em Alegrete e Manoel Viana. E ali foi o passo importante da Coperforte, aquela coragem que nós tivemos naquele momento de buscar a expansão e a quantidade de produção que nós adquirimos nessas regiões é que economicamente nós voltamos a ter vida e viabilizamos a cooperativa (Entrevistado 4).

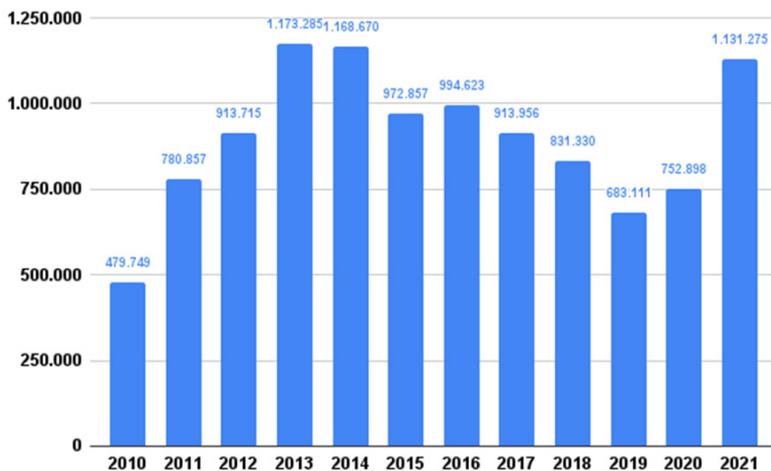
E graças a Deus os produtores começaram a apostar e vim com nós. [...] E hoje a gente está com uma grande produção, voltando aquela estaca lá que a gente, quando a gente parou e começou a estagnar. Hoje a gente está de novo com um milhão de litros/mês. Isso é uma satisfação muito grande para nós, chegarmos de novo a um milhão de litros (Entrevistado 16).

Inicialmente a inclusão dos não assentados na Cooperativa gerou críticas pelos associados, por não compreenderem a sua estratégia. Economicamente, no entanto, a estratégia tem gerado bons resultados, uma vez que foi possível ampliar o volume de leite recolhido, que já ultrapassou a marca de 1 milhão de litros/mês, o que gera uma margem para a viabilização do trabalho da Cooperativa. Deste modo, os cooperados passaram a compreender a estratégia adotada pela direção.

Por outro lado, para os médios e grandes produtores de leite da região, a comercialização da sua produção para a Coperforte oferece vantagem econômica, uma vez que os preços recebidos ficam acima do valor pago pelas outras empresas compradoras.

Na Figura 14 visualiza-se a trajetória da produção de leite da Coperforte entre 2010 e 2021. Verifica-se que o ápice do volume de leite coletado ocorreu entre 2013 e 2014, passando a decrescer o volume recolhido até o ano 2019, devido às crises vivenciadas pela Coperforte e pelo setor leiteiro do RS. Por outro lado, também é possível identificar a retomada do crescimento da produção da Cooperativa em 2021 com o ingresso de produtores não assentados.

Figura 14 — Volume de leite coletado pela Coperforte entre os anos 2010 e 2021 (referência para o mês de dezembro)



Fonte: Elaboração dos autores.

## FÁBRICA DE RAÇÕES

Em 2022, a partir de investimentos do BNDES, demais fundos e R\$1,2 milhão de recursos próprios, a Cooperativa inicia o processamento de grãos para a produção de ração animal em suas instalações.

A fábrica de rações (Figuras 15 e 16) é uma estratégia da Cooperativa para baratear os custos da alimentação animal para os cooperados, especialmente para o bovino leiteiro, uma vez que toda a ração era adquirida de empresas. Além disso, a fábrica de rações será um estímulo à diversificação da produção, sobretudo com o cultivo de grãos, como de milho e soja não transgênicos para a produção de um alimento de melhor qualidade para os cooperados.

O início das operações de funcionamento da fábrica foi possível a partir de uma carta de crédito junto ao banco. Para entrar em pleno funcionamento outros investimentos ainda serão necessários, como a construção de silos para o armazenamento de grãos e secador.

Figura 15 — Fábrica de rações da Copeforte em sua sede, em Santana do Livramento



Fonte: Acervo pessoal de Victoria Dornelles Godinho.

Figura 16 — Parte da estrutura interna da fábrica de rações da Coperforte



Fonte: Acervo pessoal de Marcelo Artur Rauber.

## PLANOS FUTUROS

Entre os planos da direção da Coperforte está a organização de uma feira de produtores cooperados no município de Santana do Livramento. O objetivo é comercializar produtos gerados pelas famílias, bem como outros de assentamentos de outras regiões, com a marca Terra Livre.

Outro plano é a criação de uma central de recebimento de produtos de famílias assentadas em Santana do Livramento para a redistribuição e abastecimento da merenda escolar nos municípios da região, com intuito de facilitar o escoamento da produção de hortigranjeiros.

## REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DA COPERFORTE

Na Figura 17 é apresentada uma síntese da linha do tempo da cooperativa.

Figura 17 — Linha do tempo da Coperforte



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da reconstrução da história da Coperforte é possível identificar os benefícios da organização coletiva para as famílias assentadas, como: a segurança no recolhimento e na venda da produção do leite, o acesso a linhas de crédito, a aquisição coletiva de insumos para reduzir o custo de produção e melhoria da renda do cooperados.

Destaca-se a importância da gestão qualificada da Cooperativa, isso foi aprendido com as crises enfrentadas pela Coperforte. A criação de um controle do fluxo de caixa em parceria com um escritório de contabilidade, bem como o alinhamento entre volumes de produção recebidos e a venda garantida, foram fatores importantes para um bom funcionamento da cooperativa.

Ao priorizar o pagamento da produção, a Cooperativa criou uma relação de confiança entre cooperados e direção. Isto, para os dirigentes, foi fundamental para a criação de um capital social e pertencimento dos cooperados à cooperativa. No relato de um cooperado é possível observar a relação diferenciada promovida pela Coperforte:

Eu quando cheguei aqui, a Coperforte estava nascendo, mas eu vendia leite para a CCGL. E a dificuldade que é tu vender para uma empresa é muito grande, porque se resolvem condenar teu leite, eles condenam.

Eles não discutem contigo que preço vão pagar... É de cima para baixo. A cooperativa é diferente. A cooperativa tem todo um diferencial onde você tem todo o auxílio e vai lá e dialoga, discute, tem abertura e tem o suporte da cooperativa (Entrevistado 16).

Desde a fundação da cooperativa, o “*trabalho social*”, como é denominado internamente, garante o recolhimento do leite das famílias com pequenos volumes de produção. A gestão das rotas de recolhimento, portanto, é fundamental e inclui um volume mínimo para a produção, uma vez que o custo das rotas é elevado. Sobre esse ponto, um cooperado comenta a garantia da coleta da produção mesmo nos casos com dificuldade de viabilidade econômica:

A cooperativa tem a questão social dela, que ela não quer deixar ninguém de fora. Porque tem várias rotas que não têm viabilidade, agora não sei nos últimos tempos até que ele vem se viabilizando, que o pessoal aumentou um pouquinho a produção. Mas tinha época que tinha rota que não tinha viabilidade, mas a cooperativa por uma questão social que vem de movimento, que a gente traz, ela sempre se manteve na rota porque não tem como tu deixar de repente uma família que produz um pouco e sabe que ela vai tirar a sustentabilidade dali e tu não recolher (Entrevistado 14).

Como mencionado anteriormente, a estratégia para contornar essa situação foi agregar novos produtores com maiores volumes de produção. Assim, as rotas com concentração de maior volume de leite apresentam menores custos de recolhimento e viabilizam as rotas com baixo volume e com maior número de produtores. A expansão da cooperativa para outras regiões do Estado, a exemplo da filial no município de Herval, demonstra a ação social da Cooperativa, uma vez que o intuito foi viabilizar o recolhimento de leite de um grande número de assentados com baixo volume de produção.

Assim, atualmente, a partir do processo de gestão construído, a Cooperativa apresenta viabilidade econômica e fortalecimento da cooperação pela formação de capital social com a inclusão produtiva das famílias assentadas.

## FRAGILIDADES E DESAFIOS DA COOPERATIVA

A história da Coperforte também apresenta fragilidades e desafios internos. Entre elas, os dirigentes observam a necessidade de aperfeiçoamento dos setores de trabalho dentro da Cooperativa, bem como do planejamento

e realização das metas, além de um maior rigor nos registros das operações realizadas. Outra fragilidade é a sucessão familiar dos produtores cooperados devido às características da atividade leiteira, por exemplo, a rotina contínua de trabalho, o elevado custo de produção e a habilidade na sua condução, este um tema importante para a própria continuidade da cooperativa.

Por sua vez, a comunicação e o *marketing* da Cooperativa são apontados como elementos frágeis que comprometem a sua visibilidade. Diante desse desafio a Cooperativa visa a criação de uma marca da Coperforte e a participação ativa nas redes sociais. Outro setor que precisa de maior atenção é o PAA e o Pnae, considerado pela direção um setor estratégico para a Cooperativa, por abranger assentados que não estão envolvidos na atividade leiteira.

## ELEMENTOS POSITIVOS DA COOPERATIVA

Entre os pontos positivos da experiência da Coperforte está a participação dos cooperados nos espaços de decisão e discussão, como o conselho deliberativo, por exemplo, que é decisivo na organização dos grupos de base que discutem os rumos do empreendimento e dão respaldo nas tomadas de decisão do conselho administrativo.

A presença dos produtores de leite assentados em todos os conselhos (administrativo, fiscal e deliberativo) gera uma relação de confiança entre direção e cooperados pela transparência presente nos processos de decisão da cooperativa. Além disso, vêm surgindo lideranças jovens que participam desses espaços e poderão assumir a direção nos próximos anos para a continuidade das ações.

Outro aspecto positivo é a preocupação da Coperforte com os produtores que apresentam fragilidade econômica. Assim, as práticas relacionadas às causas sociais e à inclusão produtiva contribuem na sua consolidação como agente de transformação social.

Por fim, na avaliação dos dirigentes a vinculação da Coperforte com o MST promove a permanência dos princípios cooperativos e a preocupação com a qualificação socioeconômica das famílias assentadas. Associado a isso, a relação com o MST permite a articulação com a rede de cooperativas vinculadas ao movimento, o que fortalece a pauta pela reforma agrária.

## POSSÍVEIS AMEAÇAS À COOPERATIVA

Observa-se que nos últimos anos houve certo enfraquecimento da atividade leiteira e ampliação do cultivo da soja entre os agricultores familiares e assentados. A crescente redução do número de produtores de leite pode no médio prazo representar uma ameaça à estratégia atual da Cooperativa, pois boa parte dos seus esforços estão centrados na atividade leiteira.

Outro fator que representa ameaças à Cooperativa diz respeito à variação do preço do leite, sempre sujeito à regulação pelo mercado e que acaba dificultando questões contratuais e garantias de preços. Assim, a política adotada de manter uma maior escala de recolhimento de leite possibilita que o maior volume de produto a ser negociado permita maior poder de negociação com os compradores.

A ausência de políticas públicas de incentivo e apoio aos assentados têm limitado os investimentos na atividade leiteira. A ineficiência do poder público local em conservar minimamente trafegáveis as vias de acesso aos estabelecimentos agropecuários representa um obstáculo para o recolhimento do leite em geral, mas especialmente nos períodos chuvosos. Em muitos locais o caminhão que recolhe o leite não possui nem mesmo acesso em épocas de chuvas, obrigando os agricultores a descartarem a produção, uma vez que os reservatórios possuem um limite de volume e conseqüentemente reduz a renda familiar.

## OPORTUNIDADES E POTENCIALIDADES

A credibilidade construída ao longo dos anos pela Coperforte é uma das potencialidades que facilita a articulação com novos parceiros comerciais e com outras cooperativas. Associado a isso é possível constatar em termos de infraestrutura que a fábrica de rações apresenta uma oportunidade para oferecer ração de qualidade com preços acessíveis. Além disso, estimula a produção de soja e milho orgânico na região com o intuito de potencializar a transição agroecológica dos cooperados.

Entre as oportunidades futuras está a possibilidade da industrialização própria do leite, que depende de uma articulação política para angariar investimentos e o estímulo na diversificação da produção das famílias, com o apoio à comercialização desses produtos, para agregar mais cooperados e fortalecer os já existentes.

## SUCESSÃO RURAL E ESTÍMULO À PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO

A sucessão rural é um tema central na atualidade e é motivo de preocupação dos dirigentes e das famílias cooperadas, sobretudo na atividade leiteira, pelas suas características, como o trabalho diário com a ordenha e o rebanho. A rotina desse tipo de atividade pode limitar a liberdade dos jovens no campo. Conjuntamente, observa-se uma restrição dos pais no compartilhamento da gestão das decisões e recursos da propriedade com os filhos e ausência de certos confortos, pela limitação da renda, que auxiliam na permanência dos jovens.

Alguns filhos de cooperados que saíram para estudar, no entanto,, ao se depararem com os desafios da vida urbana optaram por retornar e produzir junto a família ou em novos lotes, como comenta um dos jovens entrevistados:

Eu acho que a gente quando sai da faculdade, eu tinha essa ilusão que eu ia trabalhar, ia morar na cidade e as coisas iam render e eu ia adquirir minha casa, ia ter meu carro e as coisas iam fluir. Na verdade, é uma ilusão que eu tinha. E a gente fica muito limitado naquilo ali. Hoje em dia para ti entrar numa empresa grande na área de nutrição é bem complicado, sabe. Então eu não sei, na minha região, aqui onde eu moro, pelo menos, eu fui uma das únicas que saiu estudar e aí também optei por voltar (Entrevistada 2).

Destaca-se que entre os cinco jovens entrevistados que retornaram à propriedade após os estudos de ensino técnico e/ou superior e os pais acolheram suas ideias foram constatadas melhorias nas atividades produtivas.

### APRENDIZADOS

Esta seção apresenta alguns aprendizados promovidos pelo processo de sistematização da experiência a partir de diferentes atores, cooperados e agentes externos. Assim, os aprendizados dos dirigentes com a gestão da Cooperativa podem ser elencados nos seguintes pontos:

- a) Pagamento em dia para os produtores associados: estabeleceu-se uma relação de confiança entre cooperados e direção, uma vez que os produtores se sentiram valorizados. Essa ação possibilitou que nos momentos de crise os cooperados apoiassem as decisões da direção. O pagamento para os produtores foi considerado prioridade em detrimento a outros compromissos, como relata um dos dirigentes:

O produtor sempre foi prioridade na cooperativa. A gente atrasou, sim, de pagar o leite, mas a gente nunca deixou de pagar, a gente atrasou o boleto, a gente deixou de cumprir com as empresas, a gente deixou de pagar fornecedores, mas a gente nunca deixou de pagar o produtor. O produtor dentro da história da Coperforte sempre foi a primeira opção e sempre foi a parte mais importante (Entrevistado 16).

- b) A coerência da direção da Coperforte em relação às propostas do MST: o apoio do Movimento nos momentos de crise foi fundamental para a Cooperativa. Além disso, a articulação com as cooperativas do MST possibilitou ampliar os horizontes e criar relações com agentes externos e novos mercados. Assim, o vínculo com o MST mostrou-se positivo no decorrer da trajetória da Coperforte.
- c) A unificação dos preços dos fretes: permitiu a inclusão de todos os produtores de leite assentados, o que expressa a prioridade da cooperativa em viabilizar economicamente as rotas de recolhimento. Essa ação uniu os produtores e fortaleceu a relação entre cooperativa e cooperados. A reflexão da direção para construção dessa estratégia é relatada a seguir:

Criamos um critério muito importante na época que era o do frete. Como fazer com os assentamentos da beira do asfalto e aqueles lá do fundo? Então, o objetivo da Coperforte era agregar todas aquelas famílias – tinha, então, essa intenção social – e essa contribuição porque ninguém foi assentado lá no fundo do assentamento porque ele queria. Ele foi assentado lá porque foi a área que na época o governo comprou e disse “eu tenho à disposição a área a 50, 70 km longe do município”. Então nós pensamos nessa questão e decidimos, a Coperforte vai ter o frete igual para todos. E o frete passou a ser cobrado 12% para todos (Entrevistado 10).

- d) Trabalho conjunto do setor administrativo da cooperativa com o setor contábil: A importância de uma gestão qualificada e rigorosa do fluxo de caixa foi um dos aprendizados obtidos com a primeira crise da Coperforte. O setor contábil, portanto, deve atuar ativamente no cotidiano da cooperativa, prever problemas e orientar soluções imediatas e efetivas para os problemas financeiros e de caixa. Isso confere segurança à direção da cooperativa no processo de gestão.

- e) Criação de um caixa ou fundo de reserva: foi uma alternativa encontrada a partir das discussões do conselho deliberativo para os meses com baixa produção de leite, como ocorre no inverno, por exemplo. O fundo de reserva é um caixa para pagamento formado a partir da arrecadação de um percentual nas transações do leite.
- f) Controle rigoroso da qualidade do leite: A partir da crise do “leite compensado” a Cooperativa direcionou investimentos para garantir a qualidade do leite recolhido. Para tanto, foram realizados treinamentos dos trabalhadores responsáveis pela coleta do leite e inclusão de equipamentos de armazenamento refrigerados nos veículos. Além disso, a direção da Cooperativa ao acompanhar a coleta das amostras qualificou esse processo. Associado a isso foram passadas instruções de boas práticas de higiene e qualidade do leite aos produtores, o que promoveu uma aproximação entre direção e cooperados.
- g) Ampliação de compradores de leite: A partir do conhecimento aprofundado do funcionamento do mercado do leite pela direção da Cooperativa, a busca por melhores alternativas de comercialização, bem como a melhor gestão dos preços pagos aos produtores vêm sendo praticadas. Isso tem viabilizado economicamente a Cooperativa e os produtores. Por exemplo: uma das medidas foi alterar a definição do preço do leite de mensal para quinzenal, com o intuito de acompanhar as variações do mercado e do leite *spot*. Conjuntamente a Coperforte expandiu os compradores de leite o que permitiu uma diversificação e melhoria nas negociações do produto. Atualmente trabalha com as seguintes empresas: Latvida, Cotrilac e Cooperativa Piá.
- h) Participação dos cooperados nos conselhos da cooperativa: A garantia de participação dos cooperados nos conselhos promoveu uma transparência na gestão e aproximação entre cooperados e direção. Esses espaços proporcionam aprendizados importantes para ambos, sobretudo no que se refere ao exercício do diálogo e das decisões. Associado a isso, há uma preocupação por parte da Cooperativa em assegurar a participação dos filhos dos cooperados, para garantir a renovação futura do quadro de conselheiros.

Os elementos levantados pelos cooperados revelam que o processo de sistematização da experiência suscitou reflexões importantes relacionadas à trajetória da Cooperativa. Além disso, contribuiu para uma avaliação dos erros e acertos ao longo dessa história.

## REFERÊNCIAS

BERDEGUÉ, J. A.; OCAMPO, A.; ESCOBAR, G. *Sistematización de experiencias locales de desarrollo agrícola y rural: guía metodológica*. Santiago, Chile: Fidamerica: Prevel, 2000. Disponível em: <https://gestionparticipativa.pe.iica.int/getattachment/9f82203c-f932-40f1-b886-6378e6d633b8/Sistematizacion-de-experiencias-locales-de-desarro.aspx>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 19.851*, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 maio 2023.

BRASIL. *Lei nº 5.540*, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. *Resolução nº 7*, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2018 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192?](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192?). Acesso em: 6 abr. 2023.

BRASIL. *Acervo Fundiário*. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Brasília, 2022. Disponível em: <https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Acesso em: 14 nov. 2022.

DAL SOGLIO, Fábio Kessler. A sistematização de experiências e a aplicação em agroecologia. In: NETO, Alberto Bacagioli; DAL SOGLIO, Fábio Kessler (org.). *Metodologias participativas e sistematizações de experiências em agroecologia*. Porto Alegre: UFRGS; Sead, 2022.

DEUS, S. de. *Extensão universitária: trajetórias e desafios*. Santa Maria, PRE-UFSM, 2020. 96 p. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/npedcln/wp-content/uploads/2021/06/EBOOK\\_-\\_Sandra\\_de\\_Deus\\_-\\_Extensao\\_Universitaria.pdf](https://www.ufrgs.br/npedcln/wp-content/uploads/2021/06/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf) Acesso em: 12 abr. 2023.

ECKERT, C. *Orientação para elaboração de sistematização de experiências*. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2008. 46 p.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2023.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B17CBepMBxFWVXIDY1RnSTdvbk0/edit>. Acesso em: 6 abr. 2023.

FREITAS NETO, J. A. de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. *Revista Ensino Superior Unicamp*, v. 3, p. 62-73, 2011.

GADOTTI, Moacir. *Extensão universitária: Para quê?* São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

HOLLIDAY, O. J. *Para sistematizar experiências*. Tradução Maria Viviana V. Resende. 2. ed., rev. Brasília: MMA, 2006. 128 p.

HOLLIDAY, O. J. *A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis*. Tradução Luciana Grafée e Sílvia Pinevro. Colaboração Elza Maria Fonseca Falkembach. Brasília: Contag, 2012.

MIRANDA, F. Q.; ZARNOTT, A. V.; FLECH, E. M.; NEUMANN, P.; FIALHO, M. A. V. Sistematização de experiências agroecológicas como ferramenta de extensão rural no programa de ATEs/RS. SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 7., 2016, Araraquara. *Anais [...]*. Araraquara, 2016. Disponível em <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao5a/sistematizacao-experiencias-agroecologicas.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PRETTO, F.; MELLO, D. F. M. Campo de recria André Voisin. RESUMOS DO ENCONTRO PAN-AMERICANO SOBRE MANEJO AGROECOLÓGICO DE PASTAGENS, 2., 2014, Pelotas, 7 a 9 de abril de 2014. *Cadernos de Agroecologia*, Pelotas, v. 9, n. 2, 2014.

SOUSA, A. L. L. *A história da Extensão Universitária a partir de seus interlocutores*. 1995. 365 p. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 1995. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert\\_-\\_Ana\\_Luiza\\_Lima\\_Sousa.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_-_Ana_Luiza_Lima_Sousa.pdf). Acesso em: 9 maio 2023.

TOMMASINO, H.; CANO, A. *Modelos de extensión universitaria en las universidades latinoamericanas en el siglo XXI: tendencias y controversias. Prácticas y conceptualizaciones de la Extensión*, Unicen, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/373/37344015003.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

VERGER, A. Sistematizando experiencias: análisis y recreación de la acción colectiva desde la educación popular. *Revista de Educación*, n. 343, p. 623-645, 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/28161286\\_Sistematizando\\_experiencias\\_analisis\\_y\\_recreacion\\_de\\_la\\_accion\\_colectiva\\_desde\\_la\\_educacion\\_popular](https://www.researchgate.net/publication/28161286_Sistematizando_experiencias_analisis_y_recreacion_de_la_accion_colectiva_desde_la_educacion_popular). Acesso em: 7 jun. 2023.

## OS AUTORES

Adilson Roberto Bellé

Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (Uergs), mestre e doutor em Extensão Rural (UFSM). Tutor Territorial (TED – UFSM/Incra).

Álvaro Delatorre

Engenheiro agrônomo, Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos do Rio Grande do Sul (Coptec)

Alisson Vicente Zarnott

Engenheiro agrônomo (UFPel), Mestre em Agroecossistemas (UFSC), doutor em Extensão Rural (UFSM). Professor, PPGExR/UFSM.

Ana Paula Jeske

Técnica em Agropecuária, Bacharel em Direito (Anhanguera), Extensionista Rural da Emater-RS.

Antonio Carlos Silveira Pereira

Técnico Agrícola, Agricultor, Assentado da Reforma Agrária e associado à Cootap.

Artêmio Soares Marques

Historiador (UFSM), professor da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Carolina Remus Oberto dos Reis

Engenheira agrônoma, mestra em Produção Vegetal (UPF) Extensionista Rural da Emater-RS.

Catieli Patricia Klein

Bióloga (Unisselvi), agrônoma (Unopar), pós-graduada em Educação Ambiental (FAC-Portal), pós-graduada em Fertilidade, Manejo de Solos e Nutrição das Plantas (Faveni), Extensionista Rural da Emater-RS.

Cibele Bonez

Engenheira agrônoma, extensionista na Emater/RS-Ascar.

Cleusa de Oliveira Reichembach

Pedagoga (Unijuí), agricultora, assentada da Reforma Agrária e dirigente da Cootap.

Cordula Eckert

Engenheira agrônoma, mestre em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ), lotada na Gerência de Planejamento do Escritório Central da Emater/RS-Ascar. Porto Alegre/RS.

Danísio Treméa

Técnico agrícola, extensionista Rural da Emater-RS.

Edelaine Aparecida Brinker

Bacharel em Administração e Pós-Graduação em Gastronomia Natural e Gestão de Empreendimentos Gastronômicos, coordenadora do Programa Consumo Sustentável na Coasa.

Eduardo Jaehn

Engenheiro agrônomo (UFSM), mestre em Extensão Rural (UFSM). Tutor Territorial (TED –UFSM/Incra).

Eduardo Miotto Flech

Graduação em Ciências Econômicas (UFSM), Mestrado em Extensão Rural (UFSM) e Doutorado em Políticas Públicas (UFRGS). Tutor Territorial (TED-UFSM/Incra).

Ezequiel Cardoso Martins

Bacharel em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia, agricultor ecologista.

Gabriel Cortes Machado da Silva

Engenheiro agrônomo (Unesp), especialista em Agroecologia e Educação do Campo (Unicamp), auditor e consultor para normas de certificação agrícolas e florestais.

Gabriela Rozek Weber

Engenheira agrônoma (UFSM), mestranda em Extensão Rural (UFSM).

Janaina Betto

Engenheira florestal (UFSM), mestra e doutora em Extensão Rural (UFSM).

Jeferson Orsolin

Engenheiro agrônomo (UPF).

Juliana de Almeida Costa

Farmacêutica, mestra em Extensão Rural e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM.

Laila Garcia Marques

Engenheira agrônoma (UFSM), mestre em Extensão Rural (UFSM) e doutoranda em Extensão Rural (UFSM). Tutora Territorial (TED-UFSM/Inkra).

Marcelo Artur Rauber

Bacharel em Engenharia Florestal (UFSM), mestre em Extensão Rural (UFSM), doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).

Mario Francisco Gusson

Engenheiro Agrônomo, assessor em Agroecologia no Cetap.

Marta Elaine Bastos Oyarzabal

Médica veterinária (Urcamp), mestra em Ciências (UfPEL), doutora em Ciências Veterinárias (UFRGS), Atuação no projeto Leite Seguro na Embrapa.

Nelson José de Araújo

Engenheiro agrônomo, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra-SR 11).

Pedro Selvino Neumann

Engenheiro Agrônomo (UFSM), Mestre em Extensão Rural (UFSM), Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor, PPGExR/UFSM.

Régis Trentin Piovesan

Engenheiro agrônomo (UFSM), mestre em Extensão Rural (UFSM). Tutor Territorial (TED –UFSM/Incra).

Renato de Carvalho Santos Silva

Sociólogo, mestre em Ciências Sociais (UFSM), extensionista rural da Emater-RS.

Rodrigo Bertoni Cidade

Médico veterinário, mestre em Extensão Rural e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM.

Rosemeri Burguenmaier Olanda

Engenheira agrônoma, mestre e doutora em produção agrícola familiar (UFPEL), extensionista rural da Emater-RS.

Vinicius da Costa Lima

Gestor ambiental, com atuação em comunidades rurais e foco no desenvolvimento rural sustentável.

Vinicius Piccin Dalbianco

Engenheiro agrônomo (UFSM), mestre e doutor em Extensão Rural (UFSM). Professor, Universidade Federal do Pampa (Unipampa) *Campus* Itaqui.